

# ESTADO BRASILEIRO EM NÚMEROS

Doc.  
001514

Fase I  
Base de Dados

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão  
Secretaria de Gestão

ROS Nº 00208 - CN
OPM - GABINETE
0252
3631

## O Estado Brasileiro em Números

### Índice

Introdução	.....01
Capítulo 1 – Indicadores Fiscais	.....09
Capítulo 2 – Perfil da Despesa do Governo Federal, Tamanho e Papel do Estado	.....18
Capítulo 3 – Gasto Social Federal	.....49
Capítulo 4 – Pessoal	.....60
Capítulo 5 – Previdência Social	.....92
Capítulo 6 – O PPA e os Programas Federais 1996-2002	.....105
Capítulo 7 – Organizações e Estrutura Gerencial na Administração Pública Federal	.....121
Capítulo 8 – Privatizações	.....171
Capítulo 9 – Compras Governamentais	.....184



## Introdução

Elevar a performance do Estado<sup>1</sup> é um dos mais importantes problemas contemporâneos. A experiência internacional nas duas últimas décadas demonstra, de forma clara, que as demandas por maior eficiência e qualidade no padrão de intervenção pública levou 123 países, tanto nas democracias consolidadas como nas jovens democracias, tanto no mundo considerado rico quanto naqueles “em desenvolvimento”, a empreenderem políticas públicas voltadas para a reforma do Estado.

A reforma administrativa tornou-se questão central na agenda de políticas públicas em escala global. Apenas no mundo em desenvolvimento, este processo mobilizou, nos três anos finais da década anterior, um montante de US\$ 5 a 7 bilhões/ano.

Nos países em desenvolvimento, e, em particular na América Latina, o Brasil foi um dos países que enveredaram em processos de reformas. Desde o ano de 1995, a reforma da gestão pública vem assumindo um papel decisivo na agenda, com a introdução de muitas inovações institucionais importantes na Administração Pública Federal brasileira.

Hoje, no contexto de uma democracia em consolidação e de um governo cuja agenda social representa um dos principais objetivos nacionais, a necessidade de iniciar um processo de revisão do modelo institucional e da lógica de funcionamento do Estado brasileiro é ainda urgente. Com efeito, a criação de políticas, que possibilitem criar incentivos que ampliem a eficiência e a qualidade da gestão pública, aparece como fator de central importância no

---

<sup>1</sup> Ao longo do trabalho, utilizaremos o termo Estado de forma reduzida, correspondendo à Administração Pública Federal, entendida enquanto o conjunto de instituições, organizações, regras, procedimentos e mecanismos voltados para a produção de Políticas Públicas nas mais diversas áreas da intervenção governamental no Brasil.

RQS Nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
Fls.: 0254
3631
Doc: 1

processo de consolidação de um contrato social que funde as bases de um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil no século XXI.

A construção e implementação de uma agenda social voltada para a redução da exclusão social, das desigualdades sociais, da pobreza e para o aprimoramento da justiça social dependem, cada vez mais, da existência de políticas de gestão pública que possibilitem ampliar a produção de benefícios públicos dentro de um contexto de ajuste fiscal, partindo da premissa de que quanto melhor a performance das instituições públicas, maior a capacidade de responder às complexas demandas da democracia brasileira por políticas setoriais.

A reforma da gestão pública para o Estado brasileiro está, portanto, alinhada com os objetivos mais gerais perseguidos pelo novo governo e, contrariamente aos experimentos reformistas das décadas anteriores, é um movimento muito mais amplo e sofisticado do que reduzir custos ou cumprir metas de ajuste fiscal. A reforma do Estado consiste em, como assinala grande parte do discurso acadêmico na Economia e na Ciência Política contemporâneas, envolver políticas que alterem as instituições, isto é, as regras, mecanismos, procedimentos e práticas que compõem um determinado padrão de intervenção do Estado.

Partindo da premissa de que a construção de uma política de gestão pública para o Estado brasileiro depende do esforço concertado de compreensão de algumas das características e funcionamento das instituições e organizações públicas, a produção sistemática de informações relevantes sobre a administração pública brasileira seria um dos principais elementos necessários para o êxito na formulação de uma tal política.

Valendo-se de um conjunto amplo de informações extraídas de bases de dados oficiais produzidas pelo governo federal, bem como de fontes documentais, o *Estado Brasileiro em Números* tem como principal objetivo iniciar um processo sistemático de produção de informações gerenciais que permitam conceber a situação da Administração Pública Federal, para subsidiar o planejamento da gestão pública no País.

ROS Nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
0255
Fls.: _____
3 6 3 1
Doc: _____

Alterando a trajetória histórica da formulação de políticas de gestão pública na América Latina e no Brasil, onde as reformas eram iniciadas sem um conhecimento mais denso das realidades e problemas da gestão pública, este pretende ser um dos trabalhos pioneiros que avançam na compreensão objetiva do padrão de organização e funcionamento da burocracia federal brasileira e de suas políticas públicas. Nos países em desenvolvimento, por contraste, as políticas de reforma do Estado do século anterior careceram de diagnósticos mais precisos sobre os problemas reais de performance das organizações e instituições, e muitas delas foram abandonadas, terminadas, ou deliberadamente modificadas. O *Estado Brasileiro em Números* vem suprir essa importante lacuna.

Em termos mais amplos, o estudo foi dimensionado para compreender transformações estruturais em aspectos relativos ao tamanho, o papel e funções do Estado brasileiro, sua diferenciação funcional, perfil de composição e uso dos recursos humanos e gerenciais, padrão de gastos e financiamento das organizações, setores, padrões de intervenção no conjunto de políticas públicas implementadas pelo governo federal, bem como padrões de descentralização e coordenação de políticas públicas. Ademais, o estudo procura compreender transformações nos padrões de gastos sociais, previdência social, bem como a natureza específica de novas instituições – agências regulatórias, executivas e fundos setoriais, que compõem o novo papel do governo federal brasileiro.

O esforço sistemático na construção desses indicadores possibilitará avanços na compreensão do perfil atual e recente do Estado brasileiro, bem como da trajetória das mudanças recentes (1995-2003) em comparação com outras experiências internacionais, em etapas futuras da publicação.

A metodologia utilizada no *Estado Brasileiro em Números*<sup>2</sup> foi desenhada de modo a que se permitisse compreender a Administração Federal Brasileira em 9 dimensões consideradas essenciais para a análise

---

<sup>2</sup> A íntegra da metodologia original proposta encontra-se disponível no *website*. [www.gestaopublica.gov.br](http://www.gestaopublica.gov.br)

03/2005 - CN	
CPMI - CORREIOS	
0256	
Fls.:	
3631	
Doc:	

brasileiro, bem como a permitir a comparabilidade com experiências internacionais a partir de indicadores utilizados na literatura sobre Estado e políticas públicas.

A primeira dimensão de análise diz respeito aos indicadores fiscais do Estado Brasileiro. Aqui foram considerados os dados relativos aos resultados primários, aos juros nominais e aos resultados nominais, juntamente com uma breve análise da evolução das receitas e despesas primárias que compõe a Necessidade de Financiamento do Governo Central. Este capítulo apresenta numericamente a evolução da política fiscal brasileira.

A segunda dimensão selecionada foi o **tamanho** do Estado, ponto que tem sido um dos mais discutidos no contexto das reformas do Estado. A questão central da análise dessa dimensão busca compreender quais as reais dimensões da Administração Pública Federal no Brasil, a partir de três “eixos” distintos: a magnitude absoluta e proporcional do gasto federal, as despesas com pessoal e o quantitativo de servidores. Os dados foram organizados de modo a possibilitar compreender a evolução de cada uma das variáveis a partir de diversos recortes. Para cada um dos indicadores propostos, a análise pode ser estratificada em diversos níveis:

#### BOX 1 – NOTA METODOLÓGICA

Outra importante inovação metodológica adotada foi a agregação de algumas das variáveis<sup>1</sup> em termos das **funções** (papel) do Estado, apresentadas como **Social, Econômica e Núcleo de Governo**. A agregação foi feita considerando a metodologia utilizada, segundo a qual o Estado é composto de iniciativas que se dividem em funções tradicionais ou de núcleo de governo, sociais e econômicas<sup>1</sup>. O **núcleo de governo** diz respeito a ações governamentais que correspondem às ações exclusivas do Estado. Dentro dessa função, caracterizam-se atividades e instituições no caso brasileiro relacionadas às funções Legislativo, Judiciário, Polícia, Segurança, Planejamento e Gestão, Defesa Nacional, Relações Exteriores, Fazenda e Regulação, por exemplo.

A **função social** corresponde a um conjunto de atividades e funções públicas que estão relacionadas com a ação do Estado na produção de políticas sociais. Dentre estas, incluem-se funções como Previdência Social, Saúde, Educação e outras políticas setoriais voltadas para o Bem-Estar social. Nesse caso, embora outras organizações e arranjos institucionais de mercado ou do Terceiro Setor possam se organizar de forma eficiente, a intervenção do Estado é considerada essencial para produzir justiça social, equidade e redistribuição de benefícios sociais entre setores sociais.

Por outro lado, **as funções econômicas** são aquelas em que o Estado se volta para intervir diretamente em atividades mais direcionadas ao desenvolvimento econômico, seja na formulação de políticas setoriais, seja no envolvimento direto e indireto na produção de bens e serviços. Agricultura, Minas e Energia, Transporte, e outros Ministérios, são os casos clássicos no Brasil.

Doc: 03/2005 - CN  
CPMI - CORREIOS  
Ms.: 0257  
Doc: 3631

a) para o governo federal; b) por poder (Executivo, Legislativo, Judiciário); c) por governo civil e militar; d) por funções, setores ou áreas da administração; e) por administração direta ou indireta; e f) por unidade da federação ou região.

Importante salientar que todos os dados relativos a despesas federais (nas diversas formas utilizadas ao longo do trabalho) foram extraídos e consolidados de acordo com os interesses específicos do estudo (ver lista de fontes consultadas para cada capítulo, em anexo). A despesa federal foi desagregada em grandes categorias (Despesa Efetiva, Despesa Não-Financeira, Despesa sob Responsabilidade da União, Gasto Direto, Pessoal e Encargos), bem como em Transferências a Estados e Municípios e Benefícios Pagos a Pessoas e Unidades Familiares<sup>3</sup>. Por fim, tenta-se compreender o perfil dos gastos federais com o custeio da máquina e com licitações para compra de bens e serviços na Administração Federal.

A terceira dimensão essencial para a análise relaciona-se com o Perfil dos Gastos Sociais. Procurou-se compreender a evolução e o comportamento do gasto social federal em termos de sua distribuição em grandes áreas programáticas, em termos *per capita* e em relação ao produto interno bruto.

O quarto ponto da análise se volta para o perfil da composição e uso dos recursos humanos na Administração Pública Federal, bem como dos padrões de transformação temporal, considerando o conjunto de instituições da administração direta e indireta. Os dados foram analisados tomando como referências apenas o período de 1996 a 2002, visto a não-disponibilidade de dados metodologicamente consistentes para os anos anteriores.

As variáveis consideradas de importância foram dimensionadas para representar um perfil geral da Administração Federal, classificada em Administração Direta e Indireta, levando-se em conta variáveis tais como: quantitativo da força de trabalho; quantidade de funcionários ativos; funcionários cedidos; distribuição em carreiras;

<sup>3</sup> Cf. Glossário de termos técnicos anexado.

RQS Nº 03/2005 - CN	
CPMI - CORREIOS	
Fls.:	0258
	3631
Doc:	

escolaridade, sexo, idade; faixas salariais; tempo médio no serviço; idade média de aposentadoria; salário médio de aposentadoria; e quantitativo de DASs.

Para a compreensão das transformações temporais, as variáveis utilizadas foram o quantitativo de servidores por carreiras, dos concursos, do tempo médio no cargo, da relação entre funcionários ativos e inativos; dos ativos *per capita* por Unidade da federação e por Grandes Regiões; despesa média com servidores federais por Poder, segundo a situação de vínculo; distribuição dos servidores federais civis do Poder Executivo por situação de vínculo, segundo as faixas de remuneração; estruturas salariais das carreiras; bem como aspectos relacionados ao ingresso no serviço público federal (por concurso público; no Plano de Classificação de Cargos; e segundo a contratação por tempo determinado).

Para a previdência social, quinto capítulo, buscou-se compreender a evolução e o perfil dos benefícios emitidos bem como sua distribuição espacial.

O sexto capítulo focaliza a questão dos programas federais, tomando como fonte principal de análise os Planos Plurianuais de 1996-1999 e 2000-2003. Os dados coletados produziram um perfil dos padrões de distribuição de recursos por área programática; formas de financiamento dos programas setoriais; densidade, diferenciação e distribuição relativa do financiamento entre os diversos ministérios; padrões de regionalização dos programas; demandas por recursos do Orçamento Federal e da Seguridade Social; e, por fim, as diferenças entre os ministérios no que se refere às taxas médias de implementação das metas financeiras.

A sétima dimensão analítica corresponde a uma descrição das estruturas dos ministérios, dos recursos gerenciais do Estado e de outras instituições/organizações do Estado brasileiro (agências – reguladoras, executivas e de fomento, organizações sociais, fundos ministeriais e setoriais e conselhos setoriais). O estudo detalha a estrutura de composição dos conselhos executivos destas instituições, no sentido de descrever a estrutura de participação dos

RES Nº 03/2005 - CN	
CPMI - CORREIOS	
Fls.:	1259
Doc:	3631

diversos Ministérios e demais atores nas atividades de formulação, implementação e gestão das políticas públicas. A distribuição dos recursos gerenciais, no caso brasileiro, relaciona-se com a forma segundo a qual os cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS) são organizados e distribuídos nas diversas organizações e instâncias do serviço público brasileiro. Verifica-se ainda o importante problema da rotatividade laboral nos diversos setores. As variáveis consideradas foram a Evolução dos DAS's por tipo (DAS 101.1 a DAS 102.6); a Distribuição Setorial do Quantitativo total dos DAS's por Ministério e entidade vinculada; e a distribuição setorial dos diversos tipos de DAS's por Ministério e entidade vinculada. Na compreensão das transformações organizacionais e estruturais do Estado foram utilizados dados extraídos do banco de dados sobre estruturas organizacionais do governo brasileiro. O propósito foi traçar um perfil da distribuição setorial de organizações e instituições nos diversos setores, funções e atividades da administração federal. Foram considerados indicadores relativos à quantidade de organizações por tipo institucional (Administração Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, Agências Regulatórias e outros tipos institucionais), a distribuição de organizações e seus tipos por função do Estado e a composição estrutural e organizacional de cada Ministério. Por fim, procurou-se traçar um grande perfil das instituições de ação coletiva (comissões, conselhos, grupos consultivos, etc.), de controle e participação nas políticas públicas federais, levando-se também em conta o rol de novas instituições, criadas a partir da reforma gerencial de 1995.

A oitava dimensão utilizada focalizou as privatizações ocorridas no Estado brasileiro, tentando compreender a natureza e o perfil do processo de transferências de funções públicas para o mercado. Especificamente, focalizou-se na distribuição setorial das privatizações, na composição do perfil do investidor (estrangeiro e nacional), nos resultados de venda de empresas, bem como na comparação com outras experiências internacionais.

A nona dimensão trata de informações sobre as compras do governo, destacando os tipos de despesa, o volume de recursos envolvidas no custeio da máquina federal e as modalidades de compra mais utilizadas.

RQS Nº 03/2005 - CN CPMI - <del>0260</del>
Fls.: _____
<b>3631</b>
Doc: _____

Com efeito, este é um trabalho de grande importância não somente para públicos decisores da Administração Pública Federal mas também para a academia e a sociedade como um todo. A série “O Estado Brasileiro em Números” é um instrumento de qualificação do debate sobre gestão pública. E, nesse sentido, tem grande relevância para a elaboração participativa do Plano de Gestão Pública para um Brasil de Todos.

RQS Nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
Fis.: <b>0261</b>
Doc: <b>3631</b>

## Capítulo 1

### Indicadores Fiscais

Nos anos recentes, em especial a partir de 1998, o Brasil passou por uma mudança significativa na condução da sua política fiscal, que visou conter o crescimento acelerado da dívida pública, estabilizar a relação dívida/PIB e garantir a solvência do setor público. Um dos movimentos mais nítidos de transformação no papel do Estado brasileiro é o de tentativa de superar a chamada crise fiscal do Estado. O profundo desequilíbrio das contas públicas nos anos 90 tem sido um dos principais objetivos dos governos brasileiros nas reformas estruturais do Estado. Desde meados da década anterior, um bem concertado esforço de controle das finanças públicas foi intensificado no Brasil, e, o resultado mais visível deste processo é o de melhoria dos indicadores fiscais, do aumento da carga fiscal, e melhoria do resultado primário do setor público em todos os níveis de governo. Por outro lado, este processo de ajuste fiscal vem ocorrendo dentro de um escopo de intensificação da descentralização e de envelhecimento populacional no Brasil pós-industrial, o que faz com que se elevem as dificuldades de ajuste fiscal nos Estados e Municípios, por um lado, e, que aumentem os gastos previdenciários, por outro. O Brasil vem tentando, com relativo sucesso, conforme apontam as evidências apresentadas no capítulo, atingir um padrão de melhoria fiscal, o qual se mostra decisivo para um melhor funcionamento do Estado e de suas políticas públicas.

#### Resultado Primário

Os dados divulgados pelo Banco Central demonstram esta política (Tabela 1.1): o setor público consolidado apresentou resultados primários positivos e crescentes desde 1998, exercício no qual o resultado primário foi o mais baixo do período, ou seja 0,01% do PIB. Nos exercícios seguintes fica evidente o esforço no sentido de ajuste das contas públicas no Brasil,

RQS Nº 03/2005 - CN  
CPMI - CORREIOS

Fis.: 0262

9

Doc: 3631

uma vez que os resultados primários positivos foram incrementados para acima de 3% do PIB, fechando em 3,96% do PIB em 2002.

Observa-se ainda que, entre os três entes, o esforço se iniciou no Governo Central, que em 1998 apresentou resultado superavitário de 0,55%, praticamente anulado pelo déficit gerado pelas estatais federais e governos regionais (de 0,54% do PIB).

Nos exercícios seguintes todos os entes passaram a gerar resultados primários superavitários, e no caso da União resultados crescentes. Observa-se também que os governos regionais tiveram um crescimento importante destes resultados, em especial de 1999 para 2000 e novamente em 2001. Com isto, passaram a contribuir com uma parcela importante do resultado do setor público consolidado: em 2002, do resultado apurado de 3,96% do PIB, 1,07% do PIB referiu-se aos governos regionais.

Ao contrário, as Estatais Federais, tem apresentado resultados declinantes, a partir de 2000 e com isto compensando o maior esforço do Governo Central e Estados e Municípios.

## Juros Nominais

No período analisado, 1999 e 2002 foram os anos em que os juros nominais foram maiores em proporção do PIB (Tabela 1.1). No caso do setor público consolidado passaram do patamar de 7,47% do PIB em 1998 para 8,97% em 1999. Em 2000 e 2001 voltaram a se reduzir chegando a 7,20% em 2001. Em 2002 houve um aumento importante na taxa de juros e os juros nominais cresceram novamente para 8,63%.

Observa-se que as Estatais Federais são responsáveis por uma pequena parcela dos juros nominais, uma vez que seu nível de endividamento é baixo. Verifica-se também que em 1998 os juros nominais do Governo Central foram 5,48% do PIB e

RQS Nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
0263
Fls.:
3631 <sup>10</sup>
Doc:

em 2002 passaram para 3,17% do PIB. Ao contrário, os Governos Regionais passaram a ter maior montante de juros nominais, passando de 2,02% do PIB em 1998 para 5,28% do PIB em 2002.

## Resultado Nominal

A política fiscal de cada ente e os conseqüentes resultados primários somados à situação de endividamento dos mesmos, levou à seguinte evolução do resultado nominal no período (Tabela 1.1).

No período analisado, o setor público consolidado apresentou trajetória declinante do resultado nominal, com exceção de 2002, no qual voltou a crescer.

O Governo Central foi o maior responsável por esta trajetória, uma vez que passou de um déficit nominal de 4,93% do PIB em 1998 para 0,76% do PIB em 2002 . As Estatais Federais também contribuíram significativamente para esta evolução, uma vez que passaram de um déficit de 0,22% do PIB em 1998 para superávits em todos os anos, sendo que em 2002 apresentaram superávit de 0,30% do PIB. Ao contrário, os governos regionais tiveram uma piora no seu resultado nominal, especialmente nos exercícios de 1999 e 2002, quando tiveram o seu maior déficit nominal do período analisado, ou seja, 4,21% do PIB. Embora tenham aumentado o resultado primário, em função do nível de endividamento destes entes os juros nominais foram relevantes, o que gerou esta evolução.

RQS Nº 03/2005 - CN	
CPMI - CORREIOS	
Fis.:	0264
Doc:	3634

## **Análise da Evolução das Receitas e Despesas Primárias que compõe a Necessidade de Financiamento do Governo Central**

A tabela 1.3 demonstra a abertura das receitas e despesas primárias que levaram ao resultado primário do Governo Central no período de 1995 a 2002.

Primeiramente observa-se que, à exceção de 1996, a receita primária total cresceu em todo o período. Em 1995 correspondia a 18,53% do PIB, em 2002 passou a 24,50% do PIB. Ressalte-se que neste exercício houve um ingresso extraordinário de receitas de exercícios anteriores relativas à débitos fiscais da ordem de R\$20 bilhões, correspondentes a 1,67% do PIB. Assim, pode-se estimar que a arrecadação normal tenha sido em torno de 22,83% do PIB.

Este crescimento se deu na Receita Administrada pela SRF, ou seja, houve aumento da arrecadação de tributos, por mudanças na legislação tributária e por ganhos de eficiência na fiscalização. Em 1995 a Rec. Administrada correspondia a 12,33% do PIB; em 2002 foi de 16,97% do PIB, ou seja cresceram 37%.

A arrecadação do INSS cresceu, mas não acompanhou esta evolução: passou de 4,98% do PIB para 5,37% do PIB.

As receitas não administradas pela SRF, ou seja, dividendos, concessões e receitas próprias foram as que mais cresceram no período: passaram de 1,32% do PIB para 2,19% em 2002, o que representa um crescimento de 66%.

Isto explica porque as transferências a estados e municípios evoluíram em 33%, evolução menor que a receita primária total.

RQS Nº 03/2005 - CN
CPMT - CORREIOS
0265
Fls.: _____
3631
Doc: _____ 12

Vale ressaltar que na receita Administrada, onde estão concentrados os impostos que são transferidos aos Estados e Municípios, estão também contidas as contribuições que não são repartidas, e por esta razão a evolução das transferências não é a mesma da receita administrada.

A despesa total cresceu 14% no período, ao mesmo tempo em que houve um crescimento importante das despesas obrigatórias, que em 2002 foram 17,2% maiores que em 1995.

Com isto, uma parte significativa do maior volume arrecadado de receitas primárias foi despendido com as despesas obrigatórias, restando ano a ano menores recursos livres para a política de alocação de recursos.

Considerando-se a necessidade de geração de maiores superávits primários a cada ano, as despesas discricionárias foram sendo a parcela de ajuste, e conseqüentemente cresceram apenas 4,5% em relação a 1995.

RQS Nº 03/2005 - CN	
CPMI - CORREIOS	
Ffs.:	0266
Doc:	3631
	13

2. 3

**Tabela 1.1 - Resultado Nominal do Governo Central, Estatais Federais e Governos Regionais  
(em % do PIB)**

	1998	1999	2000	2001	2002
<b>Resultado Primário Setor Público Consolidado</b>	-0,01%	-3,19%	-3,46%	-3,64%	-3,96%
Governo Central	-0,55%	-2,33%	-1,86%	-1,83%	-2,42%
Estatais Federais	0,25%	-0,66%	-0,92%	-0,63%	-0,48%
Governos Regionais	0,29%	-0,21%	-0,69%	-1,18%	-1,07%
<b>Juros Nominais - Setor Público Consolidado</b>	7,47%	8,97%	7,08%	7,20%	8,63%
Governo Central	5,48%	5,03%	4,13%	3,94%	3,17%
Estatais Federais	-0,03%	0,27%	0,08%	-0,03%	0,17%
Governos Regionais	2,02%	3,67%	2,87%	3,30%	5,28%
<b>Resultado Nominal Setor Público Consolidado</b>	7,46%	5,78%	3,61%	3,57%	4,66%
Governo Central	4,93%	2,70%	2,27%	2,11%	0,76%
Estatais Federais	0,22%	-0,39%	-0,84%	-0,66%	-0,30%
Governos Regionais	2,31%	3,46%	2,19%	2,12%	4,21%

Fonte: Bacen

(-) Superávit

(+) Déficit

RQS Nº 03/2005 - CN  
CPML - CORREIOS  
— 0267  
Fls.: \_\_\_\_\_  
Doc: 36431

**Tabela 1.2 - Resultado Nominal do Governo Central, Estatais Federais e Governos Regionais a preços correntes - R\$ milhões**

	1998	1999	2000	2001	2002
<b>Resultado Primário Setor Público Consolidado</b>	-106	-31.087	-38.157	-43.656	-52.390
Governo Central	<b>-5.042</b>	<b>-22.672</b>	-20.431	-21.980	-31.919
Estatais Federais	<b>2.283</b>	<b>-6.406</b>	-10.174	-7.571	-6.319
Governos Regionais	2.652	-2.010	-7.552	-14.106	-14.152
<b>Juros Nominais - Setor Público Consolidado</b>	68.335	87.372	77.963	86.444	114.004
Governo Central	50.142	49.008	45.447	47.253	41.949
Estatais Federais	-259	2.635	898	-400	2.296
Governos Regionais	18.453	35.728	31.618	39.592	69.760
<b>Resultado Nominal Setor Público Consolidado</b>	68.229	56.284	39.806	42.788	61.614
Governo Central	45.100	26.336	25.016	25.273	10.029
Estatais Federais	2.024	-3.771	-9.276	-7.971	-4.024
Governos Regionais	21.105	33.719	24.066	25.486	55.608

Fonte: Bacen

RQS Nº 03/2005 - CN  
 CPMI - CORREIOS  
 0268  
 Fls.:  
 Doc: 3631

**Tabela 1.3 - Receitas e Despesas Primária do Governo Central - 1995/2002**

Discriminação	Realizado/95		Realizado/96		Realizado/97		Realizado/98		Realizado/99		Realizado/00		Realizado/01		Realizado/02	
	R\$ milhões	% PIB														
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>119.703,3</b>	<b>18,53</b>	<b>139.139,0</b>	<b>17,88</b>	<b>161.540,7</b>	<b>18,64</b>	<b>184.633,9</b>	<b>20,52</b>	<b>212.438,8</b>	<b>21,60</b>	<b>236.659,0</b>	<b>21,78</b>	<b>272.585,7</b>	<b>22,71</b>	<b>323.742,2</b>	<b>24,50</b>
I.1 Receita Administrada	79.687,0	12,33	89.465,1	11,50	104.752,1	12,08	116.569,7	12,95	140.597,4	14,30	160.349,2	14,76	184.608,6	15,38	224.273,7	16,97
I.2. Arrec. Líquida INSS	32.164,6	4,98	40.378,3	5,19	44.148,3	5,09	46.083,5	5,12	49.433,4	5,03	56.154,3	5,17	62.983,5	5,25	71.027,7	5,37
I.3. Receitas Não Administradas	8.541,5	1,32	10.220,8	1,31	13.677,5	1,58	22.725,8	2,53	23.051,5	2,34	21.150,6	1,95	25.199,7	2,10	28.933,9	2,19
I.4. Incentivos Fiscais	-689,8	-0,11	-925,2	-0,12	-1.037,2	-0,12	-745,1	-0,08	-643,5	-0,07	-995,1	-0,09	-206,1	-0,02	-493,1	0,00
<b>II. TRANSF. A EST. E MUNICÍPIOS</b>	<b>19.891,7</b>	<b>3,08</b>	<b>22.328,8</b>	<b>2,87</b>	<b>23.940,3</b>	<b>2,76</b>	<b>28.350,6</b>	<b>3,15</b>	<b>30.547,9</b>	<b>3,11</b>	<b>36.628,9</b>	<b>3,37</b>	<b>43.260,4</b>	<b>3,60</b>	<b>52.248,0</b>	<b>3,95</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA (I - II)</b>	<b>99.811,6</b>	<b>15,45</b>	<b>116.810,2</b>	<b>15,01</b>	<b>137.600,4</b>	<b>15,87</b>	<b>156.283,3</b>	<b>17,37</b>	<b>181.890,9</b>	<b>18,50</b>	<b>200.030,1</b>	<b>18,41</b>	<b>229.325,3</b>	<b>19,11</b>	<b>271.494,2</b>	<b>20,54</b>
<b>IV. DESPESAS</b>	<b>102.942,9</b>	<b>15,93</b>	<b>119.221,2</b>	<b>15,32</b>	<b>136.524,3</b>	<b>15,75</b>	<b>148.573,4</b>	<b>16,51</b>	<b>161.947,2</b>	<b>16,47</b>	<b>185.982,3</b>	<b>17,11</b>	<b>213.257,2</b>	<b>17,77</b>	<b>240.028,8</b>	<b>18,16</b>
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	37.716,3	5,84	40.880,8	5,25	44.449,0	5,13	47.836,2	5,32	51.571,0	5,24	58.240,6	5,36	65.449,4	5,45	75.029,0	5,85

RQS N.º 03/2005 - CN  
CORREIOS  
Fls.: 0269  
Doc: 3631

IV.2. Benefícios da Previdência	32.907,5	5,09	41.748,2	5,36	46.065,9	5,31	52.409,5	5,82	58.587,2	5,96	66.727,3	6,14	77.001,0	6,42	87.707,2	6,64
IV.3. Outras Desp. Obrigatórias	6.684,1	1,03	7.957,3	1,02	11.370,8	1,31	13.180,1	1,46	14.570,4	1,48	17.804,4	1,64	17.548,5	1,46	22.413,5	1,70
IV.4. Discricionárias - Poder Executivo	25.635,1	3,97	28.634,9	3,68	34.638,6	4,00	35.147,6	3,91	37.218,5	3,78	43.210,0	3,98	53.258,3	4,44	54.879,0	4,15

Fonte: Secretaria de Orçamento Federal - Apuração acima da Linha

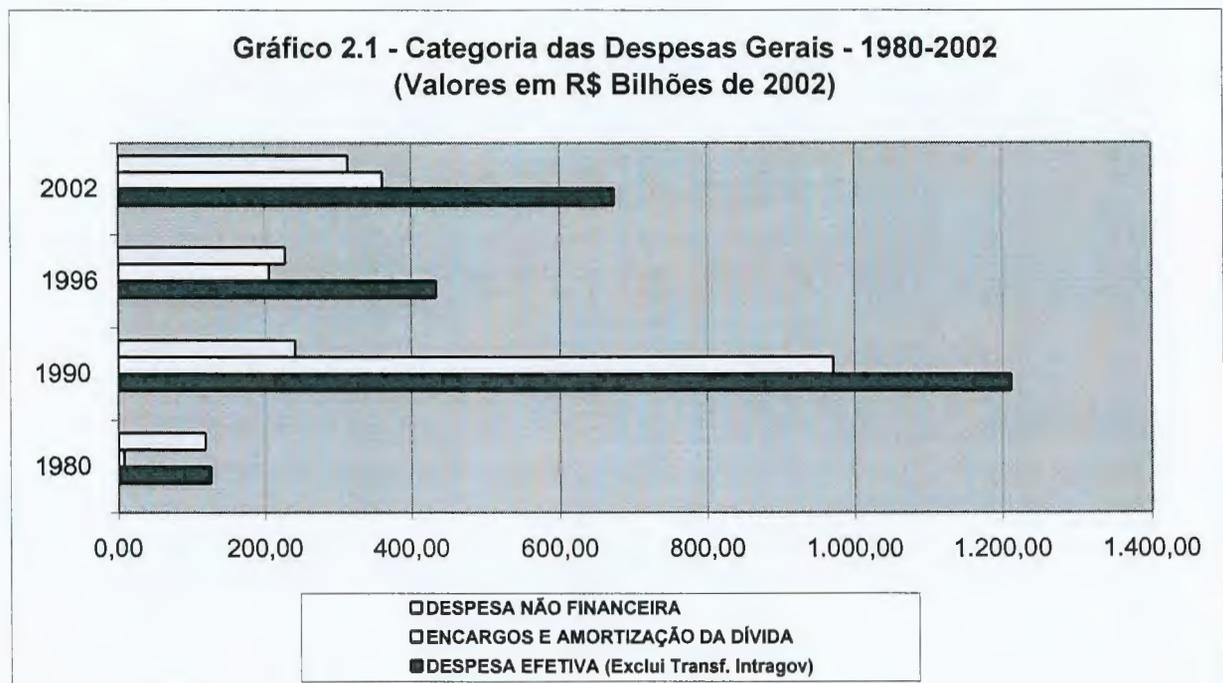
RQS Nº 03/2005 - CN  
 CPMI - CORREIOS  
 0270  
 Fls.: \_\_\_\_\_  
 17  
 Doc: 3631

## Capítulo 2

### Perfil da Despesa do Governo Federal, Tamanho e Papel do Estado

O governo federal brasileiro sofreu sensíveis transformações no seu papel, tamanho e natureza de intervenção desde a década de 80. No que se refere aos gastos federais, em termos da sua magnitude, o comportamento estrutural é bem marcado pela sua forma de atuação e de realização das despesas sob sua responsabilidade. Marcado por uma expansão significativa das despesas totais, e, especialmente das despesas não financeiras, com a incorporação dos encargos e amortização da dívida pública nas despesas gerais da União, evidenciado, principalmente, a partir de 1990. Conforme sinalizam os dados apresentados no gráfico 2.1 abaixo, ocorre uma aceleração da magnitude das Despesas Efetiva e Não-Financeira do Governo Federal nesse período. Verifica-se uma expansão do peso da componente “Encargos e Amortizações da Dívida” na composição do total da despesa do governo federal, que passa de R\$ 7,3 bilhões para R\$ 360,0 bilhões em 2002. Por contraste, intensifica-se o processo acelerado mudança na forma da realização das despesas não financeiras por parte do governo federal, resultante de uma política continuada de descentralização estabelecida pela Constituição de 1988. Neste sentido, um dos mais importantes papéis do governo federal passou a ser o de transferir recursos a Estados e Municípios e o de pagamento de benefícios a pessoas. Como se pode ver no gráfico 2.2, enquanto as despesas com pessoal encargos do governo federal cresceu no período 1996 – 2002, aproximadamente, 21%, as transferências a estados e Municípios cresceram 79% e a transferência e benefícios a pessoas e às famílias 44%.

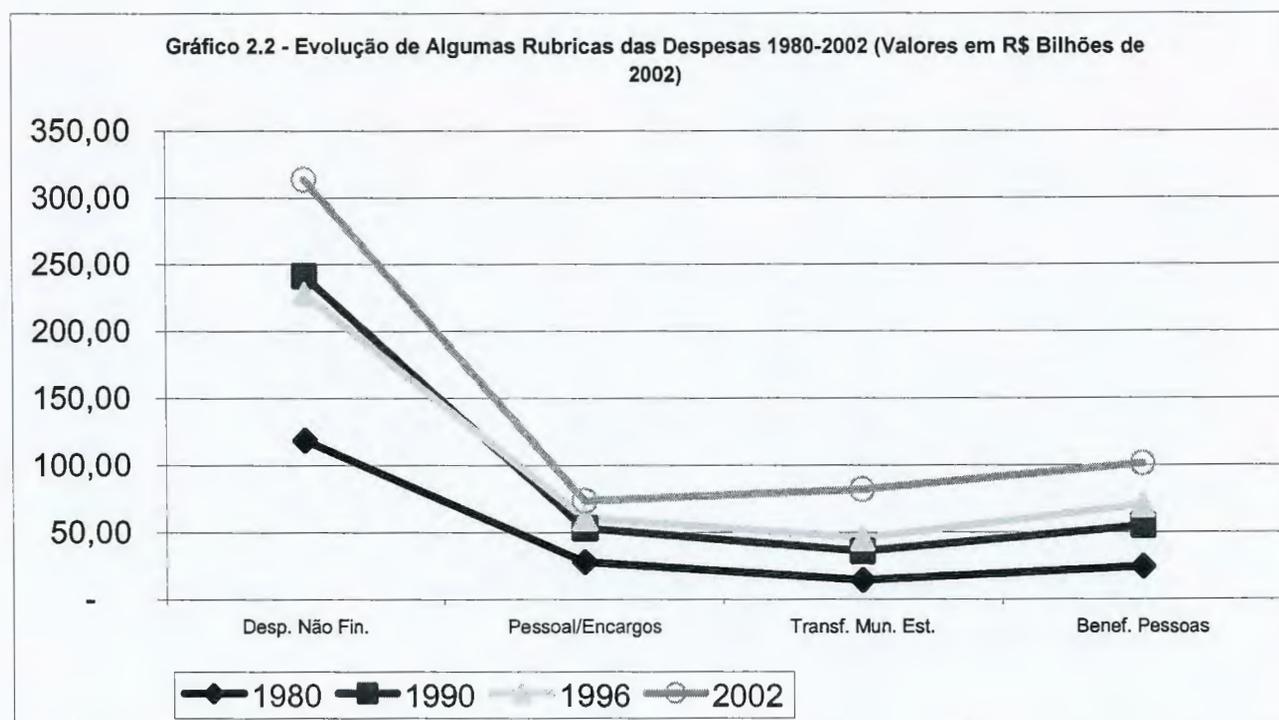
RQS Nº 03/2005 - CN CPMI - CORREIOS
Fls.: 0271
3631 18
Doc:



Em relação ao PIB, o que se verifica é uma certa estabilização no padrão da despesa, o que pode estar relacionado com a rigidez da estrutura de despesas do governo federal, com pequena margem de flexibilização na forma de realização do gasto público federal. De 1996 a 2002, a despesa não financeira cresceu de 19,3% do PIB para 23,7% do PIB. Deste total, para 1996, 5,15 % foi gasto com pessoal e encargos; 3,87% com transferências a Estados e Municípios; e, 5,96% com transferências a pessoas ou a unidades familiares. Em 2002, os gastos com pessoal passaram a 5,57% do PIB, enquanto as

RQS Nº 03/2005 - CN  
 CPMI - CORREIOS  
 0272  
 Fls.:  
 19  
 Doc: 3631

transferências a estados e municípios passaram a representar 6,19% do PIB, as despesas com transferências a pessoas e famílias a 7,65% do PIB.



O mesmo comportamento estrutural se reflete nas despesas per capita. Conforme apresentado no Quadro 2.1 o mesmo comportamento estrutural das despesas no período 1980-1996, se processa para todos os itens importantes de despesas

ROS Nº 03/2005 - CN  
CPMI - CORREIOS

Fls.: **0273**

Doc: **3631**

– despesa não-financeira, despesas, pessoal e encargos, transferências a Estados e municípios, bem como Benefícios Pagos a Pessoas e Unidades Familiares. Isto reflete uma grande mudança no papel do Estado na direção de maior autonomia e descentralização das despesas não financeiras.

**Quadro 2.1 – Gasto Federal Per Capita**  
US\$ por Habitante

	1980	1996	2002
Despesa Não-Financeira	974,88	1.413,23	1.796,01
Pessoal e Encargos	230,63	376,74	421,24
Transferências a Estados e Municípios	117,90	283,06	468,79
Benefícios Pagos a Pessoas e Unidades Familiares	200,46	436,38	579,01

Fonte: SOF.

Em termos da magnitude da despesa, a Despesa Efetiva do governo federal brasileiro atinge aproximadamente 51% do PIB, padrão que coloca o Estado Brasileiro na categoria de “grande”. Isto se deve, fundamentalmente, ao peso do item Encargos e Amortização da Dívida que correspondeu em 2002 a 27,2% do Produto Interno Bruto. A despesa não-financeira, por outro lado, mostra que excluindo este item, o governo federal brasileiro é de aproximadamente 24% do PIB, dado que demonstra que o Estado brasileiro se aproxima mais dos “estados pequenos”. A despesa sobre responsabilidade da União, que exclui as transferências constitucionais, corresponde a 20% do PIB em 2002. Por fim, o gasto direto da União, que corresponde aos gastos da administração federal com ela própria, se aproxima de 10%, o que mostra que é muito pequeno o gasto federal brasileiro. Outro dado importante no perfil dos gastos federais, é a conservação do gasto federal com Pessoal e Encargos que, no período 1990-2002 se manteve entre 5 e 6% do PIB, valor muito pequeno quando comparado com outras experiências internacionais. Em suma,

RQS Nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
0274
Fls.: 21
Doc: 3631

o governo federal brasileiro é grande apenas em termos dos gastos quando se considera o intenso papel no pagamento da dívida. (cf Tabela 2.2).

Em termos da distribuição, o gasto federal é bastante concentrado no Executivo e na Administração Direta, que consome a maior parcela dos gastos no período 1980-2002. No período posterior a 1990, com a democratização, se elevam consideravelmente as participações do Poder Legislativo e Judiciário, bem como o peso dos fundos federais no Gasto Público. Em 1990, as despesas com o legislativo e o judiciário representavam 0,6% do PIB, enquanto que em 2002, o total da despesa não financeira passou a representar 1,16 % do PIB. No caso dos fundos federais, o impacto foi muito mais expressivo. O total das despesas não financeiras em 1990, realizadas por meio dos fundos federais, representavam 1,93% do PIB, enquanto que, em 2002, passou a 10,57 % do PIB.

Em termos alocativos, por outro lado, existe uma importante transformação no perfil da despesa não financeira, no gasto direto bem como nos gastos com Pessoal e Encargos por Função. O quadro abaixo mostra as principais transformações e sinalizam para o fato de que a despesa não-financeira foi profundamente modificada na sua composição funcional (ver Box 1 na Introdução). Enquanto em 1990, a maior parte desta era alocada para as funções sociais, há uma progressiva elevação na participação relativa dos gastos com as funções situadas no núcleo de governo, que respondem por 44% da despesa em 2002. Isto pode ser explicado pela mudança na forma de atuação do governo federal, em que as despesas com funções sociais descentralizadas têm sido intensificadas na década de 90 – e os gastos sob responsabilidade direta do governo federal têm se concentrado no núcleo governamental. A expansão do gasto social, por outro lado, é visível quando se considera a composição do gasto direto bem como no item pessoal e encargos, conforme mostram os dados do quadro acima. Isto ilustra que o gasto social do governo é superior apenas quando as transferências são excluídas.

RQS Nº 03/2005 - CN CPMI - CORREIOS
Fls.: 0275
Doc: 3631

Assim, as grandes transformações na estrutura das despesas federais ocorreram na forma de realização das despesas, transferindo progressivamente para os Estados e Municípios a execução dos programas sociais, e o crescimento dos fundos federais por meio dos quais são realizadas a maioria das transferências a pessoas ou unidades familiares. As despesas com pessoal e encargos, por outro lado, mostram-se mais rígidas e de tamanho, em relação ao PIB, estável ao longo do período 1990 – 2002.

RQS Nº 03/2005 - CN CPMI - CORREIOS
Fis.: 0276
Doc: 3631 <sup>23</sup>

## Quadro 2.2 - Composição da Despesa Não-Financeira por Função em %

	1980	1996	2002
Núcleo de Governo	16,9	41,5	44
Social	55,8	43,5	11,5
Econômico	27,3	15,0	44,5
Total	100	100	100

### Composição do Gasto Direto em %

	1980	1996	2002
Núcleo de Governo	22,3	32,0	26,7
Social	52,0	58,9	57,5
Econômico	25,7	9,1	15,8
Total	100	100	100

### Composição de Pessoal e Encargos em %

	1980	1996	2002
Núcleo de Governo	25,7	27,5	32,2
Social	62,1	67,9	64,3
Econômico	12,2	4,6	3,5
Total	100	100	100

RQS Nº 03/2005 - CN	
CPMI - CORREIOS	
Fls.:	0277
Doc:	36321

**Tabela 2.1 - Governo Federal - 1980-2002: Consolidado pelos Valores Totais de Despesa (valores em R\$ milhões de 2002)**

<b>Categorias de Despesas Geral</b>	1980 <sup>a</sup>	1990 <sup>b</sup>	1996	2002
1. DESPESA EFETIVA (Exclui Transf. Intragov)	125.882,37	1.211.596,74	433.605,56	673.691,68
2. ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA <sup>c</sup>	7.325,40	970.537,71	205.727,18	360.048,74
3. DESPESA NÃO FINANCEIRA (=1-2)	118.556,97	241.059,02	227.878,38	313.642,94
4. TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	9.862,75	29.556,71	32.564,52	55.814,40
5. DESPESA S/ RESP. DA UNIÃO (=3-4)	108.694,21	211.502,31	195.313,86	257.828,54
6. GASTO DIRETO (Exclui todas transferências)	74.947,12	190.945,04	108.305,39	125.738,06
7. PESSOAL E ENCARGOS <sup>d</sup>	28.047,15	53.016,46	60.748,31	73.775,08

Fontes: para os dados primários, em moeda corrente, Balanços Gerais da União, para 1980 e 1990; para 1996 e 2002, base de dados SIAFI/SIDOR. Para o PIB, IBGE/DECNA.

Notas: Gasto Direto = Despesa não financeira subtraída de todas as transferências (governamentais, entidades privadas e pessoas)

(a) Em 1980, inclui, na administração indireta, o sistema SINPAS (INPS, INAMPS e IAPAS) que à época não era consolidado no balanço do Governo Federal. Transf. Constitucionais constam da página 60 do BGU 1980 - 1.º Volume.

(b) Transf. Constitucionais constam da página 332 do BGU 1990 - 1.º Volume - Relatório, o valor de US\$ 3.051,18 milhões, que foi subtraído do total de transferências, obtido no levantamento.

(c) Na década de 1990, o refinanciamento da dívida fez parte do orçamento fiscal e, desde 1995, a assunção pelo governo federal da dívida dos estados.

(d) A rubrica gasto com pessoal inclui apenas os servidores ativos e inativos públicos federais. Serviços terceirizados estão inclusos nas demais despesas correntes.

\* Despesas incluem Empresas Públicas que fazem parte do orçamento fiscal e da seguridade social.

\* O ajuste para reais de 2002 foi feito a partir do deflator implícito do PIB para cada ano de referência.

RQS Nº 03/2005 - CN	
CPMI - CORREIOS	
Fis.:	0278
3631	
Doc:	

**Tabela 2.2 - Governo Federal - 1980-2002 Consolidado pelos Valores Totais de Despesa (Valores em R\$ milhões de 2002 e em % PIB)**

<b>Categorias de Despesas Geral</b>	1980 <sup>a</sup>	1990 <sup>b</sup>	1996	2002
<b>1. DESPESA EFETIVA (Exclui Transf. Intragov)</b>				
em R\$ de 2002	125.882,37	1.211.596,74	433.605,56	673.691,68
em % PIB	14,89%	122,59%	36,74%	50,98%
<b>2. ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA <sup>c</sup></b>				
em R\$ de 2002	7.325,40	970.537,71	205.727,18	360.048,74
em % PIB	0,87%	98,20%	17,43%	27,25%
<b>3. DESPESA NÃO FINANCEIRA (=1-2)</b>				
em R\$ de 2002	118.556,97	241.059,02	227.878,38	313.642,94
em % PIB	14,02%	24,39%	19,31%	23,73%
<b>4. TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS</b>				
em R\$ de 2002	9.862,75	29.556,71	32.564,52	55.814,40
em % PIB	1,17%	2,99%	2,76%	4,22%
<b>5. DESPESA S/ RESP. DA UNIÃO (=3-4)</b>				
em R\$ de 2002	108.694,21	211.502,31	195.313,86	257.828,54
em % PIB	12,86%	21,40%	16,55%	19,51%
<b>6. GASTO DIRETO (Exclui todas transferências)</b>				
em R\$ de 2002	74.947,12	190.945,04	108.305,39	125.738,06
em % PIB	8,86%	19,32%	9,18%	9,51%
<b>7. PESSOAL E ENCARGOS <sup>d</sup></b>				
em R\$ de 2002	28.047,15	53.016,46	60.748,31	73.775,08
em % PIB	3,32%	5,36%	5,15%	5,58%
<b>PIB em R\$ de 2002</b>	<b>845.652,22</b>	<b>988.307,26</b>	<b>1.180.132,27</b>	<b>1.321.490,50</b>

Fontes: para os dados primários, em moeda corrente, Balanços Gerais da União, para 1980 e 1990; para 1996 e 2002, base de dados SIAFI/SIDOR. Para o PIB, IBGE/DECNA.

Notas: Gasto Direto = Despesa não financeira subtraída de todas as transferências (governamentais, entidades privadas e pessoas)

(a) Em 1980, inclui, na administração indireta, o sistema SINPAS (INPS, INAMPS e IAPAS) que à época não era consolidado no balanço do Governo Federal. Transf. Constitucionais constam da página 60 do BGU 1980 - 1.º Volume.

RGS-Nº 03/2005 - CN CPMI 0219
Fls.: _____
3631 <sup>26</sup>
Doc: _____

(b) Transf. Constitucionais constam da página 332 do BGU 1990 - 1.º Volume - Relatório, o valor de US\$ 3.051,18 milhões, que foi subtraído do total de transferências, obtido no levantamento.

(c) Na década de 1990, o refinanciamento da dívida fez parte do orçamento fiscal e, desde 1995, a assunção pelo governo federal da dívida dos estados.

(d) A rubrica gastc com pessoal inclui apenas os servidores ativos e inativos públicos federais. Serviços terceirizados estão inclusos nas demais despesas correntes.

\* Despesas incluem Empresas Públicas que fazem parte do orçamento fiscal e da seguridade social.

\* O ajuste para reais de 2002 foi feito a partir do deflator implícito do PIB para cada ano de referência.

ROS Nº 03/2005 - CN	
0280	CCRREIOS
Fls.: _____	
27	
Doc:	3631

**Tabela 2.3 - Governo Federal - 1980-2002 - Evolução de Algumas Rubricas de Gastos (valores em R\$ milhões de 2002)**

	1980 <sup>a</sup>	1990	1996	2002
<b>DESPESA NÃO-FINANCEIRA</b>	<b>118.556,97</b>	<b>241.059,02</b>	<b>227.878,38</b>	<b>313.642,94</b>
<i>Administração Direta</i>	<b>53.415,53</b>	<b>134.878,37</b>	<b>94.621,17</b>	<b>138.152,96</b>
<i>Administração Indireta</i>	<b>65.141,44</b>	<b>106.180,65</b>	<b>133.257,21</b>	<b>175.489,98</b>
<b>PESSOAL E ENCARGOS <sup>b</sup></b>	<b>28.047,15</b>	<b>53.016,46</b>	<b>60.748,31</b>	<b>73.562,29</b>
<i>Administração Direta</i>	<b>16.075,61</b>	<b>29.528,83</b>	<b>34.744,22</b>	<b>49.261,80</b>
Pessoal Ativo Civil	3.788,64	9.981,38	9.374,31	14.843,86
Pessoal Ativo Militar	4.509,44	6.455,51	6.810,29	7.686,75
Encargos Sociais	1.449,57	1.752,41	2.154,93	2.807,58
Inativos e Pensionistas	6.327,96	11.339,53	16.404,69	23.923,61
<i>Administração Indireta</i>	<b>11.971,54</b>	<b>23.487,63</b>	<b>26.004,09</b>	<b>24.300,49</b>
Pessoal Ativo Civil <sup>c</sup>	10.303,33	23.487,63	13.678,88	12.296,59
Pessoal Ativo Militar	0,00	0,00	1,00	0,00
Encargos Sociais	837,27	0,00	3.526,72	2.827,44
Inativos e Pensionistas	830,95	0,00	8.797,50	9.176,45
<b>TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>14.337,98</b>	<b>35.981,90</b>	<b>45.642,31</b>	<b>81.865,72</b>
<i>Administração Direta</i>	<b>14.337,98</b>	<b>35.981,90</b>	<b>38.626,02</b>	<b>62.082,60</b>
A Estados	10.386,03	35.377,88	23.543,47	35.094,09
A Municípios	3.951,95	604,03	15.082,55	26.988,51
<i>Administração Indireta</i>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7.016,29</b>	<b>19.783,12</b>
A Estados	0,00	0,00	3.247,47	7.444,99
A Municípios	0,00	0,00	3.768,82	12.338,13
<b>BENEFÍCIOS PAGOS A PESSOAS OU UNIDADES FAMILIARES <sup>b</sup></b>	<b>24.377,89</b>	<b>54.763,23</b>	<b>70.364,46</b>	<b>101.113,66</b>
<i>Administração Direta</i>	<b>87,11</b>	<b>1.827,19</b>	<b>6,12</b>	<b>2.364,65</b>
<i>Administração Indireta</i>	<b>24.290,78</b>	<b>52.936,04</b>	<b>70.358,34</b>	<b>98.749,01</b>
<b>PIB em R\$ de 2002</b>	<b>845.652,22</b>	<b>988.307,26</b>	<b>1.180.132,27</b>	<b>1.321.490,50</b>

RQS Nº 03/2005 - CN CPMI - CORREIOS
Fls.: <b>0281</b>
Doc: <b>3631</b>
28

Fontes: para os dados primários, em moeda corrente, Balanços Gerais da União, para 1980 e 1990; para 1996 e 2002, base de dados SIAFI/SIDOR. Para o PIB, IBGE/DECNA.

(a) Para o exercício de 1980, estimou-se o pagamento de benefícios pelo INPS como 90% das despesas correntes menos as despesas com pessoal e encargos; adotou-se o mesmo procedimento para 1990.

(b) A rubrica gasto com pessoal inclui apenas os servidores ativos e inativos públicos federais. Serviços terceirizados estão inclusos nas demais despesas correntes.

(c) Não foi possível separar, no exercício de 1990, pessoal ativo de inativos e pensionistas, ou determinar montantes de encargos sociais e obrigações patronais.

\* O ajuste para reais de 2002 foi feito a partir do deflator implícito do PIB para cada ano de referência.

RQS Nº 03/2005 - CN	
CPMI - CORREIOS	
Fls.:	<u>282</u>
	3631
Doc:	29

**Tabela 2.4 - Governo Federal - 1980-2002 - Consolidado pelos Valores Totais de Despesa (valores em R\$ milhões de 2002)**

<b>Despesa Efetiva e Não Financeira por Poder</b>	1980 <sup>a</sup>	1990 <sup>b</sup>	1996	2002
1. DESPESA EFETIVA (Exclui Transf. Intragov)	125.882,37	1.211.596,74	433.605,56	673.691,68
1.1. Executivo	124.470,92	1.205.705,35	424.152,59	658.406,30
1.2. Legislativo	709,76	1.957,89	2.728,34	3.548,16
1.3. Judiciário	701,69	3.933,49	6.724,64	11.737,21
2. ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA <sup>c</sup>	7.325,40	970.537,71	205.727,18	360.048,74
2.1. Executivo	7.325,40	970.537,71	205.727,18	360.047,56
2.2. Legislativo	0,00	0,00	0,00	1,18
2.3. Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
3. DESPESA NÃO FINANCEIRA (=1-2)	118.556,97	241.059,02	227.878,38	313.642,94
3.1. Executivo	117.145,52	235.167,64	218.425,40	298.358,75
3.2. Legislativo	709,76	1.957,89	2.728,34	3.546,98
3.3. Judiciário	701,69	3.933,49	6.724,64	11.737,21
	0,00	0,00	0,00	0,00
4. TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	9.862,75	29.556,71	32.564,52	55.814,40
4.1 Executivo	9.862,75	29.556,71	32.564,52	55.814,40
5. DESPESA S/ RESP. DA UNIÃO (=3-4)	108.694,21	211.502,31	195.313,86	257.828,54
5.1. Executivo	107.282,76	205.610,93	185.860,89	242.544,35
5.2. Legislativo	709,76	1.957,89	2.728,34	3.546,98
5.3. Judiciário	701,69	3.933,49	6.724,64	11.737,21
6. GASTO DIRETO (Exclui todas transferências)	74.947,12	190.945,04	108.305,39	125.738,06
6.1. Executivo	73.535,90	185.094,58	99.043,17	110.598,76
6.2. Legislativo	709,53	1.916,96	2.656,89	3.492,51
6.3. Judiciário	701,69	3.933,49	6.605,34	11.646,78
7. PESSOAL E ENCARGOS <sup>d</sup>	28.047,15	53.016,46	60.748,31	73.775,08

RQS Nº 03/2005 - CN	
CPMI - CORREIOS	
Fls.:	0283
	3631
Doc:	30

7.1. Executivo	27.014,34	47.994,31	53.309,32	61.093,73
7.2. Legislativo	458,73	1.688,70	2.292,62	3.064,72
7.3 Judiciário	574,08	3.333,46	5.146,38	9.616,63
PIB, em R\$ milhões de 2002	845.652,22	988.307,26	1.180.132,27	1.321.490,50

Fontes: para os dados primários, em moeda corrente, Balanços Gerais da União, para 1980 e 1990; para 1996 e 2002, base de dados SIAFI/SIDOR. Para o PIB, IBGE/DECNA.

Notas: Gasto Direto = Despesa não financeira subtraída de todas as transferências (governamentais, entidades privadas e pessoas)

(a) Em 1980, inclui, na administração indireta, o sistema SINPAS (INPS, INAMPS e IAPAS) que à época não era consolidado no balanço do Governo Federal. Transf. Constitucionais constam da página 60 do BGU 1980 - 1.º Volume.

(b) Transf. Constitucionais constam da página 332 do BGU 1990 - 1.º Volume - Relatório, o valor de US\$ 3.051,18 milhões, que foi subtraído do total de transferências, obtido no levantamento.

(c) Na década de 1990, o refinanciamento da dívida fez parte do orçamento fiscal e, desde 1995 a assunção pelo governo federal da dívida dos estados.

(d) A rubrica gasto com pessoal inclui apenas os servidores ativos e inativos públicos federais. Serviços terceirizados estão inclusos nas demais despesas correntes.

\* Despesas incluem Empresas Públicas que fazem parte do orçamento fiscal e da seguridade social.

\* O ajuste para reais de 2002 foi feito a partir do deflator implícito do PIB para cada ano de referência.

RQS Nº 03/2005 - CN	
CPMI - CORREIOS	
Fls.:	0284
	3631
Doc:	31

**Tabela 2.5 - Governo Federal - 1980-2002 - Consolidado pelos Valores Totais de Despesa (valores em R\$ milhões de 2002)**

<b>Despesa Efetiva e Não Financeira por Tipo de Administração</b>	1980 <sup>a</sup>	1990 <sup>b</sup>	1996	2002
1. DESPESA EFETIVA (Exclui Transf. Intragov)	125.882,37	1.211.596,74	433.605,56	673.691,68
1.1 Administração Direta	60.734,11	605.155,54	298.557,34	496.327,22
1.2 Autarquias, Fundações & Emp Públicas <sup>c</sup>	59.249,71	578.573,98	100.065,06	37.357,09
1.3 Fundos Federais	5.898,54	27.867,22	34.983,16	140.007,37
2. ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA <sup>d</sup>	7.325,40	970.537,71	205.727,18	360.048,74
2.1 Administração Direta	7.318,59	470.277,17	203.936,17	358.174,26
2.2 Autarquias, Fundações & Emp Públicas <sup>c</sup>	4,12	491.443,69	877,35	1.485,46
2.3 Fundos Federais	2,69	8.816,86	913,67	389,02
3. DESPESA NÃO FINANCEIRA (=1-2)	118.556,97	241.059,02	227.878,38	313.642,94
3.1 Administração Direta	53.415,53	134.878,37	94.621,17	138.152,96
3.2 Autarquias, Fundações & Emp Públicas <sup>c</sup>	59.245,59	87.130,29	99.187,72	35.871,63
3.3 Fundos Federais	5.895,85	19.050,36	34.069,49	139.618,35
4. TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	9.862,75	29.556,71	32.564,52	55.814,40
4.1 Administração Direta	9.862,75	29.556,71	32.564,52	55.814,40
5. DESPESA S/ RESP. DA UNIÃO (=3-4)	108.694,21	211.502,31	195.313,86	257.828,54
5.1 Administração Direta	43.552,77	105.321,66	62.056,65	82.338,56
5.2 Autarquias, Fundações & Emp Públicas <sup>c</sup>	59.245,59	87.130,29	99.187,72	35.871,63
5.3 Fundos Federais	5.895,85	19.050,36	34.069,49	139.618,35
6. GASTO DIRETO (Exclui todas transferências) <sup>e</sup>	74.947,12	190.945,04	108.305,39	125.738,06
6.1 Administração Direta	34.096,46	94.901,95	53.222,66	70.916,16
6.2 Autarquias, Fundações & Emp Públicas <sup>c</sup>	34.954,81	77.240,91	31.362,64	28.847,85
6.3 Fundos Federais	5.895,85	18.802,18	23.720,08	25.974,05

RQS Nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
- 0285
Fls.: - -
<b>3631</b>
32
Doc: - -

7. PESSOAL E ENCARGOS <sup>f</sup>	28.047,15	53.016,46	60.748,31	73.775,08
7.1 Administração Direta	16.075,61	29.528,83	34.744,22	49.474,59
7.2 Autarquias, Fundações & Emp Públicas <sup>c</sup>	11.870,29	22.615,44	20.915,43	19.892,49
7.3 Fundos Federais	101,25	872,19	5.088,67	4.408,00
 PIB em R\$ de 2002	 845.652,22	 988.307,26	 1.180.132,27	 1.321.490,50

Fontes: para os dados primários, em moeda corrente, Balanços Gerais da União, para 1980 e 1990; para 1996 e 2002, base de dados SIAFI/SIDOR. Para o PIB, IBGE/DECNA.

(a) Em 1980, inclui, na administração indireta, o sistema SINPAS (INPS, INAMPS e IAPAS) que à época não era consolidado no balanço do Governo Federal. Transf. Constitucionais constam da página 60 do BGU 1980 - 1.º Volume.

(b) Transf. Constitucionais constam da página 332 do BGU 1990 - 1.º Volume - Relatório, o valor de US\$ 3.051,18 milhões, que foi subtraído do total de transferências, obtido no levantamento.

(c) Despesas incluem Empresas Públicas que fazem parte do orçamento fiscal e da seguridade social.

(d) Na década de 1990, o refinanciamento da dívida fez parte do orçamento fiscal e, desde 1995 a assunção pelo governo federal da dívida dos estados.

(e) Gasto Direto = Despesa não financeira subtraída de todas as transferências (governamentais, entidades privadas e pessoas)

(f) A rubrica gasto com pessoal inclui apenas os servidores ativos e inativos públicos federais. Serviços terceirizados estão inclusos nas demais despesas correntes.

\* O ajuste para reais de 2002 foi feito a partir do deflator implícito do PIB para cada ano de referência.

RQS Nº 03/2005 - CN	
CPM# - CORREIOS	
0286	
Fls.:	_____
<b>3631</b>	
Doc:	33

**Tabela 2.6 - Governo Federal - 1980-2002 - Consolidado pelos Valores Totais de Despesa (valores em R\$ milhões de 2002)**

<b>Despesa Não Financeira por Função de Governo</b>	1980 <sup>a</sup>	1990 <sup>b</sup>	1996	2002
1. DESPESA NÃO FINANCEIRA	118.556,97	241.059,02	227.878,38	313.642,94
1.1. Núcleo de Governo	20.033,40	134.878,37	94.621,17	138.152,96
1.2. Social	66.210,79	87.130,29	99.187,72	35.871,63
1.3 Econômico	32.312,77	19.050,36	34.069,49	139.618,35
2. DESPESA S/ RESP. DIRETA DA UNIÃO <sup>e</sup>	104.218,99	205.077,12	182.236,07	231.728,57
2.1. Núcleo de Governo	19.750,90	39.667,39	34.839,44	35.158,83
2.2 Social	63.500,78	139.186,13	134.583,72	174.355,90
2.3 Econômico	20.967,31	26.223,60	12.812,90	22.213,84
3. GASTO DIRETO <sup>c</sup>	74.947,12	190.945,04	108.305,39	125.738,06
3.1. Núcleo de Governo	16.701,02	39.489,41	34.642,47	33.561,84
3.2 Social	39.001,72	127.235,76	63.802,56	72.302,18
3.3 Econômico	19.244,38	24.219,87	9.860,36	19.874,03
4. PESSOAL E ENCARGOS <sup>d</sup>	28.047,15	53.016,46	60.748,31	73.775,08
3.1. Núcleo de Governo	7.200,07	16.759,23	16.730,19	23.755,91
3.2. Social	17.426,43	34.196,59	41.243,79	47.429,10
3.3 Econômico	3.420,66	2.060,65	2.774,33	2.590,07
PIB, em US\$ milhões	237.772,06	469.317,52	775.474,64	451.005,25

Fontes: para os dados primários, em moeda corrente, Balanços Gerais da União, para 1980 e 1990; para 1996 e 2002, base de dados SIAFI/SIDOR. Para o PIB, IBGE/DECNA.

(a) Em 1980, inclui, na administração indireta, o sistema SINPAS (INPS, INAMPS e IAPAS) que à época não era consolidado no balanço do Governo Federal. Transf. Constitucionais constam da página 60 do BGU 1980 - 1.º Volume.

(b) Transf. Constitucionais constam da página 332 do BGU 1990 - 1.º Volume - Relatório, o valor de US\$ 3.051,18 milhões, que foi subtraído do total de transferências, obtido no levantamento.

(c) Gasto Direto = Despesa não financeira subtraída de todas as transferências (governamentais, entidades privadas e pessoas).



(d) A rubrica gasto com pessoal inclui apenas os servidores ativos e inativos públicos federais. Serviços terceirizados estão inclusos nas demais despesas correntes.

(e) Despesas sob Resp. Direta da União exclui as transferências a Estado e Municípios.

\* Despesas incluem Empresas Públicas que fazem parte do orçamento fiscal e da seguridade social.

RQS Nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
0288
Fis.: _____
363135
DC: _____

**Tabela 2.7 - Composição da Despesa do Governo Federal - 1980-2002 em %**

	1980	1990	1996	2000
<b>DESPESA NÃO FINANCEIRA</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
Administração Direta	45,1%	56,0%	41,5%	44,0%
Autarquias, Fundações & Emp Públicas	50,0%	36,1%	43,5%	11,4%
Fundos Federais	5,0%	7,9%	15,0%	44,5%
<b>DESPESA S/ RESP. DA UNIÃO</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
Administração Direta	40,1%	49,8%	31,8%	31,9%
Autarquias, Fundações & Emp Públicas	54,5%	41,2%	50,8%	13,9%
Fundos Federais	5,4%	9,0%	17,4%	54,2%
<b>GASTO DIRETO (Exclui todas transferências)</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
Administração Direta	45,5%	49,7%	49,1%	56,4%
Autarquias, Fundações & Emp Públicas	46,6%	40,5%	29,0%	22,9%
Fundos Federais	7,9%	9,8%	21,9%	20,7%
<b>PESSOAL E ENCARGOS <sup>a</sup></b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
Administração Direta	57,3%	55,7%	57,2%	67,1%
Autarquias, Fundações & Emp Públicas	42,3%	42,7%	34,4%	27,0%
Fundos Federais	0,4%	1,6%	8,4%	6,0%

Fonte: Elaboração SEGES

(a) A rubrica gasto com pessoal inclui apenas os servidores ativos e inativos públicos federais. Serviços terceirizados estão inclusos nas demais despesas correntes.

R.O.S. Nº 03/2005 - CN	
CPMI - CORREIOS	
0289	
Fls.:	
3631	
Doc:	36

**Tabela 2.8 - Composição das Despesas por Função do Governo em %**

	1980	1990	1996	2002
<b>DESPESA NÃO FINANCEIRA</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
Núcleo de Governo	16,9	56,0	41,5	44,0
Social	55,8	36,1	43,5	11,4
Econômico	27,3	7,9	15,0	44,5
<b>DESPESA S/ RESP. DIRETA DA UNIÃO</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
Núcleo de Governo	19,0	19,3	19,1	15,2
Social	60,9	67,9	73,9	75,2
Econômico	20,1	12,8	7,0	9,6
<b>GASTO DIRETO</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
Núcleo de Governo	22,3	20,7	32,0	26,7
Social	52,0	66,6	58,9	57,5
Econômico	25,7	12,7	9,1	15,8
<b>PESSOAL E ENCARGOS <sup>a</sup></b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
Núcleo de Governo	25,7	31,6	27,5	32,2
Social	62,1	64,5	67,9	64,3
Econômico	12,2	3,9	4,6	3,5

Fonte: Elaboração SEGES

(a) A rubrica gasto com pessoal inclui apenas os servidores ativos e inativos públicos federais. Serviços terceirizados estão inclusos nas demais despesas correntes.

RQS Nº 03/2005 - CN  
CPMI - CORREIOS

Fls.: 0290

Doc: 3631 37

**Tabela 2.9 - Pessoal e Encargos - Composição da Despesa 1980 a 2002**

	<b>1980</b>	<b>1990</b>	<b>1996</b>	<b>2002</b>
Pessoal Ativo Civil	50,2%	63,1%	37,9%	36,9%
Pessoal Ativo Militar	16,1%	12,2%	11,2%	10,4%
Inativos e Pensionistas	25,5%	21,4%	41,5%	45,0%
Encargos Sociais	8,2%	5,2%	24,6%	20,8%
	<b>1980</b>	<b>1990</b>	<b>1996</b>	<b>2002</b>
Administração Direta	57%	56%	57%	67%
Administração Indireta	43%	44%	43%	33%
	<b>1980</b>	<b>1990</b>	<b>1996</b>	<b>2002</b>
Pessoal Ativo Civil	14.091,97	33.469,01	23.053,18	27.140,46
Pessoal Ativo Militar	4.509,44	6.455,51	6.810,29	7.686,75
Inativos e Pensionistas	7.158,91	11.339,53	25.202,19	33.100,06
Encargos Sociais	2.286,83	1.752,41	5.681,65	5.635,02
<b>Pessoal e Encargos (em R\$ Milhões de 2002)</b>	<b>28.047,15</b>	<b>53.016,46</b>	<b>60.747,31</b>	<b>73.562,28</b>
<b>Inativos e Pensionistas/ Ativos Cíveis e Militares</b>	<b>38,5%</b>	<b>28,4%</b>	<b>84,4%</b>	<b>95,0%</b>

Fonte: Elaboração SEGES

\* Não foi possível separar, no exercício de 1990, pessoal ativo de inativos e pensionistas, ou determinar montantes de encargos sociais e obrigações patronais.

\* Para o exercício de 1980, estimou-se o pagamento de benefícios pelo INPS como 90% das despesas correntes menos as despesas com pessoal e encargos; adotou-se o mesmo procedimento para 1990.

\* A rubrica gasto com pessoal inclui apenas os servidores ativos e inativos públicos federais. Serviços terceirizados estão inclusos nas demais despesas correntes.

RQS Nº 03/2005 - CN
CPMI = CORREIOS
0291
Fls.: _____
3634
Doc: _____

**Tabela 2.10 - Transferências para Estados e Municípios e Benefícios pagos a Pessoas e Unidades Familiares em comparação com Pessoal e Encargos e Despesa Não-Financeira 1980 a 2002 <sup>a</sup>**

	<b>1980</b>	<b>1990</b>	<b>1996</b>	<b>2002</b>
Transferências para Estados e Municípios/ Pessoal e Encargos (AD)	89,2%	121,9%	131,4%	166,2%
Transferências para Estados e Municípios/ Pessoal e Encargos	56,9%	67,9%	75,1%	111,3%
Transferências para Estados e Municípios/ DNF	12,1%	14,9%	20,0%	26,1%
Benefícios Pagos a Pessoas ou Unidades Familiares/ Pessoal e Encargos (AD)	151,6%	185,5%	202,5%	205,3%
Benefícios Pagos a Pessoas ou Unidades Familiares/ Pessoal e Encargos	96,8%	103,3%	115,8%	137,5%
Benefícios Pagos a Pessoas ou Unidades Familiares/ DNF	20,6%	22,7%	30,9%	32,2%

Fonte: Elaboração SEGES

(a) A rubrica gasto com pessoal inclui apenas os servidores ativos e inativos públicos federais. Serviços terceirizados estão inclusos nas demais despesas correntes.

RQS Nº 03/2005 - CN	
CPMI - CORREIOS	
Fls.:	0292
	3631
Doc:	

**Tabela 2.11 - Gasto por Função Programa 1980-2002 (em \$ milhões correntes)**

**DESPESA SOB RESPONSABILIDADE DA UNIÃO (Exclusive as Transf. A Estados e Municípios)**

	<b>1980</b>	<b>1990</b>	<b>1996</b>	<b>2002</b>
Núcleo de Governo	292.025	1.300.324	24.401	50.480
Econômico	317.043	802.689	8.820	14.740
Social	932.984	4.161.357	87.055	165.578
Social Excluindo Previdência	117.937	1.158.092	24.521	37.690
<b>Total</b>	<b>1.542.052</b>	<b>6.264.371</b>	<b>120.276</b>	<b>230.798</b>

**GASTO DIRETO DA UNIÃO (Exclusive todas as transferências a Ufs, Municip, Entidades Privadas, Pessoas)**

	<b>1980</b>	<b>1990</b>	<b>1996</b>	<b>2002</b>
Núcleo de Governo	246.051	1.300.319	23.970	48.933
Econômico	291.550	745.180	7.118	12.520
Social	571.337	4.090.507	40.393	63.668
Social Excluindo Previdência	114.887	1.094.166	19.815	26.987
<b>Total</b>	<b>1.108.938</b>	<b>6.136.005</b>	<b>71.482</b>	<b>125.121</b>

**DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS <sup>a</sup>**

	<b>1980</b>	<b>1990</b>	<b>1996</b>	<b>2002</b>
Núcleo de Governo	110.008	495.677	11.374	25.860
Econômico	50.714	101.066	1.923	2.939
Social	254.271	1.106.937	26.798	44.608
Social Excluindo Previdência	73.296	503.353	7.503	9.689
<b>Total</b>	<b>414.993</b>	<b>1.703.680</b>	<b>40.094</b>	<b>73.407</b>

Fonte: Elaboração SEGES

(a) A rubrica gasto com pessoal inclui apenas os servidores ativos e inativos públicos federais. Serviços terceirizados estão inclusos nas demais despesas correntes.

RQS Nº 03/2005 - CN	
CPMI - CORREIOS	
Fls.:	1293
Doc:	3631 40

**Tabela 2.12 - Distribuição Percentual da Despesa da União por Função: 1980 a 2002 em % de cada despesa**

**DESPESA SOB RESPONSABILIDADE DA UNIÃO (Exclusive as Transf. A Estados e Municípios)**

	1980	1990	1996	2002
Núcleo de Governo	18,9	20,8	20,3	21,8
Econômico	20,6	12,8	7,3	6,8
Social	60,5	66,4	72,4	71,5
Social Exclusive Previdência Social	7,6	18,5	20,4	16,3
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

**GASTO DIRETO DA UNIÃO (Exclusive todas as transferências a Ufs, Municípios, Entidades Privadas, Pessoas)**

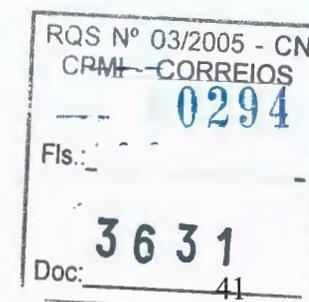
	1980	1990	1996	2002
Núcleo de Governo	22,2	21,2	33,5	38,9
Econômico	26,3	12,1	10,0	10,4
Social	51,5	66,7	56,5	50,6
Social Exclusive Previdência Social	10,4	17,8	27,7	21,5
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

**DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS <sup>a</sup>**

	1980	1990	1996	2002
Núcleo de Governo	26,5	29,1	28,4	35,1
Econômico	12,2	5,9	4,8	4,5
Social	61,3	65,0	66,8	60,5
Social Exclusive Previdência Social	17,7	29,5	18,7	13,1
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaboração SEGES

(a) A rubrica gasto com pessoal inclui apenas os servidores ativos e inativos públicos federais. Serviços terceirizados estão inclusos nas demais despesas correntes.



**Tabela 2.13 - Gasto Federal Per Capita por Função - 1980-2002 (R\$ de 2002 por habitante)**

**DESPESA SOB RESPONSABILIDADE DA UNIÃO (Exclusive as Transf. A Estados e Municípios)**

	<b>1980</b>	<b>1990</b>	<b>1996</b>	<b>2002</b>
Núcleo de Governo	162,3	274,2	229,3	289,1
Econômico	176,2	169,2	82,9	89,7
Social	518,5	877,4	818,0	948,1
Social Exclusive Previdência	65,5	244,2	230,4	215,8
<b>TOTAL</b>	<b>857,0</b>	<b>1.320,8</b>	<b>1.130,2</b>	<b>1.326,9</b>

**GASTO DIRETO DA UNIÃO (Exclusive todas as transferências a Ufs, Municip, Entidades Privadas, Pessoas)**

	<b>1980</b>	<b>1990</b>	<b>1996</b>	<b>2002</b>
Núcleo de Governo	136,7	274,2	225,2	280,2
Econômico	162,0	157,1	66,9	75,2
Social	317,5	862,4	379,6	364,6
Social Exclusive Previdência	63,8	230,7	186,2	154,5
<b>TOTAL</b>	<b>616,3</b>	<b>1.293,7</b>	<b>671,7</b>	<b>720,0</b>

**DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS <sup>a</sup>**

	<b>1980</b>	<b>1990</b>	<b>1996</b>	<b>2002</b>
Núcleo de Governo	61,1	104,5	106,9	148,1
Econômico	28,2	21,3	18,1	18,9
Social	141,3	233,4	251,8	255,4
Social Exclusive Previdência	40,7	106,1	70,5	55,5
<b>TOTAL</b>	<b>230,6</b>	<b>359,2</b>	<b>376,7</b>	<b>422,5</b>

População em Milhões (Série Histórica do IBGE)	121,61	147,59	161,25	174,63
PIB, em US\$ milhões	237.772,06	469.317,52	775.474,64	451.005,25

(a) A rubrica gasto com pessoal inclui apenas os servidores ativos e inativos públicos federais. Serviços terceirizados estão inclusos nas demais despesas correntes.

\* O ajuste para reais de 2002 foi feito a partir do deflator implícito do PIB para cada ano de referência.

RQS Nº 03/2005 - CN	
CPMI - CORREIOS	
Fls.:	0295
Doc:	3631
	42

**Tabela 2.14 - Gastos do Governo Federal - Indicadores**

	<b>1980</b>	<b>1990</b>	<b>1996</b>	<b>2002</b>
DESPESA NAO-FINANCEIRA / DESPESA EFETIVA	94,2%	19,9%	52,6%	46,6%
ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/DESP. NÃO FINANCEIRA	6,2%	402,6%	90,3%	114,8%
ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/DESP. EFETIVA	5,8%	80,1%	47,4%	53,4%
GASTO DIRETO/ DESP. RESPONS. UNIÃO	69,0%	90,3%	55,5%	48,8%
TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS/DESP. EFETIVA	7,8%	2,4%	7,5%	8,3%
TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS/DNF	8,3%	12,3%	14,3%	17,8%
TRANSFERENCIAS CONSTITUCIONAIS/GASTO DIRETO	13,2%	15,5%	30,1%	44,4%
PESSOAL E ENCARGOS/DESP. EFETIVA	22,3%	4,4%	14,0%	11,0%
PESSOAL E ENCARGOS/ DNF	23,7%	22,0%	26,7%	23,5%
PESSOAL E ENCARGOS/GASTO DIRETO	37,4%	27,8%	56,1%	58,7%

Fonte: Elaboração **SEGES**

\* Na década de 1990, o refinanciamento da dívida fez parte do orçamento fiscal e, desde 1995 a assunção pelo governo federal da dívida dos estados.

\* A rubrica gasto com pessoal inclui apenas os servidores ativos e inativos públicos federais. Serviços terceirizados estão inclusos nas demais despesas correntes.

RQS Nº 03/2005 - CN	
CPMI - CORREIOS	
Fls.:	0296
	3631
Doc:	43

**Tabela 2.15 - Taxa Média de Crescimento (% aa) (Média de Períodos: 1980-1990; 1990-1996; 1996-2002)**

<b>Categorias de Despesas</b>	<b>1980-1990</b>	<b>1990-1996</b>	<b>1996-2002</b>
DESPESA EFETIVA	86,25	-10,70	9,23
ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA <sup>a</sup>	1.314,89	-13,13	12,50
DESPESA NÃO FINANCEIRA	10,33	-0,91	6,27
TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	19,97	1,70	11,90
DESPESA S/ RESP. DA UNIÃO	9,46	-1,28	5,33
GASTO DIRETO	15,48	-7,21	2,68
PESSOAL E ENCARGOS <sup>b</sup>	8,90	2,43	3,57

Fonte: Elaboração SEGES

\* Crescimento com base nas despesas a preços de 2002.

\* O ajuste para reais de 2002 foi feito a partir do deflator implícito do PIB para cada ano de referência.

(a) Na década de 1990, o refinanciamento da dívida fez parte do orçamento fiscal e, desde 1995 a assunção pelo governo federal da dívida dos estados.

(b) A rubrica gasto com pessoal inclui apenas os servidores ativos e inativos públicos federais. Serviços terceirizados estão inclusos nas demais despesas correntes.

RQS Nº 03/2005 - CN
CPMI CORREIOS
0297
Fls.: _____
Doc: <b>36341</b>

**Tabela 2.16 - Governo Federal - 1980-2002: Evolução de Algumas Rubricas de Gastos (em % sobre a respectiva Despesa Não Financeira)**

	1980	1990	1996	2002
<b>PESSOAL E ENCARGOS <sup>a/d</sup></b>	<b>23,66</b>	<b>21,99</b>	<b>26,66</b>	<b>23,45</b>
<i>Administração Direta <sup>b</sup></i>	<b>30,10</b>	<b>21,89</b>	<b>36,72</b>	<b>35,66</b>
Pessoal Ativo Civil	7,09	7,40	9,91	10,74
Pessoal Ativo Militar	8,44	4,79	7,20	5,56
Encargos Sociais	2,71	1,30	2,28	2,03
Inativos e Pensionistas	11,85	8,41	17,34	17,32
<i>Administração Indireta <sup>c</sup></i>	<b>18,38</b>	<b>22,12</b>	<b>19,47</b>	<b>7,74</b>
Pessoal Ativo Civil	15,82	22,12	10,37	3,91
Pessoal Ativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos Sociais	1,29	0,00	2,43	0,90
Inativos e Pensionistas	1,28	0,00	6,67	2,92
<b>TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS <sup>a</sup></b>	<b>12,09</b>	<b>14,93</b>	<b>20,03</b>	<b>26,10</b>
<i>Administração Direta <sup>b</sup></i>	<b>26,84</b>	<b>26,68</b>	<b>40,82</b>	<b>44,94</b>
A Estados	19,44	26,23	24,88	25,40
A Municípios	7,40	0,45	15,94	19,54
<i>Administração Indireta <sup>c</sup></i>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5,32</b>	<b>6,30</b>
A Estados	0,00	0,00	3,43	5,39
A Municípios	0,00	0,00	3,98	8,93
<b>BENEFÍCIOS PAGOS A PESSOAS OU UNIDADES FAMILIARES <sup>a</sup></b>	<b>20,56</b>	<b>22,72</b>	<b>30,88</b>	<b>32,24</b>
<i>Administração Direta <sup>b</sup></i>	0,16	1,35	0,01	1,71
<i>Administração Indireta <sup>c</sup></i>	37,29	49,85	52,80	56,27

Fontes: para os dados primários, em moeda corrente, Balanços Gerais da União, para 1980 e 1990; para 1996 e 2002, base de dados SIAFI/SIDOR.

(a) Comparada com a Despesa Não Financeira Total

(b) Comparada com a Despesa Não Financeira da Administração Direta

(c) Comparada com a Despesa Não Financeira da Administração Indireta

RQS Nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
0298
Fls.: - -
Doc: 3631

(d) A rubrica gasto com pessoal inclui apenas os servidores ativos e inativos públicos federais. Serviços terceirizados estão inclusos nas demais despesas correntes.

RQS Nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
0299
Fls.: _____
3631
Doc: _____

**Tabela 2.17 - Governo Federal - 1980-2002: Evolução de Algumas Rubricas de Gastos (em percentual sobre o PIB)**

	1980	1990	1996	2002
<b>DESPESA NÃO FINANCEIRA</b>	<b>14,02</b>	<b>24,39</b>	<b>19,31</b>	<b>23,73</b>
<i>Administração Direta</i>	<b>6,32</b>	<b>13,65</b>	<b>8,02</b>	<b>10,45</b>
<i>Administração Indireta</i>	<b>7,70</b>	<b>10,74</b>	<b>11,29</b>	<b>13,28</b>
<b>PESSOAL E ENCARGOS <sup>a</sup></b>	<b>3,32</b>	<b>5,36</b>	<b>5,15</b>	<b>5,57</b>
<i>Administração Direta</i>	<b>1,90</b>	<b>2,99</b>	<b>2,94</b>	<b>3,73</b>
Pessoal Ativo Civil	0,45	1,01	0,79	1,12
Pessoal Ativo Militar	0,53	0,65	0,58	0,58
Encargos Sociais	0,17	0,18	0,18	0,21
Inativos e Pensionistas	0,75	1,15	1,39	1,81
<i>Administração Indireta</i>	<b>1,42</b>	<b>2,38</b>	<b>2,20</b>	<b>1,84</b>
Pessoal Ativo Civil <sup>b</sup>	1,22	2,38	1,16	0,93
Pessoal Ativo Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos Sociais	0,10	0,00	0,30	0,21
Inativos e Pensionistas	0,10	0,00	0,75	0,69
<b>TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS</b>	<b>1,70</b>	<b>3,64</b>	<b>3,87</b>	<b>6,19</b>
<i>Administração Direta</i>	<b>1,70</b>	<b>3,64</b>	<b>3,27</b>	<b>4,70</b>
A Estados	1,23	3,58	1,99	2,66
A Municípios	0,47	0,06	1,28	2,04
<i>Administração Indireta</i>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,59</b>	<b>1,50</b>
A Estados	0,00	0,00	0,28	0,56
A Municípios	0,00	0,00	0,32	0,93
<b>TRANSFERÊNCIAS A PESSOAS OU UNIDADES FAMILIARES <sup>c</sup></b>	<b>2,88</b>	<b>5,54</b>	<b>5,96</b>	<b>7,65</b>
<i>Administração Direta</i>	<b>0,01</b>	<b>0,18</b>	<b>0,00</b>	<b>0,18</b>
<i>Administração Indireta</i>	<b>2,87</b>	<b>5,36</b>	<b>5,96</b>	<b>7,47</b>
<b>PIB em R\$ de 2002</b>	<b>845.652,22</b>	<b>988.307,26</b>	<b>1.180.132,27</b>	<b>1.321.490,50</b>



Fontes: para os dados primários, em moeda corrente, Balanços Gerais da União, para 1980 e 1990; para 1996 e 2002, base de dados SIAFI/SIDOR. Para o PIB, IBGE/DECNA.

(a) A rubrica gasto com pessoal inclui apenas os servidores ativos e inativos públicos federais. Serviços terceirizados estão inclusos nas demais despesas correntes.

(b) Não foi possível separar, no exercício de 1990, pessoal ativo de inativos e pensionistas, ou determinar montantes de encargos sociais e obrigações patronais.

(c) Para o exercício de 1980, não foi possível identificar os pagamentos de benefícios pagos pelo sistema de previdência; para 1990, considerou-se que 90% das despesas correntes do INPS seriam destinadas ao pagamento de benefícios.

\* O ajuste para reais de 2002 foi feito a partir do deflator implícito do PIB para cada ano de referência.

RQS Nº 03/2005 - CN	
CPMI - CORREIOS	
0301	
Fis.:	
3631	
Doc:	

## Capítulo 3

### Gasto Social Federal

O Brasil é uma das jovens democracias em que o Estado vem intensificando sua intervenção em funções sociais. Seja em termos absolutos ou em proporção do PIB, o governo brasileiro ampliou o gasto nas políticas sociais, atingido o patamar dos 13,9% do PIB em 2001 (Tabela 3.3). Dessa forma, o caso brasileiro se alinha com países ricos e democracias consolidadas, e, especialmente em sistemas federativos, que enfrentam desde a década de 1980, por diversas razões, a delicada questão da expansão dos gastos sociais do governo. Em termos absolutos, o gasto social federal passou de 143,5 para 171,3 bilhões (em valores constantes de Dezembro de 2001) entre 1995 e 2001, revelando uma taxa de crescimento anual de 3,26 %. Em termos *per capita*, o gasto social elevou-se de R\$ 902,66 para R\$ 995,55 a uma taxa real média de 1,6% a.a. (Tabela 3.9). Parte dessa diferença entre o absoluto e o *per capita* deve-se ao perfil de crescimento da população, que cresce a uma taxa média igual a 1,4% a.a.

Não obstante a intensificação dos processos de descentralização em importantes áreas sociais como educação, saúde, e qualificação profissional, a partir da década de 90, o governo federal continua a realizar fortes inversões na área social. Com efeito, a rápida expansão dos gastos sociais num contexto de ajuste fiscal, característico dos países em desenvolvimento e elevado endividamento, fez com que o governo brasileiro recorresse a outros mecanismos fiscais para elevar a carga de recursos destinada ao financiamento de programas sociais, e, como evidenciam os dados apresentados, é nítida a progressiva ampliação

RQS Nº 03/2005 - CN CPMI - CORREIOS
Fls.: 0302
Doc: 3631 <sup>49</sup>

da participação das Contribuições Sociais no financiamento do gasto social. A arrecadação destas fontes se elevou de 20,0 % para 23,6% do PIB, no período 1995-2001 (Tabela 3.4).

No que concerne à sua composição, o gasto social se divide em 12 grandes áreas de atuação (Tabela 3.5) com um perfil bastante desigual na dotação de recursos entre elas. O padrão característico é fortemente concentrado em 05 áreas fins (Previdência Social, Benefícios a Servidores, Saúde, Educação e Cultura, e Emprego e Defesa do Trabalhador), as quais absorvem aproximadamente 91,6% dos recursos, na média do período. O segundo conjunto é formado pelas demais Áreas de Atuação, que absorvem o equivalente a 8,4% do GSF: Assistência Social e Habitação e Urbanismo, Alimentação e Nutrição, Saneamento e Meio-ambiente, Organização Agrária, Ciência e Tecnologia e Treinamento de Recursos Humanos.

Os dados também revelam uma importante transformação no período: o declínio da intervenção federal nas áreas de Educação e Saúde. A taxa média de crescimento da participação relativa nestes setores foi negativa (-2,6% ao ano), o que em parte reflete a intensificação dos processos de descentralização nestas áreas setoriais nos últimos anos da década.

Por outro lado, há uma importante evidência de que ocorreu uma significativa ampliação da participação relativa da Previdência Social. Em outras palavras, os dados revelam que esta área tem sido a principal prioridade alocativa do governo federal na área social. Aproximadamente 45% dos recursos federais nesta esfera são aplicados na Previdência. Todavia, este padrão não é surpreendente, se considerarmos que, como demonstram os dados comparativos apresentados na Tabela 3.11, o peso do gasto previdenciário no gasto social no Brasil é consideravelmente inferior aos casos de democracias jovens como a Argentina, ou do padrão de *welfare-state* europeu. O padrão brasileiro aproxima-se mais do modelo americano, no qual a Previdência Social corresponde a aproximadamente metade do gasto social do governo federal, e do modelo mexicano (Tabela 3.11).

RQS Nº 03/2005 - CN	
CPMI - CORREIOS	
Fls.:	0303
Doc:	3631 <sup>50</sup>

Um outro componente importante do gasto social brasileiro é a função de pagamento de Benefícios a Servidores. Ela foi a segunda principal área de intervenção social do governo federal brasileiro, respondendo por aproximadamente 22% do gasto social. Assim, conforme indicam os dados da Tabela 3.2, 66,6% do gasto social do governo foi direcionado para Previdência e Assistência Social (ver glossário). As demais políticas sociais (ver glossário) que passaram de 32,3% para 31,1% no período (Tabela 3.2).

Todavia, quando se comparam os crescimentos acumulados da expansão dos benefícios previdenciários no Regime Geral e no Setor Público, os dados da Tabela 3.8 evidenciam um importante ponto: a rápida expansão dos gastos sociais nas duas categorias. Considerando o gasto total acumulado no período 1995-2001, os dados indicam que o Regime Geral saiu de R\$ 59,5 bilhões, em 1995, para um montante de R\$ 73,5 bilhões, contra R\$ 28,6 bilhões, em 1995, para R\$ 31,5 bilhões no serviço público federal. Esse movimento apresenta uma taxa média anual de crescimento dos gastos previdenciários com o setor público da ordem de 1,7% a.a., em contraste com a taxa de 3,9% no Regime Geral. Por outro lado, a composição dos gastos previdenciários não se altera tanto, sendo o Regime Geral responsáveis por aproximadamente 67% e o Setor Público pelo restante.

Comparando o GSF com o total de dispêndios do governo federal em suas várias dimensões, verifica-se que a prioridade fiscal dada ao gasto foi irregular, tendo momentos de aumento e outros em que a participação do gasto social na despesa efetiva do governo federal cai, mas considerando todo o período se mantém praticamente constante. Por sua vez, nesse ínterim, a prioridade do gasto social em relação à despesa não financeira do governo também manteve trajetória irregular, embora registre aumento no período como um todo.

RQS Nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
0304
Fis.:
3631
Doc: 51

**Tabela 3.1 – Gasto Social Federal Nominal e Constante – 1995 a 2001 (em R\$ milhões)**

Ano	Valores Nominais	Valores Constantes (dez 2001)	Acumulado	1995=100	Evolução Real Anual
1995	79.170	143.538	143.538	100	
1996	92.742	151.497	295.035	105,5	5,5
1997	107.473	162.925	314.422	113,5	7,5
1998	118.945	173.998	336.923	121,2	6,8
1999	128.422	167.617	341.615	116,8	-3,7
2000	147.667	169.802	337.419	118,3	1,3
2001	164.809	171.273	341.075	119,3	0,9

Fonte: IPEA

**Tabela 3.2 - Evolução do Gasto Social Federal por Grandes Áreas de Atuação – 1995 a 2001 (em %)**

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Previdência e Assistência Social*	67,7%	70,0%	67,6%	69,1%	70,2%	68,4%	68,7%
Políticas Sociais*	32,3%	30,0%	32,4%	30,9%	29,8%	31,5%	31,3%
Gasto Social Federal	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: IPEA (elaboração SEGES).

RQS Nº 03/2005 - CN
CPMT - CORREIOS
0305
Fls.: _____
3631
Doc: _____

**Tabela 3.3 - Gasto Social Federal em Relação ao Produto Interno Bruto – 1995 a 2001 (em % do PIB)**

Ano	PIB (Nominal)	GSF (nominal)	GSF /PIB	1995=100
1995	646.192	79.170	12,3	100,0
1996	778.887	92.742	11,9	97,2
1997	870.743	107.473	12,3	100,7
1998	914.188	118.945	13,0	106,2
1999	963.869	128.422	13,3	108,7
2000	1.086.700	147.667	13,6	110,9
2001	1.184.769	164.809	13,9	113,5

Fonte: IPEA e IBGE

**Tabela 3.4 – Gasto Social Federal e Carga Tributária – 1995 a 2001 (em R\$ milhões constantes para dezembro de 2001)**

Ano	Gasto Social Federal/PIB (%)	Carga Tributária Bruta/PIB (%)	Contribuições Sociais/PIB (%)	Carga Tributária/Gasto Social Federal (%)	Contribuições Sociais/ Gasto Social Federal (%)
1995	12,3	9,9	20,0	80,5%	162,6%
1996	11,9	10,0	19,3	84,0%	162,2%
1997	12,3	10,7	19,6	87,0%	159,3%
1998	13,0	10,4	20,4	80,0%	156,9%
1999	13,3	11,6	22,4	87,2%	168,4%
2000	13,6	12,7	22,8	93,4%	167,6%
2001	13,9	13,1	23,6	94,2%	169,8%

Fonte: IPEA e IBGE

RQS Nº 03/2005 - CN	
CPMI - CORREIOS	
Fis.:	0306
Doc:	3631

**Tabela 3.5 - Gasto Social Federal por Área de Atuação – 1995 a 2001 (em R\$ milhões correntes para dezembro de 2001)**

Área de Atuação	1995	% Gasto Social	% Acumulado	2001	% Gasto Social	% Acumulado
Previdência Social	63.409	44,2%	44,2%	77.072	45,0%	45,0%
Benefícios a Servidores	31.901	22,2%	66,4%	34.194	20,0%	65,0%
Saúde	23.030	16,0%	82,4%	23.181	13,5%	78,5%
Educação e Cultura	12.488	8,7%	91,1%	11.664	6,8%	85,3%
Emprego e Defesa do Trabalhador	5.355	3,7%	94,9%	7.859	4,6%	89,9%
Assistência Social	1.856	1,3%	96,2%	6.355	3,7%	93,6%
Habitação e Urbanismo	950	0,7%	96,8%	4.041	2,4%	96,0%
Saneamento e Meio-Ambiente	552	0,4%	97,2%	3.156	1,8%	97,8%
Organização Agrária	1.989	1,4%	98,6%	1.827	1,1%	98,9%
Alimentação e Nutrição	1.400	1,0%	99,6%	1.333	0,8%	99,7%
Ciência e Tecnologia	547	0,4%	100,0%	566	0,3%	100,0%
Treinamento de Recursos Humanos	62	0,0%	100,0%	24	0,0%	100,0%
Gasto Social Federal	143.539	100,0%		171.272	100,0%	

Fonte: IPEA

**Tabela 3.6 - Gasto Social Federal, Gasto Previdenciário e Não-Previdenciário – 1995 a 2001 (em R\$ milhões constantes para dezembro 2001)**

Ano	GSF	Gasto Previdenciário Total*	Gasto Não-Previdenciário	GNP/GSF
1995	143.538	88.152	55.386	38,6%
1996	151.497	99.673	51.824	34,2%
1997	162.925	99.824	63.101	38,7%
1998	173.998	108.423	65.575	37,7%
1999	167.617	107.343	60.274	36,0%
2000	169.802	104.994	64.808	38,2%
2001	171.273	105.162	66.111	38,6%

Fonte: IPEA

RQS Nº 03/2005 - CN	
CPMI - CORREIOS	
Fls.:	0307
3631	
Doc:	

**Tabela 3.7 - Gastos em Previdência Social, Benefícios a Servidores e Educação e Saúde – 1995 a 2001 (em % do Gasto Social Federal).**

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	Taxa de Crescimento Anual 1995/ 2001 (% a.a)
Previdência Social	44,2%	47,8%	45,1%	46,2%	47,0%	46,1%	45,0%	0,3%
Benefícios a Servidores	22,2%	20,8%	20,5%	20,5%	20,5%	19,4%	20,0%	-1,7%
Educação e Saúde	16,0%	13,9%	14,6%	13,0%	13,9%	13,8%	13,5%	-2,6%
Gasto Social Federal	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	

Fonte: IPEA (elaboração SEGES).

**Tabela 3.8 - Participação do Regime Geral e do Setor Público na Composição do Gasto Social Previdenciário – 1995 a 2001 (em R\$ milhões constantes para dezembro 2001)**

Ano	Gasto Social Previdenciário	Regime Geral	Acumulado	% GSP	Setor Público	Acumulado	% GSP
1995	88.152	59.530	59.530	67,5%	28.622	28.622	32,5%
1996	99.673	68.277	127.807	68,5%	28.396	57.018	28,5%
1997	99.824	69.933	197.740	70,1%	29.892	86.910	29,9%
1998	108.423	76.189	273.929	70,3%	32.235	119.145	29,7%
1999	107.343	76.217	350.146	71,0%	31.126	150.271	29,0%
2000	104.994	74.509	424.655	71,0%	30.485	180.756	29,0%
2001	105.162	73.574	498.229	70,0%	31.588	212.344	30,0%

Fonte: IPEA e IBGE

RQS Nº 03/2005 - CN CPMI - CORREIOS	
Fls.:	0308
Doc:	3631

**Tabela 3.9 - Gasto Social Federal atualizado e per capita – 1995 a 2001 (em R\$ Milhões Constantes para Dezembro 2001)**

Ano	Gasto Social Federal (R\$ milhões)	População * (milhões)	Gasto Social Per Capita	1995=100
1995	143.538	159.016	902,66	100,0
1996	151.497	161.247	939,53	104,1
1997	162.925	163.471	996,66	110,4
1998	173.998	165.688	1.050,15	116,3
1999	167.617	167.910	998,26	110,6
2000	169.802	169.799	1.000,02	110,8
2001	171.273	172.038	995,55	110,3

Fonte: IPEA e IBGE

1. População estimada para Julho de 2001 segundo metodologia do IBGE para a década.

**Tabela 3.10 - Gasto Social Federal em comparação com Outras Despesas – 1995 a 2001 (em %)**

	1995	2001	Varição Absoluta
Gasto Social Federal (GSF) / Despesa Total	25,6%	23,4%	-2,2%
Gasto Social Federal (GSF) / Despesa Total Efetiva	27,4%	24,6%	-2,8%
Gasto Social Federal (GSF) / Despesa Financeira	69,1%	37,6%	-31,4%
Gasto Social Federal (GSF) / Despesa Não-Financeira	45,5%	70,8%	25,3%
Transferências Intra-Governamentais/Gasto Social Federal (GSF)	26,1%	19,9%	-6,2%

Fonte: IPEA (elaboração SEGES).

RQS Nº 03/2005 - CN	
CPMI - CORREIOS	
Fis.:	0309
Doc:	3631

**Tabela 3.11 - Proporção do Gasto do Governo Central em Previdência Social (em % do Gasto Social)**

Países Selecionados	Ano	Previdência Social % Gasto Social
Canadá	2000	87,2%
Argentina	2000	82,2%
Suécia	1999	80,7%
Uruguai	2000	79,4%
Noruega	1998	74,6%
Dinamarca	2000	70,2%
Suíça	1999	67,9%
Finlândia	1998	67,0%
BRASIL (II)	2001	66,6%
Espanha	1997	66,1%
Japão	1993	63,1%
Reino Unido	1999	62,7%
China	1999	60,7%
Austrália	1998	59,0%
Holanda	1997	58,4%
Estados Unidos	2000	52,8%
Nova Zelândia	2000	52,4%
Chile	2000	51,5%
BRASIL (I)	2001	45,0%
Bolívia	2000	39,0%
México	1999	36,5%
Coreia	1997	31,1%
Venezuela	2000	28,0%
Colômbia	1999	24,6%

Fonte: Government Finance Statistics Yearbook para os Demais Países  
 Brasil I - inclui apenas Previdência Social. Brasil II - Previdência Social + Benefícios a Servidores

RQS Nº 03/2005 - CN	
CPMI - CORREIOS	
Fis.:	0310
Doc:	3631

**Tabela 3.12 - Participação do gasto em Previdência Social (em % a despesa não-financeira)**

	Ano	Previdência Social
Uruguai	2000	60,86
Suíça	1999	49,15
Argentina	2000	48,46
Suécia	1999	46,29
Canadá	2000	44,61
Dinamarca	2000	40,90
Espanha	1997	39,63
Noruega	1998	39,03
Nova Zelândia	2000	38,63
Holanda	1997	37,38
Finlândia	1998	36,90
Japão	1993	36,80
Reino Unido	1999	36,50
Chile	2000	36,42
Austrália	1998	35,46
Estados Unidos	2000	28,25
Brasil	2001	26,90
México	1999	21,17
Bolívia	2000	21,02
Venezuela	2000	14,15
Colômbia	1999	12,10
Corea	1997	10,79
China	1999	3,79

Fonte: IMF Government Finance Statistics Yearbook e IPEA para os dados do Brasil referentes a 2001

RQS Nº 03/2005 - CN CPMI - CORREIOS
Fls.: <b>0311</b>
<b>3631</b>
Doc:

## Glossário – Gasto Social

- Gasto Previdenciário Total inclui: a) os gastos com pensionistas, inativos e pensões e aposentadorias especiais, não computando os demais gastos da área que representam benefícios não enquadrados como previdenciários (vale-transporte, auxílio-alimentação, e auxílio-creche); e b) os gastos da Previdência Social relativos a aposentadorias, pensões e auxílios e outros benefícios previdenciários, deixando-se de computar os gastos com manutenção administrativa do MAPS.
- Gasto Social Não-Previdenciário inclui : diferença entre o total do Gasto Social Federal e os Gastos Previdenciários (incluindo manutenção administrativa do MAPS)
- Carga Tributária Bruta é o que cada esfera de governo (federal, estadual e municipal) arrecada. Corresponde a receita sem deduções das transferências ao setor privado da economia, como os subsídios, benefícios da seguridade social, e os saques do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- Contribuições Sociais – inclui a Contribuição de Empregados e Empregadores sobre a Folha de Salários (INSS); Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (CONFINS); Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF); Contribuição Social sobre Lucro Líquido Pessoa Jurídica (CSLLPJ); PIS/PASEP; Contribuição para a Seguridade do Servidor Público, e outras de menor significância, e ainda o Salário Educação e o FGTS incorporado ao Gasto Social Federal.

RQS Nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS
0312
Fis.: _____
3631
Doc: _____ 59

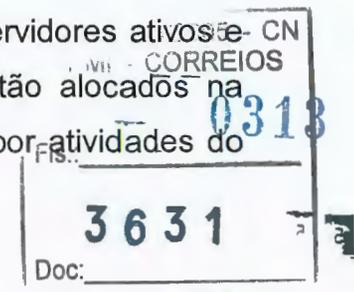
## Capítulo 4

### Pessoal

Esse capítulo constitui uma primeira abordagem do tema Pessoal na Administração Pública Federal, a partir da análise dos dados mais recentes. Pelo fato de a base utilizada ser a do SIAPE (Sistema Integrado de Administração de Pessoal), pode haver alguma desatualização ou mesmo alguma pequena desarticulação entre dados de algumas categorias, o que requererá, num momento posterior, a retomada da análise, com a utilização de outras bases. Ainda assim, os números são subsídios importantes para o desenho de políticas de recursos humanos para a próxima década. A consideração de aspectos como a idade média dos servidores, previsão de aposentadoria, a caracterização do quadro no que diz respeito ao seu papel na Administração, é essencial para a construção do cenário referencial com o qual se trabalha. Os números levantados permitem evidenciar, sobretudo, a tendência à diminuição do número de servidores e a correspondente diminuição da folha de pessoal em relação às despesas não financeiras, especialmente pelas conseqüências que trará para a formulação, implementação e monitoramento das políticas públicas, o atendimento à população e à sustentação do regime de previdência.

#### A Administração Pública Brasileira hoje

A força de trabalho da administração pública federal brasileira conta atualmente com 456.741 servidores ativos e 603.680 servidores inativos (destes, 221.420 são instituidores de pensão). Dos servidores ativos, 44% estão alocados na administração direta e 56% na administração indireta (Tabela 4.1). Em termos de distribuição de servidores por atividades do



Estado, considerando apenas o Executivo Civil, 29,7% dos servidores ativos atuam nas funções relacionadas ao Núcleo de Governo, 64,8% nas funções sociais (atendimento direto à população, nas áreas de Saúde, Educação, Seguridade Social) e 5,5% nas funções econômicas (para uma melhor compreensão dessa classificação, ver Box 1 na Introdução). Quando se considera a administração federal como um todo, a distribuição da força de trabalho para o ano de 2002 é de 62,2% no Núcleo de Governo, 34,9% nas funções sociais e 3,0% nas funções econômicas (Quadro 4.1).

Quadro 4.1 – Variação no Quantitativo de Servidores Ativos por Função Para o Executivo Civil e para a Administração Federal, 1996-2002.

<b>Executivo Civil</b>				Variação		
	1996	% Total	2002	% Total	Absoluta	% Total
Núcleo de Governo	149.052	26,9%	135.549	29,7%	<b>-13.503</b>	13,8%
Social	381.486	68,8%	295.966	64,8%	<b>-85.520</b>	87,2%
Econômico	24.228	4,4%	25.226	5,5%	<b>998</b>	-1,0%
<b>Total</b>	<b>554.766</b>	<b>100,0%</b>	<b>456.741</b>	<b>100,0%</b>	<b>-98.025</b>	<b>100,0%</b>
<b>Administração Federal *</b>				Variação		
	1996	% Total	2002	% Total	Absoluta	% Total
Núcleo de Governo	564.839	58,2%	527.613	62,2%	<b>-37.226</b>	30,6%
Social	381.486	39,3%	295.966	34,9%	<b>-85.520</b>	70,2%
Econômico	24.228	2,5%	25.226	3,0%	<b>998</b>	-0,8%
<b>Total</b>	<b>970.553</b>	<b>100,0%</b>	<b>848.805</b>	<b>100,0%</b>	<b>-121.748</b>	<b>100,0%</b>

\*A administração federal inclui o Poder Legislativo, o Poder Judiciário, os Militares, o Banco Central do Brasil e o Ministério Público da União

RQS Nº 03/2005 - CN	
CPMI - CORREIOS	
Fls.: -	-
	<b>0314</b>
Doc:	<b>3631</b>

**Quadro 4.2 - Servidores Públicos Federais Inativos no Executivo por Órgão (2002)**

Sigla	Denominação Atual	2002	% Total
MS	Saúde	117.905	19,5%
MEC	Educação e Cultura	94.814	15,7%
MT	Transportes	78.138	12,9%
MD - AER - EX - M	Defesa	66.534	11,0%
MF	Fazenda	55.477	9,2%
MPAS	Previdência e Assistência Social	53.079	8,8%
MC	Comunicações	38.103	6,3%
MA - MAPA	Agricultura, Pecuária e Abastecimento	24.698	4,1%
MJ	Justiça	15.695	2,6%
MP - MARE	Planejamento, Orçamento e Gestão	14.286	2,4%
MTB	Trabalho e Emprego	11.672	1,9%
MIN	Integração Nacional	11.375	1,9%
MDA - INCRA	Desenvolvimento Agrário	5.376	0,9%
MMA - MMARHAL	Meio Ambiente	4.526	0,7%
MCT	Ciência e Tecnologia	3.154	0,5%
MRE	Relações Exteriores	2.133	0,4%
PR	Presidência da República	1.966	0,3%
MME	Minas e Energia	1.943	0,3%
MINC	Cultura	1.564	0,3%
MDIC - MICT MTUR	Desenvolvimento, Indústria e Comércio	1.230	0,2%
ME	Esportes e Turismo	12	0,0%
Total		603.680	100,0%

Fonte: DW - Pessoal, Base de Dados do SIAPE/MP

Nota: PR - Inclui antiga SAE Outros - Inclui Ex-Ministérios

Os dados coletados indicam que 38,6% deste universo de servidores encontra-se ocupando cargos cujo requisito de ingresso é possuir certificação de escolaridade de nível superior (Tabela 4.1). No entanto, levando-se em consideração que a entrada de dados na base do SIAPE depende, em parte, do interesse dos servidores, é de supor que mais que 40% dos

RGS Nº 03/2005 - CN  
 CPMI - CORREIOS  
 - 0315  
 Fls.:  
 36361  
 Doc:

servidores tenham nível superior. Numericamente, cerca de 60% dos servidores encontram-se em cargos com requisitos de nível médio de escolaridade; não há, porém, de uma forma geral, incentivos para a atualização da declaração de escolaridade (percepção de gratificações ou ocupação de cargos). Assim, supõe-se existir, nesta categoria, servidores com maior qualificação que a exigida pelo cargo.

A composição atual da força de trabalho (tabela 4.1) também reflete a política adotada nas últimas administrações em termos de redução do número de ingressos na Administração Pública, estando mais envelhecida. Em termos absolutos, a administração federal atualmente conta com mais funcionários na inatividade – apenas 43% são funcionários ativos, sendo a proporção ativos/inativos (incluindo instituidores de pensão) em torno de 1 para 1,3. No que se refere à idade média, 27% da força de trabalho está situada na faixa de 51 a 70 anos, revelando o alto potencial de evasão de funcionários federais no curto prazo, especialmente nos Ministérios de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Relações Exteriores, Saúde e Trabalho (42%). O tempo médio de serviço é de 17 anos e a idade média de aposentadoria no governo federal é de 55 anos, para uma idade média de entrada de 33 anos, conseqüência da realização de concursos com maior nível de exigência, seja em termos de escolaridade, seja de experiência.

Como tendência geral, os dados evidenciam uma considerável redução da força de trabalho no Executivo Civil, no período 1996 – 2002, tanto em relação à Administração Direta quanto à Indireta. Até a promulgação da Constituição de 1988, a estrutura federativa do Estado Brasileiro tinha um componente Federal extremamente forte atuando em todos os campos. Os componentes Estadual e Municipal tinham participação mais residual, o primeiro por ser fraco, mas com amplas superposições com o Federal e o segundo pela estrutura financeira relativamente mais frágil e pelas atribuições bastante restritas. Após a Constituição, promoveu-se uma repartição de receitas e atribuições, na qual coube aos governos estaduais e municipais a maior

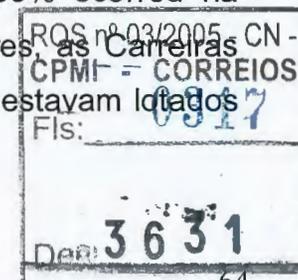
CPMI - CN -
CPMI - CORREIOS
Fis: 0316
3631
Doc:

parte das ações de prestação de serviço direto à população. Caberia ao nível Federal, especialmente, a formulação, coordenação e articulação de políticas públicas nos diversos campos, uma parcela expressiva de ações policiais ou fiscalizatórias, ensino superior e técnico, ciência e tecnologia, regulação das atividades econômicas e promoção do desenvolvimento. Com isso, o perfil da força de trabalho do Executivo Civil Federal deveria mudar.

Com efeito, mudanças ocorreram, mas não de todo desejáveis: houve uma redução considerável do número de servidores ativos entre 1996 e 2002, em virtude principalmente do número de aposentadorias ocorridas no período, não compensada pelo número de ingressos ocorridos no período. A variação do número de servidores não foi uniforme nas áreas de atuação: na área econômica, houve aumento do número de funcionários (principalmente no Ministério da Fazenda); nas áreas de Saúde, Planejamento e Educação, por sua vez, as reduções foram consideráveis. De toda forma, predominaram as variações negativas do número de funcionários.

Ao se analisar o número de inativos civis do Poder Executivo, percebe-se um considerável aumento entre 1996 e 2002. Este comportamento foi observado em todas as regiões do país, mas principalmente na região Centro-Oeste, indicando que parcela relevante das aposentadorias ocorreu no quadro de pessoal da sede dos diversos órgãos, em Brasília (tabela 4.5). O maior crescimento do número de inativos no período foi observado nos ministérios da Saúde, Fazenda e Educação, notadamente os que possuem os maiores quadros de pessoal ativo (Tabela 4.9).

A tendência à redução quantitativa no número de servidores, para a administração direta e indireta, foi de 98.025 servidores (o que representava, em 1996, cerca de 17,6% da força de trabalho ativa). Dessa redução, 39% ocorreu na administração direta e 61% na administração indireta. Se forem incluídos os quantitativos dos demais Poderes, as Carreiras Jurídicas e o Banco Central, tem-se uma redução de 121.748 postos de trabalho (Quadro 4.1), dos quais 70% estavam lotados

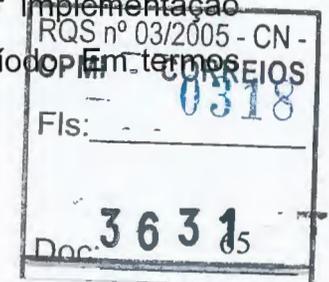


no que se classifica como área social. Curiosamente, as autarquias não sofreram tanta redução de postos, indicando fortalecimento desse modelo institucional.

O quantitativo de servidores na inatividade no Executivo Civil (Tabela 4.2) também deve ser cuidadosamente analisado. O número aumenta na administração direta e nas fundações – no primeiro caso, passa de 358.867 em 1996 (representando, então, 64,7%) para 406.444 em 2002 (89% do total de inativos). A análise do quadro, para maior abrangência, precisa considerar que aposentados, ao falecer, instituem pensão que pode ser vitalícia ou temporária – ou seja, a relação ativo/inativo tem mais uma razão para continuar a diminuir, nesse cenário. No caso das fundações, verifica-se a mesma tendência, embora em menor escala, dado que apenas 8.500 servidores se aposentaram no mesmo período.

A redução do tamanho do setor público, nítida sob diversos pontos de vista, também pode ser percebida ao se considerar a relação entre servidores e população, seja em termos absolutos, *per capita* (servidores/1.000 habitantes), seja em relação à população economicamente ativa (PEA). A proporção de servidores ativos por mil habitantes diminuiu consideravelmente em todas as regiões do País, bem como em todos os tipos de administração federal (Tabela 4.3). Se, em 1996, havia no Brasil 3,59 servidores federais ativos para cada mil habitantes, em 2002 esta relação declina para o patamar de 2,45.

A redução de funcionários ativos (postos de trabalho) foi diferenciada pelos Ministérios, como apontado anteriormente. No Ministério da Fazenda, por exemplo, a força de trabalho foi aumentada, com o saldo de 22.279 servidores entre 1996 e 2002, no desempenho de atividades de fiscalização e arrecadação. Isso ilustra, em alguma medida, um processo de fortalecimento da dimensão fiscal do Estado Brasileiro. Por outro lado, os setores com alta demanda por implementação descentralizada de políticas e mais voltados para a área social perderam mais funcionários neste mesmo período.



comparativos, como ilustram os dados da Tabela 4.8, 57% da perda total de postos de trabalho ocorreram no Ministério da Saúde (-56.112), 27,7% no Ministério do Planejamento (-27.161), 11,8% no Ministério da Educação (-11.581) e 9,7% no Ministério da Previdência e Assistência Social (-9.496), o que pode indicar o processo de descentralização ocorrida na área social. Para confirmar essa hipótese, há que se conferir o número de contratações efetuadas por Estados e Municípios na área neste período.

É curioso notar que a redução do número de pessoal também em termos de funções ou papéis do Estado – Núcleo de Governo, Social e Econômico (essa classificação está esclarecida no Box 01 na Introdução). Como mostra o Quadro 4.1, nas funções de Núcleo de Governo ocorre perda de postos, seja em termos mais gerais (30,6%), seja em relação apenas ao Executivo Civil (13,8%).

É necessário, também, levar em consideração o gasto com servidores ativos civis em relação ao PIB, que passa de 3,39% em 1990 para 2,05% em 2002 e a relação entre despesa Pessoal/Total Despesa não financeira, que passa de 29,52% em 1990 para 14,67% em 2002 (ver tabelas 2.16 e 2.17 no capítulo 2). Isso vai se refletir na análise da evolução em termos de remuneração de Pessoal: a remuneração no setor público, considerando os ativos, encontra-se no patamar de R\$ 2.334,00, a preços de dezembro de 2002 (tabela 4.16).

Em relação a outros Poderes, a remuneração do Poder Executivo encontra-se muito abaixo, em termos de média. Há, igualmente, distorções na remuneração dos servidores públicos e o valor por ele agregado, em relação ao mercado e à própria Administração Pública. Na análise deste “valor agregado”, deve-se levar em consideração, sempre, que existem fatores intangíveis que diferenciam a remuneração do setor público com a do setor privado: a estabilidade do servidor público e a



aposentadoria com vencimento integral. Esses fatores não são facilmente quantificáveis para a análise salarial e, além disso, a percepção deste valor pode mudar de pessoa para pessoa, conforme sua perspectiva e expectativa de carreira.

Uma política de Recursos Humanos para o atual Governo, dado o cenário de depauperação, deve-se pautar pelo fortalecimento da burocracia estatal, com o respeito aos princípios do sistema de mérito, aos preceitos constitucionais e o compromisso com a regulamentação das relações de trabalho no âmbito do Setor Público. Para isso, há que se rever a situação atual de cargos e carreiras existentes na APF e alinhá-la às necessidades da Administração, em termos de adequação do quantitativo de cargos existentes (análise de autorização de concursos), suas atribuições (análise dos cargos existentes) e remuneração, levando-se em consideração as restrições macroeconômicas, orçamentárias e financeiras.

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fis: 0320
Doc 3631

**Tabela 4.1 - Perfil Geral das Características dos Recursos Humanos na Administração Federal Total Administração Pública Federal (dezembro de 2002)**

		<b>Ministérios</b>	<b>% total</b>	<b>Autarquias</b>	<b>% total</b>	<b>Fundação</b>	<b>% total</b>	<b>Total</b>
<b>Quantidade de servidores</b>	Ativos	200.191	43,8%	192.142	42,1%	64.408	14,1%	456.741
	Aposentados	232.243	60,8%	116.683	30,5%	33.343	8,7%	382.269
	Instituidor de Pensão	174.208	78,7%	34.862	15,7%	12.350	5,6%	221.420
<b>Quantidade de cedidos</b>		4.497	12,0%	1.728	4,6%	31.404	83,5%	37.629
<b>Escolaridade</b>	NA	8.975	36,6%	10.314	42,0%	5.264	21,4%	24.553
	NI	108.919	47,8%	87.981	38,6%	30.847	13,5%	227.747
	NS	70.678	38,6%	86.233	47,1%	26.052	14,2%	182.963
	S/info*	11.619	54,1%	7.614	35,5%	2.245	10,5%	21.478
	Total	200.191	43,8%	192.142	42,1%	64.408	14,1%	456.741
<b>Idade - ativos</b>	Ate 30 anos	9.274	35,3%	11.523	43,9%	5.466	20,8%	26.263
	31 a 50 anos	130.010	42,2%	134.020	43,5%	43.966	14,3%	307.996
	51 a 70 anos	60.542	49,6%	46.524	38,1%	14.934	12,2%	122.000
	Acima de 70 anos	360	75,8%	73	15,4%	42	8,8%	475
	S/ info	5	71,4%	2	28,6%	0	0,0%	7
	Total	200.191	43,8%	192.142	42,1%	64.408	14,1%	456.741
<b>Idade - aposentados</b>	Ate 30 anos	11	52,4%	8	38,1%	2	9,5%	21
	31 a 50 anos	8.864	44,6%	7.970	40,1%	3.058	15,4%	19.892
	51 a 70 anos	125.194	55,5%	77.007	34,1%	23.561	10,4%	225.762
	Acima de 70 anos	97.543	71,8%	31.672	23,3%	6.722	4,9%	135.937

RGS nº 03/2005 - CN -  
 CPMI - CORREIOS  
 Fls. 0321  
 3631  
 Doc:

S/ info	631	96,0%	26	4,0%	0	0,0%	657
Total	232.243	60,8%	116.683	30,5%	33.343	8,7%	382.269
<b>Remuneração Média (R\$ Dezembro 2002)</b>							
	2.197		2.382		2.017		2.199
<b>Tempo médio de serviço</b>	18		16		17		17
<b>Idade média de aposentadoria</b>	57		54		54		55

Fonte: DW - SIAPE. Elaboração SEGES

\*Referem-se às funções DAS que não têm informação de escolaridade e a outros sem informação no cadastro.

**Tabela 4.2 - Quantitativo de Servidores Federais Ativos e Inativos do Executivo Civil por Situação de Vínculo - 1996 e 2002**

Servidores Ativos	1996	% total	2002	% total	Varição Absoluta
Adm. Direta	238.258	42,9%	200.191	43,8%	-38.067
Autarquias	211.063	38,0%	192.142	42,1%	-18.921
Fundações	105.445	19,0%	64.408	14,1%	-41.037
<b>Total</b>	<b>554.766</b>	<b>100,0%</b>	<b>456.741</b>	<b>100,0%</b>	<b>-98.025</b>

Servidores Inativos	1996	% total	2002	% total	Varição Absoluta
Adm. Direta	358.867	64,1%	406.444	67,3%	47.577
Autarquias	163.755	29,3%	151.544	25,1%	-12.211
Fundações	37.192	6,6%	45.692	7,6%	8.500
<b>Total</b>	<b>559.814</b>	<b>100,0%</b>	<b>603.680</b>	<b>100,0%</b>	<b>43.866</b>

Fonte: DW - Pessoal da base de dados SIAPE/MP e DEST/MP.

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: 0322
3631
Doc: 69

**Tabela 4.3 - Servidores Federais Ativos por 1000 habitantes, Brasil e Regiões - Administração Direta, Indireta e Total (1996 e 2002)**

Região	Adm. Direta		Variação Absoluta (%)	Adm. Indireta		Variação Absoluta (%)	Total		Variação Absoluta (%)
	1996	2002		1996	2002		1996	2002	
Brasil	1,54	1,15	-0,40	2,05	1,30	-0,75	3,59	2,45	-1,15
Norte	5,35	2,61	-2,74	4,08	1,27	-2,81	9,43	3,88	-5,55
Nordeste	0,85	0,67	-0,17	1,94	1,47	-0,47	2,79	2,15	-0,64
Sudeste	1,45	1,07	-0,39	1,80	1,25	-0,55	3,25	2,32	-0,93
Sul	0,80	0,61	-0,19	1,82	1,07	-0,74	2,62	1,68	-0,93
Centro-Oeste	4,08	3,03	-1,04	3,21	1,40	-1,82	7,29	4,43	-2,86

Fonte: DW-SIAPE.

RQS nº 03/2005 - CN -  
 CPMI - CORREIOS  
 Fls: 0323  
 3631  
 70  
 Doc:

**Tabela 4.4 - Quantitativo de Servidores Ativos do Poder Executivo - Brasil e Regiões - Administração Direta, Indireta e Total (1996 e 2002)**

<b>Total</b>					
	<b>1996</b>	<b>% Total</b>	<b>2002</b>	<b>% Total</b>	<b>Variação Absoluta</b>
<b>Brasil</b>	<b>554.766</b>	<b>100%</b>	<b>456.741</b>	<b>100%</b>	<b>-98.025</b>
Norte	70.461	13%	57.800	13%	-12.661
Nordeste	127.358	23%	99.867	22%	-27.491
Sudeste	219.005	39%	180.416	40%	-38.589
Sul	61.235	11%	52.608	12%	-8.627
Centro-Oeste	76.634	14%	66.050	14%	-10.584
S/I	73				
<b>Administração Direta</b>					
	<b>1996</b>	<b>% Total</b>	<b>2002</b>	<b>% Total</b>	<b>Variação Absoluta</b>
<b>Brasil</b>	<b>238.258</b>	<b>100%</b>	<b>200.191</b>	<b>100%</b>	<b>-38.067</b>
Norte	40.000	17%	35.242	18%	-4.758
Nordeste	38.754	16%	32.942	16%	-5.812
Sudeste	97.852	41%	79.543	40%	-18.309
Sul	18.732	8%	15.746	8%	-2.986
Centro-Oeste	42.853	18%	36.718	18%	-6.135
S/I	67		0		
<b>Administração Indireta</b>					
	<b>1996</b>	<b>% Total</b>	<b>2002</b>	<b>% Total</b>	<b>Variação Absoluta</b>
<b>Brasil</b>	<b>316.508</b>	<b>100%</b>	<b>256.550</b>	<b>100%</b>	<b>-59.958</b>
Norte	30.461	10%	22.558	9%	-7.903
Nordeste	88.604	28%	66.925	26%	-21.679
Sudeste	121.153	38%	100.873	39%	-20.280
Sul	42.503	13%	36.862	14%	-5.641
Centro-Oeste	33.781	11%	29.332	11%	-4.449
S/I	6		0		

Fonte: DW - Pessoal da Base SIAPE/MPO.

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Els: <u>0324</u>
Doc: <u>3631</u> 71

**Tabela 4.5 - Quantitativo de Servidores Inativos do Poder Executivo - Brasil e Região - Administração Direta, Indireta e Total (1996 e 2002)**

Total	1996	2002	Varição Absoluta
<b>Brasil</b>	<b>559.814</b>	<b>603.680</b>	<b>43.866</b>
Norte	31.951	36.695	4.744
Nordeste	129.335	134.295	4.960
Sudeste	266.720	273.128	6.408
Sul	52.206	53.812	1.606
Centro-Oeste	79.600	105.749	26.149
S/I	2	1	

Direta	1996	2002	Varição Absoluta
<b>Brasil</b>	<b>358.867</b>	<b>406.444</b>	<b>47.577</b>
Norte	22.460	27.229	4.769
Nordeste	61.998	69.579	7.581
Sudeste	182.408	191.162	8.754
Sul	27.101	28.710	1.609
Centro-Oeste	64.899	89.764	24.865
S/I	1	0	

Indireta	1996	2002	Varição Absoluta
<b>Brasil</b>	<b>200.947</b>	<b>197.236</b>	<b>-3.711</b>
Norte	9.491	9.466	-25
Nordeste	67.337	64.716	-2.621
Sudeste	84.312	81.966	-2.346
Sul	25.105	25.102	-3
Centro-Oeste	14.701	15.985	1.284
S/I	1	1	

Fonte: DW - SIAPE.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 0325
3631
72
Doc:

**Tabela 4.6 - Servidores Ativos do Poder Executivo por Região e Situação de Vínculo em Relação à PEA - Administração Direta, Indireta e Total (em % PEA)**

<b>Total</b>	<b>1996</b>	<b>2002</b>	<b>Variação Absoluta</b>
<b>Brasil</b>	<b>0,79</b>	<b>0,56</b>	<b>-0,23</b>
Norte	2,32	1,36	-0,96
Nordeste	0,67	0,46	-0,21
Sudeste	0,70	0,49	-0,21
Sul	0,52	0,39	-0,13
Centro-Oeste	1,55	1,10	-0,45

<b>Direta</b>	<b>1996</b>	<b>2002</b>	<b>Variação Absoluta</b>
<b>Brasil</b>	<b>0,34</b>	<b>0,24</b>	<b>-0,10</b>
Norte	1,32	0,83	-0,49
Nordeste	0,20	0,15	-0,05
Sudeste	0,31	0,22	-0,09
Sul	0,16	0,12	-0,04
Centro-Oeste	0,87	0,61	-0,26

<b>Indireta</b>	<b>1996</b>	<b>2002</b>	<b>Variação Absoluta</b>
<b>Brasil</b>	<b>0,45</b>	<b>0,31</b>	<b>-0,14</b>
Norte	1,00	0,53	-0,47
Nordeste	0,46	0,31	-0,16
Sudeste	0,39	0,28	-0,11
Sul	0,36	0,27	-0,09
Centro-Oeste	0,68	0,49	-0,20

Fonte: DW - Pessoal da Base SIAPE/MPO. PEA da PNAD/2001 e da PNAD/1996 Projeções 2002 do IPEA/DIPOS.

\* PEA 2002, estimada a partir da PEA regional de 2001 e população de 2002.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: <b>0326</b>
<b>3631</b>
Doc: 73

**Tabela 4.7 - Quantitativo de Servidores Federais Ativos por Função de Governo - Administração Direta, Indireta e Total (1996 e 2002)**

	Total		Variação	
	1996	2002	Absoluta	Relativa
Núcleo do Governo	149.052	135.549	-13.503	-9,1%
Social	381.486	295.966	-85.520	-22,4%
Econômico	24.228	25.226	998	4,1%
<b>Total</b>	<b>554.766</b>	<b>456.741</b>	<b>-98.025</b>	<b>-17,7%</b>

	Administração Direta		Variação	
	1996	2002	Absoluta	Relativa
Núcleo do Governo	119.170	108.896	-10.274	-8,6%
Social	99.257	72.952	-26.305	-26,5%
Econômico	19.831	18.343	-1.488	-7,5%
<b>Total Adm. Direta</b>	<b>238.258</b>	<b>200.191</b>	<b>-38.067</b>	<b>-16,0%</b>

	Administração Indireta		Variação	
	1996	2002	Absoluta	Relativa
Núcleo do Governo	29.882	26.653	-3.229	-10,8%
Social	282.229	223.014	-59.215	-21,0%
Econômico	4.397	6.883	2.486	56,5%
<b>Total Adm. Indireta</b>	<b>316.508</b>	<b>256.550</b>	<b>-59.958</b>	<b>-18,9%</b>

Fonte: DW - SIAPE. Elaboração SEGES.

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fis: <u>0327</u>
<b>3631</b> 74
Doc:

**Tabela 4.8 - Servidores Públicos Federais Ativos no Executivo por Órgão (1996 e 2002)**

<b>Sigla</b>	<b>Denominação Atual</b>	<b>1996</b>	<b>2002</b>	<b>Variação Absoluta</b>	<b>% Perda Total</b>
MF	Fazenda	27.425	49.704	22.279	-22,7%
MIN	Integração Nacional	0	2.537	2.537	-2,6%
MCT	Ciência e Tecnologia	4.890	7.051	2.161	-2,2%
MC	Comunicações	1.439	1.761	322	-0,3%
ME	Esporte	0	210	210	-0,2%
MDIC - MICT MTUR	Desenvolvimento, Indústria e Comércio	2.512	2.587	75	-0,1%
OUTROS		35	1	-34	0,0%
MME	Minas e Energia	2.194	2.104	-90	0,1%
MRE	Relações Exteriores	3.208	2.998	-210	0,2%
MDA - INCRA	Desenvolvimento Agrário	6.142	5.663	-479	0,5%
MINC	Cultura	3.090	2.477	-613	0,6%
MTB	Trabalho e Emprego	8.527	7.671	-856	0,9%
MT	Transportes	6.034	4.882	-1.152	1,2%
MA - MAPA	Agricultura, Pecuária e Abastecimento	12.593	11.415	-1.178	1,2%
MMA - MMARHAL	Meio Ambiente	9.014	7.115	-1.899	1,9%
MJ	Justiça	23.056	20.729	-2.327	2,4%
PR	Presidência da República	10.769	4.830	-5.939	6,1%
MD - AER - EX - M	Defesa	36.090	29.608	-6.482	6,6%
MPAS	Previdência e Assistência Social	49.019	39.523	-9.496	9,7%
MEC	Educação	176.744	165.163	-11.581	11,8%
MP - MARE	Planejamento, Orçamento e Gestão	41.239	14.078	-27.161	27,7%
MS	Saúde	130.746	74.634	-56.112	57,2%
<b>TOTAL</b>		<b>554.766</b>	<b>456.741</b>	<b>-98.025</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: DW - Pessoal, Base de Dados do SIAPE/MP

\* A Presidência da República (PR) inclui a antiga SAE.

\* Outros - inclui ex-Ministérios

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: <b>0328</b>
<b>3631</b>
Doc: _____

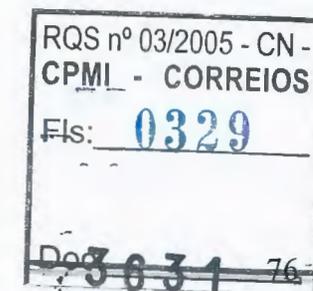
**Tabela 4.9 - Servidores Públicos Federais Inativos no Executivo por Órgão (1996 e 2002)**

Sigla	Denominação Atual	Inativos		Variação Absoluta
		1996	2002	
MA - MAPA	Agricultura, Pecuária e Abastecimento	26.045	24.698	-1.347
MC	Comunicações	42.185	38.103	-4.082
MCT	Ciência e Tecnologia	1.447	3.154	1.707
MD - AER - EX - M	Defesa	67.058	66.534	-524
MDA - INCRA	Desenvolvimento Agrário	4.744	5.376	632
MDIC - MICT MTUR	Desenvolvimento, Indústria e Comércio	739	1.230	491
ME	Esportes e Turismo	-	12	12
MEC	Educação e Cultura	81.173	94.814	13.641
MF	Fazenda	41.609	55.477	13.868
MIN	Integração Nacional	-	11.375	11.375
MINC	Cultura	1.188	1.564	376
MJ	Justiça	15.075	15.695	620
MMA - MMARHAL	Meio Ambiente	15.685	4.526	-11.159
MME	Minas e Energia	1.782	1.943	161
MP - MARE	Planejamento, Orçamento e Gestão	19.796	14.286	-5.510
MPAS	Previdência e Assistência Social	46.033	53.079	7.046
MRE	Relações Exteriores	1.856	2.133	277
MS	Saúde	102.401	117.905	15.504
MT	Transportes	77.325	78.138	813
MTB	Trabalho e Emprego	11.467	11.672	205
PR	Presidência da República	2.205	1.966	-239
OUTROS		1	-	
<b>TOTAL</b>		<b>559.814</b>	<b>603.680</b>	<b>43.866</b>

Fonte: DW - Pessoal, Base de Dados do SIAPE/MP

\* A Presidência da República inclui a antiga SAE.

\* Outros - inclui ex-Ministérios



**Tabela 4.10 - Distribuição Relativa dos Servidores Federais Ativos e Inativos por Função (Governo Federal)**

	Ativos		Variação Absoluta
	1996	2002	
Núcleo do Governo	564.839	527.613	-37.226
Social	381.486	295.966	-85.520
Econômico	24.228	25.226	998
<b>Total</b>	<b>970.553</b>	<b>848.805</b>	<b>-121.748</b>

	Inativos		Variação Absoluta
	1996	2002	
Núcleo do Governo	490.676	501.448	10.772
Social	248.921	285.402	36.481
Econômico	122.552	156.924	34.372
<b>Total</b>	<b>862.149</b>	<b>943.774</b>	<b>81.625</b>

Fonte: DW - Pessoal da Base SIAPE, Boletim Estatístico de Pessoal - Abril 2003.

Nota: Governo Federal inclui os poderes executivo, legislativo, judiciário e militar, além de Banco Central e MPU

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: <b>0330</b>
<b>3631</b>
Doc: <b>77</b>

**Tabela 4.11 - Despesa Média com Servidores Federais na União por Poder (1995 a 2002, em R\$ correntes)**

		1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002 <sup>3</sup>
<b>EXECUTIVO</b>									
	Ativos	1.400	1.473	1.620	1.482	1.820	2.153	2.410	3.700
Civis <sup>1</sup>	Aposentados	1.442	1.530	1.611	1.693	1.833	1.914	2.005	2.310
	Inst.Pensão	1.515	1.289	1.229	1.301	1.479	1.582	1.572	1.687
	<b>TOTAL</b>	<b>1.430</b>	<b>1.463</b>	<b>1.551</b>	<b>1.522</b>	<b>1.763</b>	<b>1.961</b>	<b>2.098</b>	<b>2.784</b>
	Ativos	4.782	5.000	5.529	5.116	5.657	5.855	6.283	6.830
- Banco Central do Brasil <sup>2</sup>	Aposentados	-	-	8.191	6.261	5.949	6.072	6.908	7.106
	Inst.Pensão	-	-	4.313	2.451	2.250	2.419	2.895	3.144
	<b>TOTAL</b>	<b>4.782</b>	<b>5.000</b>	<b>6.761</b>	<b>5.406</b>	<b>5.655</b>	<b>5.822</b>	<b>6.286</b>	<b>6.810</b>
<b>LEGISLATIVO</b>									
	Ativos	3.017	3.225	3.572	4.416	3.639	5.177	6.349	9.133
Ministério Público da União	Aposentados	5.046	3.628	3.809	4.162	4.305	5.953	8.485	13.511
	Inst.Pensão	3.232	2.221	2.076	2.562	2.600	3.213	4.792	7.485
	<b>TOTAL</b>	<b>3.291</b>	<b>3.221</b>	<b>3.504</b>	<b>4.251</b>	<b>3.678</b>	<b>5.164</b>	<b>6.562</b>	<b>9.640</b>
<b>JUDICIÁRIO</b>									
Empresas Públicas	Ativos	2.089	2.640	2.707	2.748	2.942	3.089	3.639	4.037
Soc.Economista Mista	Ativos	1.419	2.187	2.419	2.702	2.826	2.985	3.605	4.042
<b>MILITARES</b>									
	Ativos	934	941	986	1.422	1.021	1.360	1.493	1.930
	Aposentados	1.703	1.737	1.896	2.225	2.438	2.544	3.724	3.846
	Inst.Pensão	975	966	1.204	1.375	1.512	1.573	1.982	2.205
	<b>TOTAL</b>	<b>1.091</b>	<b>1.113</b>	<b>1.226</b>	<b>1.586</b>	<b>1.447</b>	<b>1.665</b>	<b>2.089</b>	<b>2.411</b>
<b>LEGISLATIVO</b>									
	Ativos	3.822	4.481	4.994	5.159	5.241	5.230	6.413	6.810
	Aposentados	4.823	5.577	6.231	6.882	5.690	5.342	5.915	8.368
	Inst.Pensão	2.221	2.632	3.114	3.126	2.613	2.711	2.966	4.317
	<b>TOTAL</b>	<b>3.924</b>	<b>4.528</b>	<b>5.057</b>	<b>5.302</b>	<b>5.038</b>	<b>5.342</b>	<b>5.908</b>	<b>6.882</b>



	Ativos	2.540	2.733	3.393	4.431	4.390	5.108	6.270	6.550
JUDICIÁRIO	Aposentados	3.875	3.945	4.618	5.222	6.047	6.185	6.660	8.242
	Inst.Pensão	2.633	2.258	2.725	3.071	3.245	3.555	3.833	4.895
	<b>TOTAL</b>	<b>2.728</b>	<b>2.877</b>	<b>3.534</b>	<b>4.491</b>	<b>4.548</b>	<b>5.193</b>	<b>6.200</b>	<b>6.715</b>
Transferências Intergovernamentais		1.303	911	940	1.036	1.059	1.182	1.261	1.451

Elaborado: SRH/MP. Fonte: SRH/MP e STN/MF.

1 - Inclui Administração Direta, Autarquias, Fundação, MPU e BACEN.

2 - Em 1995 e 1996 o regime era celetista.

3 - Despesa Média dos últimos 12 meses

\* Despesa média corresponde à despesa total dividida pelo número de servidores.

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: <u>0332</u>
<b>3631</b>
Doc:

**Tabela 4.12 - Grupos de Carreira na Administração Federal por Carreira**

<b>Carreira</b>	<b>Grupo de Carreira</b>
Gestão	8
Pesquisa em C&T	7
Auditoria	5
Jurídica	5
Polícia Federal	5
CVM	4
Diplomacia	3
Fiscalização	3
SUSEP	3
PCC	3
Ref. Agrária	2
Docente	2
Min.Justiça	1
<b>Total</b>	<b>51</b>

Fonte: Boletim Estatístico de Pessoal. Elaboração SEGES

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - <b>CORREIOS</b> 0553
Fls: _____
<b>3631</b>
Doc: _____ 80

**Tabela 4.13 - Idade Média de Ingresso\* no Serviço Público Federal, por Tipo de Carreira (1995 - 2003)**

<b>Carreira</b>	<b>Idade Média de Ingresso (anos)</b>
Ref. Agrária	37
Fiscalização	36
Docente	35
Jurídica	35
Auditoria	34
Diplomacia	33
PCC	33
Polícia Federal	32
Pesquisa em C&T	32
SUSEP	31
Gestão	31
CVM	30
Min.Justiça	29
<b>Média</b>	<b>33</b>

Fonte: DW - SIAPE. Elaboração SEGES

\* Média aritmética das médias das idades dos ingressos por cada grupo de carreira

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
FIs: 0334
36381
Doc:

Tabela 4.14 - Idade Média de Aposentadoria por Órgão e Natureza Jurídica

Órgão	Ministérios	Autarquias	Fundações	Média
Agricultura, Pecuária e Abastecimento.	53			53
Comunicações	64	45		55
Ciência e Tecnologia	55	53	51	53
Defesa	54	67	61	61
Desenvolvimento Agrário		54		54
Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	52	53		52
Esporte e Turismo	55	52		53
Educação	56	55	54	56
Fazenda	57	52		55
Integração		52		52
Cultura	58	55	54	56
Justiça	55	53	52	53
Meio Ambiente	56	53		55
Minas e Energia	55	53		54
Planejamento, Orçamento e Gestão	56		52	54
Previdência e Assistência Social	60	53		57
Relações Exteriores	60		55	57
Saúde	55	57	56	56
Transportes	61	61		61
Trabalho e Emprego	56		51	54
Presidência da República	64	60		62
<b>Média</b>	<b>57</b>	<b>55</b>	<b>54</b>	<b>55</b>

Fonte: DW - SIAPE. Elaboração SEGES

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fis: 0335
3631
Doc: 82

**Tabela 4.15 - Percentual de Servidores Federais com Nível Superior por Órgão e Natureza Jurídica (posição de Dezembro 2002)**

<b>Órgão</b>	<b>Ministérios</b>	<b>Autarquias</b>	<b>Fundação</b>	<b>Média</b>
Fazenda	50,7%	58,1%		<b>54,4%</b>
Ciência e Tecnologia	49,0%	47,7%	51,1%	<b>49,3%</b>
Relações Exteriores	60,8%		35,9%	<b>48,4%</b>
Trabalho e Emprego	46,2%		43,9%	<b>45,0%</b>
Educação	25,6%	54,0%	51,1%	<b>43,6%</b>
Cultura	20,7%	48,4%	46,1%	<b>38,4%</b>
Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	32,9%	36,4%		<b>34,7%</b>
Agricultura, Pecuária e Abastecimento	31,1%			<b>31,1%</b>
Planejamento, Orçamento e Gestão	40,2%		18,5%	<b>29,4%</b>
Meio Ambiente	25,3%	33,0%		<b>29,2%</b>
Saúde	40,0%	18,6%	27,9%	<b>28,8%</b>
Defesa	16,5%	11,1%	52,0%	<b>26,5%</b>
Transportes	21,2%	21,4%		<b>21,3%</b>
Previdência e Assistência Social	14,7%	27,3%		<b>21,0%</b>
Presidência da República	17,5%	22,5%		<b>20,0%</b>
Justiça	9,5%	36,6%	9,0%	<b>18,4%</b>
Esporte e Turismo	8,6%	24,7%		<b>16,7%</b>
Minas e Energia	9,3%	24,0%		<b>16,6%</b>
Desenvolvimento Agrário	0,6%	24,5%		<b>12,6%</b>
Integração	1,8%	16,3%		<b>9,0%</b>
Comunicações	7,2%	7,1%		<b>7,2%</b>
<b>Média</b>	<b>25,2%</b>	<b>30,1%</b>	<b>37,3%</b>	<b>30,4%</b>

Fonte: DW - SIAPE. Elaboração SEGES

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: <b>0336</b>
<b>3631</b>
Doc: <b>83</b>

**Tabela 4.16 - Remuneração Média dos Servidores Federais Ativos por Órgão e Tipo Institucional (em R\$ de dezembro 2002)**

<b>Órgão</b>	<b>Ministérios</b>	<b>Autarquias</b>	<b>Fundações</b>	<b>Média</b>
Justiça	4.852	3.552	1.618	<b>3.341</b>
Trabalho e Emprego	3.961		3.036	<b>3.499</b>
Ciência e Tecnologia	3.165	3.403	3.374	<b>3.314</b>
Fazenda	3.152	4.713		<b>3.933</b>
Relações Exteriores	2.448		1.815	<b>2.132</b>
Meio Ambiente	2.423	2.143		<b>2.283</b>
Planejamento, Orçamento e Gestão	2.250		2.173	<b>2.212</b>
Presidência da República	2.211	2.766		<b>2.489</b>
Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	2.208	2.657		<b>2.433</b>
Cultura	2.155	1.806	1.991	<b>1.984</b>
Integração	2.072	1.407		<b>1.740</b>
Desenvolvimento Agrário	2.024	2.300		<b>2.162</b>
Esporte e Turismo	2.010	2.741		<b>2.376</b>
Agricultura, Pecuária e Abastecimento.	1.966			<b>1.966</b>
Previdência e Assistência Social	1.946	2.834		<b>2.390</b>
Minas e Energia	1.895	3.008		<b>2.452</b>
Educação	1.821	2.225	2.180	<b>2.075</b>
Transportes	1.757	2.010		<b>1.884</b>
Saúde	1.586	2.196	2.185	<b>1.989</b>
Defesa	1.198	3.104	1.247	<b>1.850</b>
Comunicações	973	2.157		<b>1.565</b>
<b>Média</b>	<b>2.161</b>	<b>2.592</b>	<b>2.250</b>	<b>2.334</b>

Fonte: DW-SIAPE. Elaboração SEGES

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: 0337
<b>3631</b>
Doc: 84

**Tabela 4.17 - Quantidade de Servidores Cedidos por Órgão - Administração Direta, Indireta e Total (posição para 2002)**

Órgão	Direta	% Total	Indireta	% Total	Total	% Total
Saúde	713	15,8%	30.585	92,4%	31.298	83,2%
Planejamento, Orçamento e Gestão	1.103	24,5%	355	1,1%	1.458	3,9%
Educação	165	3,7%	820	2,5%	985	2,6%
Fazenda	817	18,1%	18	0,1%	835	2,2%
Previdência e Assistência Social	81	1,8%	513	1,5%	594	1,6%
Justiça	366	8,1%	56	0,2%	422	1,1%
Ciência e Tecnologia	175	3,9%	149	0,5%	324	0,9%
Transportes	120	2,7%	76	0,2%	196	0,5%
Agricultura, Pecuária e Abastecimento	190	4,2%	0	0,0%	190	0,5%
Meio Ambiente	12	0,3%	172	0,5%	184	0,5%
Minas e Energia	121	2,7%	48	0,1%	169	0,4%
Trabalho e Emprego	147	3,3%	3	0,0%	150	0,4%
Defesa	142	3,1%	0	0,0%	142	0,4%
Relações Exteriores	126	2,8%	7	0,0%	133	0,4%
Cultura	34	0,8%	83	0,3%	117	0,3%
Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	75	1,7%	40	0,1%	115	0,3%
Desenvolvimento Agrário		0,0%	111	0,3%	111	0,3%
Comunicações	74	1,6%	3	0,0%	77	0,2%
Presidência da República	35	0,8%	5	0,0%	40	0,1%
Esporte e Turismo	12	0,3%	25	0,1%	37	0,1%
Integração Nacional	1	0,0%	35	0,1%	36	0,1%
<b>Total</b>	<b>4.509</b>	<b>100,0%</b>	<b>33.104</b>	<b>100,0%</b>	<b>37.613</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: DW - SIAPE. Elaboração SEGES.



**Tabela 4.18 - Tempo Médio de Serviço por Órgão e Natureza Jurídica**

<b>Órgão</b>	<b>Ministérios</b>	<b>Autarquias</b>	<b>Fundações</b>	<b>Média</b>
Agricultura, Pecuária e Abastecimento.	20			<b>20</b>
Comunicações	14	6		<b>10</b>
Ciência e Tecnologia	18	18	18	<b>18</b>
Defesa	18	5	13	<b>12</b>
Desenvolvimento Agrário	8	20		<b>14</b>
Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	10	19		<b>14</b>
Esporte e Turismo	10	15		<b>12</b>
Educação	17	15	16	<b>16</b>
Fazenda	17	12		<b>15</b>
Integração Nacional	10	21		<b>15</b>
Cultura	16	18	18	<b>18</b>
Justiça	14	11	17	<b>14</b>
Meio Ambiente	12	17		<b>14</b>
Minas e Energia	14	13		<b>13</b>
Planejamento, Orçamento e Gestão	17		19	<b>18</b>
Previdência e Assistência Social	17	19		<b>18</b>
Relações Exteriores	22		10	<b>16</b>
Saúde	20	15	18	<b>17</b>
Transportes	12	24		<b>18</b>
Trabalho e Emprego	17		17	<b>17</b>
Presidência da República	11	21		<b>16</b>
<b>Média</b>	<b>15</b>	<b>16</b>	<b>16</b>	<b>16</b>

Fonte: DW - SIAPE. Elaboração SEGES

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fts: <b>0339</b>
<b>3631</b>
Doc: 86

**Tabela 4.19 - Percentual de Servidores Federais Ativos com Idade Superior a 51 anos, por Órgão e Natureza Jurídica**

<b>Órgão</b>	<b>Ministérios</b>	<b>Autarquias</b>	<b>Fundações</b>	<b>Total</b>
Saúde	42,5%	25,2%	19,4%	<b>29,0%</b>
Relações Exteriores	39,4%		23,1%	<b>31,2%</b>
Transportes	37,1%	46,1%		<b>41,6%</b>
Agricultura, Pecuária e Abastecimento.	35,4%			<b>35,4%</b>
Educação	31,5%	23,9%	24,9%	<b>26,8%</b>
Cultura	28,3%	28,0%	29,1%	<b>28,4%</b>
Defesa	28,0%	77,8%	41,0%	<b>48,9%</b>
Comunicações	28,0%	11,4%		<b>19,7%</b>
Trabalho e Emprego	26,6%		21,3%	<b>24,0%</b>
Previdência e Assistência Social	24,6%	22,9%		<b>23,7%</b>
Ciência e Tecnologia	24,3%	22,0%	12,9%	<b>19,7%</b>
Fazenda	24,2%	19,6%		<b>21,9%</b>
Minas e Energia	24,1%	28,6%		<b>26,3%</b>
Planejamento, Orçamento e Gestão	23,4%		20,5%	<b>22,0%</b>
Esporte e Turismo	22,9%	23,7%		<b>23,3%</b>
Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	22,1%	26,6%		<b>24,4%</b>
Integração	22,0%	33,7%		<b>27,9%</b>
Meio Ambiente	20,3%	22,5%		<b>21,4%</b>
Desenvolvimento Agrário	18,4%	31,0%		<b>24,7%</b>
Presidência da República	18,2%	18,8%		<b>18,5%</b>
Justiça	13,3%	14,1%	24,4%	<b>17,3%</b>
<b>Média</b>	<b>26,4%</b>	<b>28,0%</b>	<b>24,1%</b>	<b>26,2%</b>

Fonte: DW-SIAPE. Elaboração SEGES

RQS nº 03/2005 - CN - GPMI - CORREIOS
Fls: 0340
3631 87
Doc:

**Tabela 4.20 - Despesa Média com Servidores Federais Ativos, por Tipo Institucional (1995 e 2002, em R\$ dezembro 2002)**

<b>EXECUTIVO</b>	<b>1995*</b>	<b>2002<sup>3</sup></b>	<b>Varição Absoluta</b>
Civis <sup>1</sup>	2.247	3.700	1.453
Banco Central do Brasil <sup>2</sup>	7.676	6.830	-846
Ministério Público da União	4.843	9.133	4.290
Empresas Públicas	3.353	4.037	684
Soc.Economia Mista	2.278	4.042	1.764
<b>MILITARES</b>	1.499	1.930	431
<b>LEGISLATIVO</b>	6.135	6.810	675
<b>JUDICIÁRIO</b>	4.077	6.550	2.473
Transferências Intergovernamentais	2.091	1.451	-640

Elaborado: SRH/MP. Fonte: SRH/MP e STN/MF

1 - Inclui Administração Direta, Autarquias, Fundações, MPU e BACEN

2- Em 1995 e 1996 o regime era celetista.

3 - Despesa Média dos últimos 12 meses

Despesa média corresponde à despesa total dividida pela quantidade de servidores

\*Valor de 1995 a preços de Dezembro de 2002 ajustado pelo IPCA Anual do IBGE

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fis: <b>0341</b>
<b>3631</b> 88
Doc: _____

**Tabela 4.21 - Despesa Média com Servidores Federais Inativos por Tipo Institucional (Aposentados e Instituidor de Pensão) - 1995 e 2002, em R\$ dezembro 2002**

	Situação	1995*	2002 <sup>3</sup>	Varição Absoluta
<b>EXECUTIVO</b>				
<b>Civis<sup>1</sup></b>	Aposentados	2.315	2.310	-5
	Inst.Pensão	2.432	1.687	-745
<b>Banco Central do Brasil <sup>2</sup></b>	Aposentados	0	7.106	7.106
	Inst.Pensão	0	3.144	3.144
<b>Ministério Público da União</b>	Aposentados	8.099	13.511	5.412
	Inst.Pensão	5.188	7.485	2.297
<b>MILITARES</b>	Aposentados	2.733	3.846	1.113
	Inst.Pensão	1.565	2.205	640
<b>LEGISLATIVO</b>	Aposentados	7.741	8.368	627
	Inst.Pensão	3.565	4.317	752
<b>JUDICIÁRIO</b>	Aposentados	6.220	8.242	2.022
	Inst.Pensão	4.226	4.895	669
<b>Transferências Intergovernamentais</b>		<b>2.614</b>	<b>1.451</b>	<b>-1.163</b>

Elaborado: SRH/MP. Fonte: SRH/MP e STN/MF.

1 - Inclui Administração Direta, Autarquias, Fundações, MPU e BACEN

2 - Em 1995 e 1996 o regime era celetista.

3 - Despesa Média dos últimos 12 meses

\* Despesa média corresponde à despesa total dividida pela quantidade de servidores

\*Valor de 1995 a preços de Dezembro de 2002 ajustado pelo IPCA Anual do IBGE

RQS nº 03/2005 - CN - CPML - CORREIOS
Fls: <b>0342</b>
Doc: <b>3631</b> 89

**Tabela 4.22 - Remuneração Média dos Servidores Federais Ativos da União por Poder - média dos 12 meses (em R\$ correntes): 1995 a 2002.**

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
<b>EXECUTIVO</b>								
<b>Civis<sup>1</sup></b>	1.400	1.473	1.620	1.482	1.820	2.153	2.410	3.700
Banco Central do Brasil <sup>2</sup>	4.782	5.000	5.529	5.116	5.657	5.855	6.283	6.830
Ministério Público da União	3.017	3.225	3.572	4.416	3.639	5.177	6.349	9.133
Empresas Públicas	2.089	2.640	2.707	2.748	2.942	3.089	3.639	4.037
Sociedade de Economia Mista	1.419	2.187	2.419	2.702	2.826	2.985	3.605	4.042
<b>MILITARES</b>	934	941	986	1.422	1.021	1.360	1.493	1.930
<b>LEGISLATIVO</b>	3.822	4.481	4.994	5.159	5.241	5.230	6.413	6.810
<b>JUDICIÁRIO</b>	2.540	2.733	3.393	4.431	4.390	5.108	6.270	6.550
<b>Transferências Intergovernamentais</b>	1.303	911	940	1.036	1.059	1.182	1.261	1.451

Fonte: Elaborado pela SRH/MP. Fonte: SRH/MP e STN/MF.

1. Inclui Administração Direta, Fundação, MPU e BACEN
2. Em 1995 e 1996, o Regime era Celetista
3. Remuneração Média dos últimos 12 meses

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. <b>0343</b>
<b>3631</b>
Doc. 90

**Tabela 4.23 - Quantitativo de Servidores Ativos por Agência Federal (posição de dezembro de 2002)**

Agência	Servidores Ativos	% total
Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA	1.712	35,1%
Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL	1.264	25,9%
Agência Nacional de Cinema - ANCINE		0,0%
Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS	430	8,8%
Agência Nacional do Petróleo - ANP	425	8,7%
Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	387	7,9%
Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT	360	7,4%
Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ	152	3,1%
Agência Nacional de Águas - ANA	146	3,0%
<b>Total</b>	<b>4.876</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: SIAPE



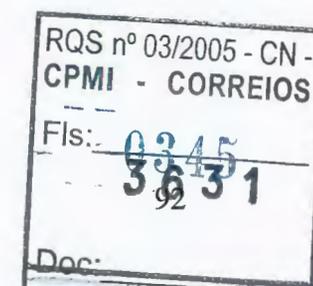
## Capítulo 5

### Previdência Social

Conforme assinalado no capítulo sobre Gasto Social, o Brasil tem um expressivo sistema previdenciário, tanto no que se refere a sua magnitude, quanto à quantidade de beneficiários, bem como quanto à participação relativa do gasto previdenciário no gasto social federal.

A primeira evidência é a acelerada expansão da arrecadação total da previdência, assim como dos pagamentos. Ambos crescem em taxas da ordem de 1,2%, havendo, todavia, um descompasso dos pagamentos em relação aos recebimentos. Isto implica num problema cíclico de saldo operacional (ver glossário), que atualmente representa – 0,8% do Produto Interno Bruto (Tabela 5.1). A quantidade de benefícios previdenciários passou de 18,8 milhões em 1999 para 21,5 milhões em 2003, revelando a forte pressão por uma redistribuição através do sistema previdenciário (Tabela 5.3).

O saldo operacional da Previdência Social brasileira é negativo tanto para os beneficiários enquadrados no Regime Geral da Previdência – INSS, quanto para aqueles no Setor Público (federal, estadual e municipal). Para o primeiro caso, o déficit foi de 10,1 R\$ bilhões em 2000 (0,9% do PIB) e 45,2 R\$ bilhões (- 4,1% do PIB) para os servidores públicos em 2000. As contribuições previdenciárias respondem por 6,9 R\$ bilhões contra uma despesa com inativos e pensionistas da ordem de 52,0 R\$ bilhões (Quadro 5.1). Este déficit se divide desigualmente entre os servidores federais, servidores estaduais e municipais.



Quadro 5.1 – Resultados da Previdência do Setor Público – 2000 (em R\$ bilhões)

	Contribuições	Despesas com Pensionistas e Inativos	Resultado da Previdência Serviço Público
Servidores Federais	2,7	25,0	-22,2
Servidores Estaduais	3,7	23,8	-20,1
Servidores Municipais	0,5	3,3	-2,8
Total	6,9	52,0	- 45,2

Fonte: IBGE. O Brasil em Números, p.112.

Comparativamente, os gastos do governo federal com a previdência em relação à despesa não-financeira alcançaram o patamar de 26,9 % em 2001, padrão muito próximo dos modelos federativos dos EUA e do México, e muito distante dos padrões de países latino-americanos como a Argentina e o Uruguai, que possuem níveis de 48,46 % e 60,86%, respectivamente (Quadro 5.2).



Quadro 5.2 - Participação do gasto em Previdência Social, em % a despesa não-financeira

	Ano	Previdência Social
Uruguai	2000	60,86
Suíça	1999	49,15
Argentina	2000	48,46
Suécia	1999	46,29
Canadá	2000	44,61
Dinamarca	2000	40,90
Espanha	1997	39,63
Noruega	1998	39,03
Nova Zelândia	2000	38,63
Holanda	1997	37,38
Finlândia	1998	36,90
Japão	1993	36,80
Reino Unido	1999	36,50
Chile	2000	36,42
Austrália	1998	35,46
Estados Unidos	2000	28,25
Brasil	2001	26,90
México	1999	21,17
Bolívia	2000	21,02
Venezuela	2000	14,15
Colômbia	1999	12,10
Coreia	1997	10,79
China	1999	3,79

Fonte: IMF Government Finance Statistics Yearbook e IPEA para o Brasil 2001



A distribuição espacial dos benefícios emitidos, em reais correntes, é fundamentalmente urbana, correspondendo a 75,6% do total (posição de junho de 2003). Dos benefícios urbanos emitidos, 81,3% se enquadram na categoria “previdenciários”, 13,8% se destinam a categorias de benefícios considerados “assistenciais” e apenas 4,8% como “acidentais” (Tabelas 5.3 e 5.4).

As duas principais espécies de benefícios emitidos se diferenciam entre o Urbano e o Rural. No primeiro caso, as duas principais espécies são as Pensões por Morte (25,3% do total de benefícios urbanos) e as Aposentadorias por Tempo de Contribuição (24,2% do total de benefícios urbanos). Para o grupo de benefícios rurais, por contraste, as Aposentadorias por Idade representam 62,6% e as Pensões por Morte a 24,8 % do total dos 6,9 milhões de benefícios rurais (Tabela 5.7).

A distribuição dos benefícios emitidos urbanos é concentrada no Sudeste, ao passo que os benefícios rurais se concentram no Nordeste, onde a pobreza rural é mais concentrada (Tabela 5.8). Outra importante evidência que os dados revelam é a diferenciação dos benefícios em termos do valor (em pisos previdenciários). No total, 63,1% dos benefícios emitidos tem valor de 01 piso previdenciário (R\$ 240,00 em junho de 2003). Todavia, no universo dos benefícios rurais, 98,3% e 46,4% dos benefícios urbanos tem este valor (Tabela 5.9).

Conforme apresentam os dados das Tabelas 5.11 e 5.12, o benefício emitido médio (ver glossário) corresponde a R\$ 499,73 para o grupo de benefícios urbanos, e a R\$ 242,29 no mundo rural. Outro importante aspecto é que 90% dos benefícios urbanos emitidos se situam na faixa de valor médio entre R\$ 119,96 e R\$ 1.080,61, posição de junho de 2003 (Tabela 5.11).



**Tabela 5.1 - Previdência Social Recebimento, Pagamento Total e Saldo Operacional anual - em R\$ 1.000 e em % PIB\*.**

	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003<sup>1</sup></b>
Recebimento Total (em R\$ 1.000)	68.415.913	77.185.134	88.156.585	105.035.180	58.160.660
Pagamento Total (em R\$ 1.000)	68.225.419	76.474.269	88.035.343	102.066.204	52.230.713
Saldo Operacional (em R\$ 1.000)	190.495	710.866	121.241	2.968.976	5.929.947
Recebimento Total (% PIB)	7,03%	7,01%	7,35%	7,95%	8,06%
Pagamento Total (% PIB)	7,01%	6,94%	7,34%	7,72%	7,24%
Saldo Operacional (em % PIB)	0,02%	0,06%	0,01%	0,22%	0,82%

Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social.

\* IBGE

(1) Corresponde ao período de janeiro a junho de 2003. PIB 1º trimestre em R\$ milhões de 2003 foi de 344.294, aplicou-se o índice de crescimento para o segundo trimestre com base em 2002 (crescimento 9,555 %).

**Tabela 5.2 - Previdência Social Arrecadação Líquida, Benefícios Previdenciários, e Saldo Previdenciário anual - em R\$ 1.000 e em % do PIB (1999 a 2003).**

	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003<sup>1</sup></b>
Arrecadação Líquida (em R\$ 1.000)	49.127.691	55.715.135	62.491.890	71.027.680	35.353.406
Benefícios Previdenciários (em R\$ 1.000)	58.540.026	65.787.081	75.328.106	88.026.659	44.755.191
Saldo Previdenciário (em R\$ 1.000)*	-9.412.332	-10.071.944	-12.836.217	-16.998.979	-9.401.785
Arrecadação Líquida (% PIB)	5,04%	5,06%	5,21%	5,37%	4,90%
Benefícios Previdenciários (% PIB)	6,01%	5,97%	6,28%	6,66%	6,20%
Saldo Previdenciário (em % PIB)	-0,97%	-0,91%	-1,07%	-1,29%	-1,30%

Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social. (www.mpas.gov.br)

(1) Corresponde ao período de janeiro a junho de 2003. PIB 1º trimestre em R\$ milhões de 2003 foi de 344.294, aplicou-se o índice de crescimento para o segundo trimestre com base em 2002 (crescimento 9,555 %).



**Tabela 5.3 - Previdência Social Benefícios Emitidos - Urbano e Rural (1999 a 2003), posição em dezembro de cada ano**

	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003 (1)</b>
Urbano	12.556.235	13.078.876	13.411.599	14.255.920	14.523.041
Rural	6.278.352	6.493.872	6.621.259	6.869.592	6.938.207
<b>Total</b>	<b>18.834.587</b>	<b>19.572.748</b>	<b>20.032.858</b>	<b>21.125.512</b>	<b>21.461.248</b>

Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social  
(1) Posição em junho de 2003.

**Tabela 5.4 - Benefícios Emitidos pela Previdência Social - Urbano e Rural , segundo grupos de espécies (posição em junho de 2003)**

	<b>Urbano</b>	<b>% Urbano</b>	<b>Rural</b>	<b>% Rural</b>	<b>Total</b>	<b>% Total</b>
Previdenciários	11.814.223	81,35	6.633.118	95,60	<b>18.447.341</b>	<b>85,96</b>
Assistenciais	2.009.310	13,84	280.841	4,05	<b>2.290.151</b>	<b>10,67</b>
Acidentários	699.508	4,82	24.248	0,35	<b>723.756</b>	<b>3,37</b>
<b>Total</b>	<b>21.461.248</b>	<b>100,00</b>	<b>6.938.207</b>	<b>100,00</b>	<b>28.399.455</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: <b>0350</b>
<b>3637</b>
Doc:

**Tabela 5.5 - Evolução dos Pagamentos da Previdência Social no período de 1999 a 2003 (em R\$ 1.000 )**

	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003<sup>1</sup></b>
Benefícios Previdenciários	58.540.026	65.787.081	75.328.106	88.026.659	44.755.191
Transferências a Terceiros	3.296.535	3.890.526	4.506.262	5.054.571	2.886.142
Amparos Assistenciais LOAS	1.545.900	2.006.919	2.687.275	3.426.041	2.033.562
EPU	749.170	712.399	682.191	657.571	321.075
Pessoal	2.335.038	2.608.937	2.661.790	3.250.422	1.694.740
Custeio	1.758.751	1.468.409	2.169.719	1.650.940	540.002
<b>Pagamento Total</b>	<b>68.225.420</b>	<b>76.474.271</b>	<b>88.035.343</b>	<b>102.066.204</b>	<b>52.230.712</b>

Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social

(1) Posição em junho de 2003.

**Tabela 5.6 - Evolução dos Pagamentos da Previdência Social, no período de janeiro a junho de cada ano (em R\$ 1.000 e em % Pagamento Total)**

	<b>2002</b>	<b>% total</b>	<b>2003</b>	<b>% total</b>
Benefícios Previdenciários	38.485.554	85,37	44.755.191	86,25
Transferências a Terceiros	2.465.074	5,47	2.886.142	5,56
Amparos Assistenciais LOAS	1.635.001	3,63	2.033.562	3,27
EPU	341.161	0,76	321.075	0,62
Pessoal	1.554.572	3,45	1.694.740	3,27
Custeio	601.845	1,33	540.002	1,04
<b>Total</b>	<b>45.083.208</b>	<b>100,00</b>	<b>52.230.713</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 0351
<b>36381</b>
Doc:

**Tabela 5.7 - Benefícios Emitidos, segundo as espécies (posição em junho de 2003)**

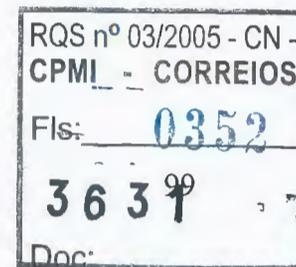
Espécie	Urbano	% Urbano	Rural	% Rural	Total Benefícios	% Total Benefícios
Aposentadorias por idade	1.681.068	11,58	4.342.249	62,58	<b>6.023.317</b>	28,07
Aposentadorias por invalidez	1.966.526	13,54	418.082	6,03	<b>2.384.608</b>	11,11
Aposentadorias por tempo de contribuição	3.517.612	24,22	6.754	0,10	<b>3.524.366</b>	16,42
Pensões por morte	3.683.500	25,36	1.716.040	24,73	<b>5.399.540</b>	25,16
Auxílios	826.002	5,69	126.204	1,82	<b>952.206</b>	4,44
Espécies diversas	139.515	0,96	23.789	0,34	<b>163.304</b>	0,76
Benefícios acidentários	699.508	4,82	24.248	0,35	<b>723.756</b>	3,37
Benefícios assistenciais	2.009.310	13,84	280.841	4,05	<b>2.290.151</b>	10,67
<b>Total</b>	<b>14.523.041</b>	<b>100,00</b>	<b>6.938.207</b>	<b>100,00</b>	<b>21.461.248</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social

**Tabela 5.8 - Distribuição Regional dos Benefícios Emitidos - Total, Urbano e Rural - posição em junho de 2003 (Absoluto e em % total benefícios emitidos)**

Região	Total	% total	Urbano	% total	Rural	% total
Norte	958.045	4,46	428.514	2,95	529.531	2,47
Nordeste	5.873.480	27,37	2.615.970	12,19	3.257.510	15,18
Centro - Oeste	1.017.414	4,74	662.695	3,09	354.719	1,65
Sudeste	9.892.639	46,10	8.408.424	39,18	1.484.215	6,92
Sul	3.719.670	17,33	2.407.438	11,22	1.312.232	6,11
<b>Benefícios Emitidos</b>	<b>21.461.248</b>	<b>100,00</b>	<b>14.523.041</b>	<b>67,67</b>	<b>6.938.207</b>	<b>32,33</b>

Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social.



**Tabela 5.9 - Benefícios Emitidos no Valor de 01 Piso Previdenciário Total, Urbano e Rural - posição em junho de 2003 (em % dos Benefícios Emitidos)**

	<b>% Benefícios Emitidos</b>
Urbano	46,38
Rural	98,28
<b>Total</b>	<b>63,16</b>

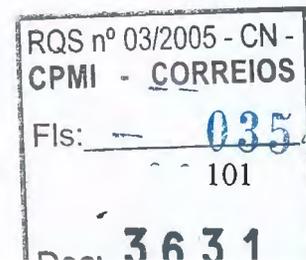
Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social.  
1 piso previdenciário = R\$ 200, em junho de 2003

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fis: 0353
3631
Doc: 100

**Tabela 5.10 - Benefícios Emitidos - Urbanos e Rurais - Quantidade, Valor e Benefício Médio por faixa de valor (posição em junho de 2003)**

Pisos Previdenciários	Benefícios Emitidos	% Total	Acumulado	Valor (R\$)	% Total	BEMFV (Médio)
< 1	478.593	2,23	2,23	57.265.581	3,13	119,65
= 1	13.555.135	63,16	65,39	3.253.232.400	46,38	240,00
1 -  2	2.659.292	12,39	77,78	919.759.701	17,84	345,87
2 -  3	1.492.833	6,96	84,74	880.785.645	10,17	590,01
3 -  4	1.022.891	4,77	89,50	852.542.688	7,00	833,46
4 -  5	943.941	4,40	93,90	1.019.986.577	6,48	1.080,56
5 -  6	656.209	3,06	96,96	861.553.605	4,51	1.312,93
6 -  7	422.586	1,97	98,93	650.517.211	2,91	1.539,37
7 -  8	195.879	0,91	99,84	346.455.047	1,35	1.768,72
8 -  9	12.002	0,06	99,90	24.312.628	0,08	2.025,71
9 -  10	6.278	0,03	99,93	14.213.934	0,04	2.264,09
10 -  20	13.297	0,06	99,99	41.080.751	0,09	3.089,48
20 -  30	1.448	0,01	100,00	8.266.307	0,01	5.708,78
30 -  40	703	0,00	100,00	5.561.835	0,00	7.911,57
40 -  50	21	0,00	100,00	225.908	0,00	10.757,50
50 -  60	34	0,00	100,00	435.468	0,00	12.807,89
60 -  70	25	0,00	100,00	396.008	0,00	15.840,31
70 -  80	20	0,00	100,00	367.531	0,00	18.376,56
80 -  90	11	0,00	100,00	223.156	0,00	20.286,94
90 -  100	30	0,00	100,00	661.271	0,00	22.042,38
> 100	20	0,00	100,00	776.605	0,00	38.830,27
<b>Total</b>	<b>21.461.248</b>	<b>100,00</b>		<b>8.838.619.859</b>	<b>100,00</b>	<b>416,50</b>

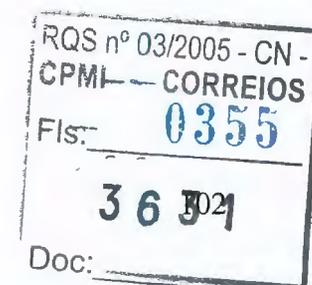
Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social



**Tabela 5.11 - Benefícios Emitidos pela Previdência por Faixa de Valor - Urbanos Quantidade, Valor e Benefício Médio por faixa de valor posição em junho de 2003**

Piso Previdenciário	Quantidade	% Total	% Acumulado	Valor (R\$)	% Total	BEMFV (Médio)
< 1	454.013	3,13	3,13	54.462.951	0,75	119,96
= 1	6.736.317	46,38	49,51	1.616.716.080	22,28	240,00
1 -  2	2.591.032	17,84	67,35	897.829.667	12,37	346,51
2 -  3	1.476.645	10,17	77,52	871.447.927	12,01	590,15
3 -  4	1.017.143	7,00	84,52	847.799.958	11,68	833,51
4 -  5	941.522	6,48	91,00	1.017.416.654	14,02	1.080,61
5 -  6	654.883	4,51	95,51	859.812.524	11,85	1.312,93
6 -  7	421.925	2,91	98,42	649.504.638	8,95	1.539,38
7 -  8	195.683	1,35	99,77	346.109.553	4,77	1.768,73
8 -  9	11.997	0,08	99,85	24.302.521	0,33	2.025,72
9 -  10	6.277	0,04	99,89	14.211.731	0,20	2.264,10
10 -  20	13.292	0,09	99,98	41.066.915	0,57	3.089,60
20 -  30	1.448	0,01	99,99	8.266.307	0,11	5.708,78
30 -  40	703	0,00	100,00	5.561.835	0,08	7.911,57
40 -  50	21	0,00	100,00	225.908	0,00	10.757,50
50 -  60	34	0,00	100,00	435.468	0,01	12.807,89
60 -  70	25	0,00	100,00	396.008	0,01	15.840,31
70 -  80	20	0,00	100,00	367.531	0,01	18.376,56
80 -  90	11	0,00	100,00	223.156	0,00	20.286,94
90 -  100	30	0,00	100,00	661.271	0,01	22.042,38
> 100	20	0,00	100,00	776.605	0,01	38.830,27
<b>TOTAL</b>	<b>14.523.041</b>	<b>100,00</b>		<b>7.257.595.208</b>		<b>499,73</b>

Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social (www.mpas.gov.br)



**Tabela 5.12 - Benefícios Emitidos – Rurais: Quantidade, Valor e Benefício Médio por Faixa de Valor (posição em junho de 2003)**

Piso Previdenciário	Quantidade	% Total	% Acumulado	Valor (R\$)	% Total	BEMFV (Médio)
< 1	24.580	0,35	0,35	2.802.630	0,17	114,02
= 1	6.818.818	98,28	98,63	1.636.516.320	97,35	240,00
1 -  2	68.260	0,98	99,62	21.930.034	1,30	321,27
2 -  3	16.188	0,23	99,85	9.337.718	0,56	576,83
3 -  4	5.748	0,08	99,93	4.742.731	0,28	825,11
4 -  5	2.419	0,03	99,97	2.569.924	0,15	1.062,39
5 -  6	1.326	0,02	99,99	1.741.080	0,10	1.313,03
6 -  7	661	0,01	100,00	1.012.573	0,06	1.531,88
7 -  8	196	0,00	100,00	345.494	0,02	1.762,72
8 -  9	5	0,00	100,00	10.108	0,00	2.021,54
9 -  10	1	0,00	100,00	2.203	0,00	2.203,17
10 -  20	5	0,00	100,00	13.836	0,00	2.767,16
<b>TOTAL</b>	<b>6.938.207</b>	<b>100,00</b>		<b>1.681.024.651</b>	<b>100,00</b>	<b>242,29</b>

Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social

**Tabela 5.13 - Perfil dos Contribuintes para o Regime Geral de Previdência Social, no ano de 2001**

		% Total
Empregados	21.165.958	76,9%
Trabalhador Doméstico	1.645.200	6,0%
Contribuinte Individual	4.198.739	15,3%
Facultativo	438.480	1,6%
Segurado Especial	27.476	0,1%
Ignorado	40.859	0,1%
Total	27.516.712	100,0%

Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social



## Glossário – Previdência Social

- Recebimento Total - corresponde à soma de recebimentos próprios, rendimentos financeiros, antecipação da receita pelo Tesouro Nacional, as Transferências da União e as demais receitas.
- Arrecadação Líquida - corresponde a recebimentos próprios menos as Transferências a Terceiros e Restituições de Arrecadação.
- Benefícios Previdenciários - são regulamentados pelo RGPS e, em sua maioria, dependem de um número mínimo de contribuições mensais (período de carência) para que o segurado faça jus ao benefício. Abrangem as aposentadorias, as pensões por morte, os auxílios, o salário-família e o salário-maternidade.
- Saldo Previdenciário – Diferença entre a Arrecadação Líquida e Benefícios Previdenciários.
- Saldo Operacional – Recebimento Total menos Pagamento Total.
- O Benefício Médio por Faixa de Valor (BFMV) é calculado pela divisão entre o Valor Total dos Benefícios Emitidos pela Quantidade de Benefícios.
- Empregados Contribuintes da Previdência Social calculado como sendo o número médio de empregados, e corresponde a soma do número de meses trabalhados por cada trabalhador, dividido por 12. Inclui Avulsos.
- Contribuinte Individual – contribuinte autônomo, empresário e contribuinte individual.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMT - CORREIOS
Fis: 0357
3631
Doc: 104

## Capítulo 6

### O PPA e os Programas Federais 1996-2002

O Plano Plurianual (PPA) contempla o amplo e diverso conjunto de programas implementados pelo Executivo Federal brasileiro, representando, em sua nova conformação, uma das principais inovações na gestão pública brasileira na década de 1990. O PPA procura articular de maneira inovadora e consistente as funções de planejamento e orçamento, classificando a ação governamental consubstanciada nessas peças em uma linguagem comum, e estabelecendo metas físicas e financeiras para o conjunto de projetos e atividades realizados por cada Ministério, bem como instrumentos de avaliação dos resultados atingidos.

No período de 1996 a 1999, as metas financeiras programadas no PPA mobilizaram R\$ 423 bilhões em 20 áreas programáticas (cf. Tabela 6.2). A alocação destes recursos exhibe um perfil no qual 79% foram direcionados para 08 áreas - Previdência Social, Saúde, Trabalho, Educação, Cultura e Desporto, Habitação, Assistência Social, Saneamento e Desenvolvimento Urbano – que contemplam as funções chamadas de Desenvolvimento Social. Todavia, os dados sinalizam para um importante ponto: 51% dos recursos programados no PPA 1996-1999 e 64,5 % dos recursos aplicados no Desenvolvimento Social foram aplicados em programas de Previdência Social. Ademais, 11,7% das metas se voltam para iniciativas na área de Infra-estrutura, focalizando o investimento nas áreas setoriais de Energia Elétrica, Comunicações e Transporte.

Por outro lado, quando descontada a importante parcela da Previdência, verifica-se que as áreas de Saúde (22,0%), Trabalho (14,8%) e Energia (10,6%) são as três principais áreas contempladas no PPA. A área considerada como Estado e Administração Pública correspondeu a aproximadamente 3% dos recursos do PPA no mesmo período (Vide Quadro 6.1).

PROS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fts: 0358
<b>3631</b>
Doc: 105

Quadro 6.1  
PPA 1996-1999 Distribuição Relativa dos Recursos sem a Previdência Social

Área Programática	% Total PPA Exceto Previdência Social
SAÚDE	22,0%
TRABALHO	14,8%
ENERGIA	10,6%
AGRICULTURA	9,8%
EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	6,5%
COMUNICAÇÕES	6,4%
HABITAÇÃO	6,0%
TRANSPORTE	5,7%
DEFESA NACIONAL	3,8%
ESTADO, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	2,9%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	2,4%
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	2,2%
SANEAMENTO	1,7%
RECURSOS HÍDRICOS	1,3%
DESENVOLVIMENTO URBANO	1,3%
INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR	0,9%
JUSTIÇA, SEGURANÇA E CIDADANIA	0,8%
MEIO AMBIENTE	0,7%
TURISMO	0,2%
<b>TOTAL GERAL</b>	100

Quanto à execução das metas financeiras programadas, avaliando-se o percentual entre as metas executadas e programadas, os dados apontam que o PPA 1996-1999 conseguiu realizar 93% do total, apresentando, todavia, resultados

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI --- CORREIOS
Fls. <b>0359</b>
<b>3631</b>

diferenciados entre as áreas programáticas (cf. Tabela 6.1). Os dados revelam haver casos em que ocorre uma superação das metas programadas, como foi o caso dos programas nas áreas de Comunicações e Trabalho. Por outro lado, em áreas como Transporte, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente as taxas não ultrapassam 70% do programado.

O PPA 2000-2003 mobilizou recursos financeiros da ordem de R\$ 1,1 bilhões aplicados em 350 programas, distribuídos de forma diferenciada entre os diversos ministérios e órgãos do Executivo Federal. A grande quantidade e multiplicidade de programas por Ministério é outra característica estrutural do PPA. Os dados apresentados na Tabela 6.3 revelam tal característica, e mostram que mais de 10 programas são implementados em 15 Ministérios. Em 08 ministérios são implementados mais de 20 Programas. Os ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Defesa, Minas e Energia, e Integração Nacional, que, conjuntamente, são responsáveis por quase 25% dos programas, são ministérios em que são implementados mais de 25 programas cada. Vale ressaltar que o número de programas implementados por cada ministério não é proporcional ao volume de recursos destinados à implementação dos mesmos, como é o caso do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento que aparece como o ministério com maior quantidade de programas (30) e, no entanto, recebe apenas 2,51% do financiamento total destinado à execução dos programas (vide tabelas 6.3 e 6.4).

Em termos do perfil da focalização dos recursos programados, no período 2000-2003 não se verifica uma descontinuidade significativa em relação ao PPA 1996-1999: a área programática "Previdência Social" continua a ser o principal destino dos recursos aplicados, 44,80%, dada a impossibilidade de reduzirem-se os custos de tais rubricas no curto prazo (Vide Tabela 6.4).

Por outro lado, quando se retiram os recursos destinados à Previdência Social, verifica-se uma mudança nas prioridades de alocação setorial no período de 2000-2002 (cf. Quadro 6.2). A área de Energia praticamente duplica o seu

BOB nº 03/2005 - CN - CPML - CORREIOS
Fls: 0360
306 31
Doc:

participação relativa na distribuição dos recursos, enquanto ocorre uma redução percentual na participação dos programas voltados para a Saúde. Quando considerado o ranking das 05 principais áreas programáticas, a novidade do PPA 2000-2003 foi a expressiva participação da área Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que passou a responder por 11,3% dos recursos aplicados.

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fis: <b>0361</b>
<b>3631</b>
Doc: 108

Quadro 6.2

PPA 2000-2002 Distribuição Relativa dos Recursos sem a Previdência Social

Área Programática	% Total Exceto Previdência Social
Minas e Energia	20,3%
Saúde	15,7%
Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	11,3%
Comunicações	9,0%
Educação	8,4%
Trabalho e Emprego	8,1%
Agricultura, Pecuária e Abastecimento	4,6%
Transportes	3,4%
Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano	3,0%
Integração Nacional	3,0%
Fazenda	2,8%
Desenvolvimento Agrário	2,5%
Defesa	2,3%
Ciência e Tecnologia	1,8%
Planejamento, Orçamento e Gestão	1,1%
Justiça	0,9%
Presidência da República	0,4%
Meio Ambiente	0,4%
Relações Exteriores	0,4%
Esporte e Turismo	0,3%
Cultura	0,3%
<b>Total sem Previdência Social (R\$ 571, 5 Bilhões)</b>	<b>100%</b>

Fonte: Relatório Anual de Avaliação do PPA. Elaboração SEGES.

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

Fis: 0362

109

Doc 3631

No que tange a importante questão da fonte de financiamento dos programas, o PPA, de modo geral, contempla uma diversidade de situações, desde aquela que é completamente financiada pelo governo federal, através de recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade, até casos em que o financiamento de outras fontes (estaduais, municipais ou da iniciativa privada, com é o caso, principalmente, das áreas de Minas e energia e Comunicações) supera os recursos aplicados pelo governo. Os dados da Tabela 6.7 confirmam a diversidade de situações entre os principais Órgãos do Executivo Federal, em termos do percentual de financiamento dos programas com recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade.

Os dados sinalizam que, na média geral, o PPA 2000-2003, no período 2000-2002, possui uma taxa média de dependência de recursos federais para o financiamento de 68,51% dos programas. Em 09 (nove) Órgãos do Executivo Federal – Previdência e Assistência Social, Presidência da República, Relações Exteriores, Saúde, Planejamento, Orçamento e Gestão, Educação, Justiça, Esporte e Turismo e Defesa – as iniciativas do PPA são quase exclusivamente financiadas por recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade (vide Tabela 6.7).

Por contraste, em 05 (cinco) Órgãos – Cultura, Secretaria Especial de Desenvolvimento, Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Minas e Energia, e Comunicações – o grau de dependência de recursos orçamentários é inferior a 50%, o que revela a participação de outros atores como financiadores de projetos e programas federais através de arranjos institucionais diversos.

Outra importante evidência é a diferenciada taxa de implementação dos programas no período 2000-2002. A taxa média de implementação para os 350 programas é de 60% (cf. Tabela 6.8). Em 96 programas, por outro lado, a taxa de implementação é superior a 75% das metas, enquanto que em 256 casos esta foi superior a 50% da meta. Quando desagregada por Ministérios e Órgãos, os dados revelam a diversidade entre os casos. A taxa média de implementação supera 70% em cinco

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls.: 0363
3631
110
Doc:

casos – Relações Exteriores, Presidência da República, Educação, Previdência e Assistência Social, e Defesa. Em 3 casos – Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano, Comunicações e Cultura – ela é inferior a 50%.

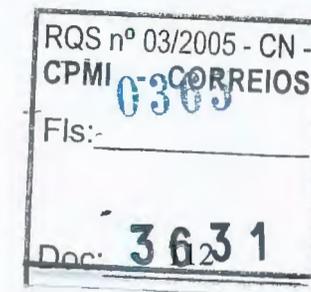
Por fim, outro destaque importante relaciona-se ao perfil da distribuição regional dos recursos. Os dados da Tabela 6.9 indicam a diversificação regional, tanto em termos da magnitude dos recursos aplicados, como da natureza dos programas implementados. Em termos absolutos, a Região Sudeste foi aquela que recebeu a maior parte dos recursos, o correspondente a 107,9 bilhões, contra 66,1 bilhões aplicados na região Nordeste. Essa tendência verifica-se para as duas principais áreas programáticas do PPA, sendo interessante observar que na área de Desenvolvimento Social existe uma distribuição quase igual dos recursos entre o Nordeste e o Sudeste, estando a principal diferença regional situada na área de Infra-estrutura Econômica, em que o Sudeste recebe quase o dobro dos recursos recebidos pelas demais regiões (cf. Tabela 6.9).

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: 0364
3631
Doc:

**Tabela 6.1 - PPA 1996-1999 - Metas Financeiras Programadas e Realizadas por Área Programática (em R\$ 1.000)**

	<b>Metas Programadas</b>	<b>% total</b>	<b>Metas Executadas</b>	<b>%total</b>	<b>Executado/ Programado</b>
<b>Infra-estrutura econômica</b>	<b>49.457.862</b>	<b>11,7%</b>	<b>44.710.365</b>	<b>11,3%</b>	<b>90%</b>
Energia	23.048.626		22.054.060		96%
Comunicações	13.932.513		14.339.923		103%
Transporte	12.476.724		8.316.382		67%
<b>Desenvolvimento social</b>	<b>324.732.555</b>	<b>76,7%</b>	<b>312.407.451</b>	<b>78,9%</b>	<b>96%</b>
Previdência social	206.136.215		202.263.122		98%
Saúde	47.749.460		46.202.524		97%
Trabalho	32.061.288		32.935.663		103%
Educação, cultura e desporto	14.167.663		11.663.855		82%
Habitação	13.011.967		9.280.152		71%
Assistência social	5.156.951		4.769.462		92%
Saneamento	3.672.392		3.346.825		91%
Desenvolvimento urbano	2.776.621		1.945.849		70%
<b>Demais áreas programáticas PPA</b>	<b>49.217.568</b>	<b>11,6%</b>	<b>38.610.568</b>	<b>9,8%</b>	<b>78%</b>
Agricultura	21.293.910		15.794.280		74%
Defesa nacional	8.359.724		6.726.070		80%
Estado, administração pública	6.256.442		5.210.733		83%
Ciência e tecnologia	4.716.959		4.186.679		89%
Recursos hídricos	2.825.211		2.132.502		75%
Indústria e comércio exterior	2.003.730		1.643.941		82%
Justiça, segurança e cidadania	1.683.178		1.496.964		89%
Meio ambiente	1.592.757		983.782		62%
Turismo	485.659		413.617		85%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>423.407.986</b>	<b>100,0%</b>	<b>395.728.383</b>	<b>100,0%</b>	<b>93%</b>

Fonte. MP/SPI. Quadros Consolidados PPA



**Tabela 6.2** - PPA - 1996 a 1999 - Distribuição dos Gastos Realizados por Área Programática (em % do Gasto Total)

<b>Área Programática</b>	<b>Participação Relativa (%)</b>
<b>Infra-estrutura econômica</b>	<b>11%</b>
Energia	6%
Comunicações	4%
Transporte	2%
<b>Desenvolvimento social</b>	<b>79%</b>
Previdência social	51%
Saúde	12%
Trabalho	8%
Educação, cultura e desporto	3%
Habitação	2%
Assistência social	1%
Saneamento	1%
Desenvolvimento urbano	0%
<b>Demais áreas programáticas PPA</b>	<b>10%</b>
Agricultura	4%
Defesa nacional	2%
Estado, administração pública	1%
Ciência e tecnologia	1%
Recursos hídricos	1%
Indústria e comércio exterior	0%
Justiça, segurança e cidadania	0%
Meio ambiente	0%
Turismo	0%
<b>TOTAL GASTO PPA 1996-1999</b>	<b>100%</b>

Fonte. MP/SPI. Quadros Consolidados PPA

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: 0366
3631
Doc: 113

**Tabela 6.3 - PPA 2000-2003 - Quantidade de Programas por Ministério**

<b>Ministério</b>	<b>Programas</b>	<b>% Total</b>
Agricultura, Pecuária e Abastecimento	30	8,6%
Defesa	28	8,0%
Minas e Energia	28	8,0%
Integração Nacional	26	7,4%
Justiça	23	6,6%
Ciência e Tecnologia	21	6,0%
Meio Ambiente	21	6,0%
Saúde	21	6,0%
Fazenda	18	5,1%
Transportes	18	5,1%
Planejamento, Orçamento e Gestão	15	4,3%
Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	12	3,4%
Previdência e Assistência Social	12	3,4%
Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano	11	3,1%
Educação	11	3,1%
Comunicações	9	2,6%
Cultura	9	2,6%
Presidência da República	9	2,6%
Relações Exteriores	8	2,3%
Trabalho e Emprego	8	2,3%
Desenvolvimento Agrário	6	1,7%
Esporte e Turismo	6	1,7%
<b>Total</b>	<b>350</b>	<b>100,0%</b>

Fonte. MP/SPI. Quadros Consolidados PPA

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: <u>0367</u> <b>3631</b>
Doc: 114

**Tabela 6.4 - PPA 2000-2003 Financiamento Total dos Programas (em R\$ 2002)**

	<b>Financiamento Total (R\$)</b>	<b>% Total</b>
Previdência e Assistência Social	463.899.645.652	44,80%
Minas e Energia	115.828.640.967	11,19%
Saúde	89.848.124.268	8,68%
Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	64.645.568.480	6,24%
Comunicações	51.575.785.984	4,98%
Educação	48.288.634.212	4,66%
Trabalho e Emprego	46.468.782.958	4,49%
Agricultura, Pecuária e Abastecimento	26.011.669.181	2,51%
Transportes	19.149.863.338	1,85%
Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano	17.293.075.440	1,67%
Integração Nacional	16.866.206.245	1,63%
Fazenda	16.146.344.378	1,56%
Desenvolvimento Agrário	14.079.449.565	1,36%
Defesa	13.429.676.936	1,30%
Ciência e Tecnologia	10.277.892.956	0,99%
Planejamento, Orçamento e Gestão	6.040.487.845	0,58%
Justiça	4.982.823.451	0,48%
Presidência da República	2.566.626.449	0,25%
Meio Ambiente	2.478.236.659	0,24%
Relações Exteriores	2.383.489.207	0,23%
Esporte e Turismo	1.721.950.062	0,17%
Cultura	1.441.188.051	0,14%
<b>Total</b>	<b>1.035.424.162.284</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: MP (2002) - Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual PPA 2000-2003

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI
Fls: 0369
3631
Doc: 115

**Tabela 6.5 - PPA 2000-2003 - Alocação Setorial dos Recursos**

	<b>R\$ Milhões</b>	<b>% Total</b>
Desenvolvimento Social	585.019	59,4%
Infra-Estrutura Econômica	212.017	21,5%
Setor Produtivo	134.838	13,7%
Relações Externas e Defesa Nacional	8.319	0,8%
Informação e Conhecimento	15.537	1,6%
Meio-Ambiente	3.353	0,3%
Justiça e Cidadania	4.039	0,4%
Outros	21.804	2,2%
<b>Total</b>	<b>984.926</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: MP (2002) - Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual PPA 2000-2003

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: 0369
3631
Doc: 116

**Tabela 6.6** - PPA 2000-2003 - Distribuição Relativa do Gasto por Área Programática (em R\$ Milhões e em %)

	<b>% Total Área Programática</b>
<b>Desenvolvimento Social</b>	
Previdência Social	64%
Saúde	13%
Emprego e Renda	8%
Educação	6%
Habitação e Desenvolvimento Urbano	4%
Assistência Social	3%
Saneamento	1%
Agricultura	1%
Esporte e Lazer	0%
<b>Total</b>	<b>100%</b>
<b>Infra-estrutura Econômica</b>	
Energia	78%
Transporte	17%
Telecomunicações	3%
Abastecimento d'água	2%
<b>Total</b>	<b>100%</b>
<b>Informação e Conhecimento</b>	
Desenvolvimento de Engenharia e Tecnologia	80%
Desenvolvimento Científico	18%
Disseminação de Conhecimento em C&T	2%
<b>Total</b>	<b>100%</b>
<b>Setor Produtivo</b>	
Serviços e Comercialização	50%
Agricultura	31%
Indústria	18%
<b>Total</b>	<b>100%</b>
<b>Justiça e Cidadania</b>	
Cultura	55%
Segurança Pública	26%
Democracia e Direitos Humanos	19%

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: <u>0370</u>
<b>3631</b>
Doc: <u>117</u>

**Total** **100%**

Fonte: MP (2002) - Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual PPA 2000-2003

**Tabela 6.7** - PPA 2000-2003 – Percentual de Financiamento dos Programas com Recursos do Orçamento Fiscal e Seguridade

<b>Ministério</b>	<b>% Recursos</b>
Previdência e Assistência Social	100%
Presidência da República	100%
Relações Exteriores	100%
Saúde	100%
Planejamento, Orçamento e Gestão	100%
Educação	100%
Justiça	100%
Esporte e Turismo	99%
Defesa	95%
Meio Ambiente	88%
Fazenda	82%
Trabalho e Emprego	65%
Transportes	58%
Ciência e Tecnologia	57%
Agricultura, Pecuária e Abastecimento	55%
Integração Nacional	50%
Desenvolvimento Agrário	50%
Cultura	47%
Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano	31%
Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	19%
Minas e Energia	7%
Comunicações	5%
<b>Média</b>	<b>69%</b>

Fonte: MP (2002) - Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual PPA 2000-2003

RQS nº 03/2005 - CN - CPMF - CORREIOS Fis: 0371 3631 Doc: 118
---

**Tabela 6.8** - PPA 2000-2002 - Taxas de Implementação das Metas Financeiras dos Programas por Ministério

Ministério	Quantidade Programas	TI Médio	Desvio Padrão	TI > 75% da Meta	TI > 50 % da Meta
Relações Exteriores	8	74,2	5,614	4	8
Presidência da República	9	72,0	18,489	2	8
Educação	11	72,0	9,801	2	11
Previdência e Assistência Social	12	71,8	12,124	4	11
Defesa	28	71,0	16,656	10	25
Saúde	21	69,9	9,354	6	25
Agricultura, Pecuária e Abastecimento	30	69,6	24,235	13	25
Planejamento, Orçamento e Gestão	15	68,5	16,702	13	13
Esporte e Turismo	6	67,2	12,399	2	5
Desenvolvimento Agrário	6	66,3	13,756	2	5
Trabalho e Emprego	8	65,1	16,216	2	6
Fazenda	18	63,1	28,259	7	13
Integração Nacional	26	61,9	20,395	5	18
Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	12	56,6	27,659	4	7
Justiça	23	56,6	18,898	4	15
Transportes	18	56,0	25,405	4	10
Meio Ambiente	21	52,9	21,606	3	13
Ciência e Tecnologia	21	52,7	25,084	2	13
Minas e Energia	28	51,6	22,500	4	15
Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano	11	41,6	35,446	1	4
Comunicações	9	31,1	46,656	0	0
Cultura	9	27,0	23,048	2	6
<b>Total</b>	<b>350</b>	<b>59,9</b>	<b>20,468</b>	<b>96</b>	<b>256</b>

TI Médio - Taxa Média de Implementação, calculada pela divisão entre as metas realizadas pelas metas programadas

RQS.nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fis: _____
3 6 3 1 119
Doc: _____

**Tabela 6.9** - PPA 2000-2002 - Composição Regional dos Investimentos Setoriais (em R\$ Bilhões)

	<b>Norte</b>	<b>Nordeste</b>	<b>Centro-Oeste</b>	<b>Sudeste</b>	<b>Sul</b>
Infra-Estrutura Econômica	14,0	30,4	31,5	70,2	38,7
Desenvolvimento Social	8,6	33,0	16,1	35,2	19,8
Meio Ambiente	1,4	2,3	1,8	2,1	2,4
Informação e Conhecimento	0,1	0,4	0,4	0,4	0,5
<b>Total</b>	<b>24,1</b>	<b>66,1</b>	<b>49,8</b>	<b>107,9</b>	<b>61,4</b>

Fonte: Relatório de Avaliação do PPA 2000-2003

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fis: <u>        </u>
Doc: <u>        </u>
120 <b>3631</b>

## Capítulo 7

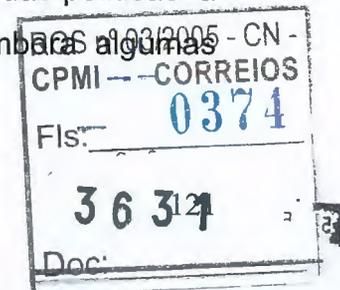
### Organizações e Estrutura Gerencial na Administração Pública Federal

A Constituição de 1988 definiu novos marcos institucionais para o País, aumentando a responsabilidade do Estado como garantidor de uma maior proteção social à população e estabelecendo um novo pacto federativo, com definição de novas competências para as três esferas de governo na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas.

A partir dessa nova realidade, a Administração Pública Federal passa a ter que responder a dois grandes desafios: o de fazer frente às novas demandas da sociedade em relação ao Estado e o de construir um novo modelo de atuação que fosse mais eficiente, inclusivo e equitativo, em um cenário de forte restrição fiscal.

Diante desse cenário, as estruturas gerenciais do Estado vêm gradativamente sendo modificadas ao longo dos últimos anos, em especial no que diz respeito às estruturas organizacionais da Administração Pública Federal, entendidas como aparato existente para a implementação e consecução dos objetivos do Estado, em função da necessidade de adequação da capacidade de atuação, do fortalecimento da governança, frente às suas novas funções.

A reforma administrativa realizada no início dos anos 90 pelo Governo Fernando Collor, definida sem um modelo referencial para a gestão pública e sem as bases empíricas necessárias à sua implementação, acabou contribuindo para o agravamento de déficits institucionais existentes na Administração, gerando passivos estruturais para as gestões seguintes. Posteriormente ao Governo Collor, a Administração Pública passa pelos arranjos institucionais do Governo Itamar Franco e arranjos distintos nos dois governos Fernando Henrique Cardoso, que em seu primeiro período teve como uma de suas políticas a reforma e modernização do Estado, consubstanciada no Plano Diretor da Reforma do Estado, de 1996. Embora algumas



dimensões institucionais e organizacionais tenham sido estudadas, as estratégias propostas para a reforma do Estado acabaram não se efetuando plenamente, especialmente porque, no segundo mandato, o tema perdeu força e não foi tratado com o esforço necessário para responder aos desafios colocados, que por sua vez exigiam ênfase em políticas de gestão pública, que também não foram planejadas.

A análise da evolução das estruturas de governo no período compreendido entre os anos de 1992 e 2003 demonstra que houve uma expansão no quantitativo de organizações que compõem a estrutura do Governo federal (cf. Tabela 7.1). O número de estruturas organizacionais passou de 223 em 1992 para 400 em 2002, e para 401 em 2003. Grande parte desse aumento se deu, principalmente, no quantitativo de autarquias, possivelmente pela necessidade de adoção de um modelo institucional descentralizado que favorecesse a implementação das políticas públicas, em especial na área de educação. O total de organizações classificadas como autarquias era de 66 em 1992, passando a 79 já em 1996 e se ampliando expressivamente para 130 em 2002 e 2003.

Outra importante transformação nas funções do Estado foi o aumento das demandas por maior autonomia e flexibilização dos modelos burocráticos. Esse processo pode ser observado na expansão dos fundos, na criação de arenas regulatórias e, sobretudo, na intensificação do processo de “autarquização” das organizações públicas.

A partir da segunda metade da década de 90 novos modelos institucionais foram criados. Sob a configuração de autarquias especiais, surgem as agências reguladoras como consequência do processo de privatização conduzido pelo governo e o surgimento da necessidade de regulação dos mercados privatizados. Expandiu-se também o número de agências de fomento e foi qualificada uma agência executiva, com a competência para exercer funções de fiscalização, exclusiva do Estado. Instituíram-se também as Organizações Sociais, modelo de parceria entre o Estado e a sociedade, constituindo um tipo particular de propriedade pública não estatal, destinado a absorver, mediante qualificação específica, atividades comumente atribuídas ao setor

ROS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
FIS: 0375
3631
122
Doc:

público. Estes novos tipos institucionais apontam para a heterogeneidade das organizações que compõem o setor público e indicam que novos modelos devem ser desenvolvidos, de forma a favorecer uma atuação mais eficiente e efetiva do aparato do Estado.

**Tabela 7.1 - Evolução da Quantidade de Estruturas do Governo Federal por Tipo**

	1992	1996	2002	2003
Órgãos de Assessoramento Direto da Presidência da República <sup>1</sup>	5	5	6	8
Ministérios <sup>2</sup>	14	21	20	24
Secretarias de Estado <sup>3</sup>	8	3	3	7
Autarquias	66	79	130	130
Agências Reguladoras <sup>4</sup>	-	1	9	9
Fundações	35	40	38	38
Empresas Públicas	16	17	22	22
Sociedades de Economia Mista	28	24	49	30
Agências Executivas <sup>5</sup>	-	-	1	1
Organizações Sociais <sup>6</sup>	-	-	7	7
Fundos Setoriais <sup>7</sup>	-	-	14	14
Fundos Ministeriais <sup>8</sup>	11	19	37	29
Conselhos <sup>9</sup>	37	59	55	73
Conselhos de Consulta e Assessoramento Imediato ao Presidente da República <sup>10</sup>	3	4	9	10
<b>Total</b>	<b>223</b>	<b>272</b>	<b>400</b>	<b>401</b>

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fis: 0376
3631
123
Doc:

Fonte: SIORG; Decreto 1.361 de 1995; Medida Provisória 813 de 1995; Lei 8.28 de 1990; Lei 9.649 de 1998; Lei 10.683 de 2003; e legislação superveniente (decretos que aprovam estrutura e organização dos Ministérios). A legislação citada pode ser consultada no endereço [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br).

1 - Em **1992** os órgãos de assessoramento direto da Presidência da República são: o Gabinete Militar; o Gabinete Pessoal do Presidente da República; o Alto Comando das Forças Armadas; o Estado Maior das Forças Armadas; e a Consultoria Geral da República. Em **1996**, são órgãos de assessoramento direto da Presidência da República: a Casa Civil; a Casa Militar; a Advocacia-Geral da União; o Alto Comando das Forças Armadas; e o Estado Maior das Forças Armadas. Em **2002**, são órgãos de assessoramento direto da Presidência da República: a Casa Civil; a Advocacia Geral da União; a Corregedoria-Geral da União; o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; o Gabinete do Presidente da República; e o Grupo Executivo de Desenvolvimento Urbano. Em **2003**, são órgãos de assessoramento direto da Presidência da República: a Advocacia-Geral da União; a Assessoria Especial do Presidente da República; o Porta-Voz da Presidência da República; a Controladoria-Geral da União; a Casa Civil; o Gabinete Pessoal; o Gabinete de Segurança Institucional; e a Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República.

2 - Ministérios existentes em **1992**: da Ação Social; da Aeronáutica; da Agricultura e Reforma Agrária; da Economia, Fazenda e Planejamento; da Educação; da Justiça; da Marinha; da Previdência Social; da Saúde; das Relações Exteriores; de Minas e Energia; do Exército; do Trabalho e Administração; e dos Transportes e Comunicações. Ministérios existentes em **1996**: da Administração Federal e Reforma do Estado; da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária; da Ciência e Tecnologia; das Comunicações; da Cultura; da Educação; da Fazenda; da Indústria, Comércio e Turismo; da Justiça; do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal; das Minas e Energia; do Planejamento e Orçamento; da Previdência e Assistência Social; das Relações Exteriores; da Saúde; do Trabalho; dos Transportes; do Exército; da Marinha; da Aeronáutica; e Ministério Extraordinário do Esporte.

Em **2002**: da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Ciência e Tecnologia; da Cultura; das Comunicações; da Defesa; do Desenvolvimento Agrário; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; da Educação; do Esporte e Turismo; da Fazenda; da Integração Nacional; da Justiça; do Meio Ambiente; de Minas e Energia; do Planejamento, Orçamento e Gestão; da Previdência e Assistência Social; das Relações Exteriores; da Saúde; do Trabalho e Emprego; e dos Transportes. Em **2003**: da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Promoção e Assistência Social; da Ciência e Tecnologia; das Cidades; das Comunicações; da Cultura; da Defesa; do Desenvolvimento Agrário; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; da Educação; dos Esportes; da Fazenda; da Integração Nacional; da Justiça; do Meio Ambiente; de Minas e Energia; do Planejamento, Orçamento e Gestão; da Previdência Social; da Saúde; das Relações Exteriores; do Trabalho e Emprego; dos Transportes; do Turismo; e Gabinete do Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome.

3 - Em **1992**, as secretarias de Estado da Presidência da República são: a Secretaria-Geral; a Secretaria da Cultura; a Secretaria da Ciência e Tecnologia; a Secretaria do Meio Ambiente; a Secretaria do Desenvolvimento Regional; a Secretaria dos Desportos; a Secretaria da Administração Federal; e a Secretaria de Assuntos Estratégicos. Em **1996**, são secretarias de Estado: a Secretaria-Geral; a Secretaria de Comunicação Social; e a Secretaria de Assuntos Estratégicos. Em **2002**, são secretarias de Estado: a Secretaria-Geral da Presidência da República; a Secretaria de Estado de Comunicação de Governo; e a Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano. Em **2003**, as secretarias de Estado são: a Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica; a Secretaria-Geral; a Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social; a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca; a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

4 - As Agências Reguladoras são autarquias federais de natureza especial. A primeira agência a ser constituída foi a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em 1996. As demais agências reguladoras foram criadas entre os anos de 1997 e 2001.

5 - As Agências Executivas são autarquias ou fundações públicas com maior autonomia gerencial e financeira. Até o momento existe apenas uma agência executiva, o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, qualificado como tal em 1998 por meio de decreto presidencial.

6 - Organização Social é a qualificação dada a entidades privadas sem fins lucrativos que realizam atividades de interesse público. As primeiras entidades a receberem tal qualificação foram a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto e a Associação Brasileira de Tecnologia de Luz Síncrotron, ambas em 1997.

7 - Os Fundos Setoriais foram criados para garantir investimentos permanentes em pesquisa científica e tecnológica do Brasil. O primeiro fundo criado foi o Fundo Setorial do Petróleo e Gás Natural, em 1999.

8 - São contabilizados apenas os Fundos vinculados aos Ministérios e à Presidência da República. Não são contabilizados os Fundos vinculados à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal e à Justiça Eleitoral.

BOS nº 03/2005 - CN -
CPML - CORREIOS
Fls: 0377
Doc: 3631

9 - Refere-se aos Conselhos vinculados aos Ministérios, às Secretarias Especiais e à Presidência da República (não se confundem com os Conselhos de Assessoramento Imediato ao Presidente da República).

10 - Os Conselhos da República, de Defesa Nacional (previstos na Constituição Federal) e de Governo estão presentes em todos os anos. Além desses, verifica-se a existência dos seguintes conselhos: Conselho do Programa Comunidade Solidária (**em 1996**); Comissão de Ética Pública, Comissão de Reforma Patrimonial, Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, Conselho Nacional de Desestatização, Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte e Conselho Nacional de Política Energética (**2002**); Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, Conselho Nacional de Política Energética, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia, Conselho Superior de Cinema e Conselho Nacional Anti-drogas (**2003**).

O quantitativo de ministérios, áreas governamentais responsáveis pela formulação das políticas públicas, também se expandiu no período entre 1992 e 2003. Essa expansão pode ser considerada como uma conseqüência da redefinição de prioridades nas políticas públicas pelos governos, em função de novas demandas da sociedade, o que exigiu a estruturação de novos órgãos para atuar em políticas relativas a temas específicos e prioritários de Governo.

Comparando as estruturas ministeriais existentes em 1996 e as existentes em 2002, percebe-se que algumas áreas de governo permaneceram relativamente estáveis em seus escopos de atuação; entre elas estão: Minas e Energia, Cultura, Comunicações, Fazenda, Saúde, Transportes, Relações Exteriores, Justiça, Previdência e Assistência Social e Ciência e Tecnologia. Outras funções foram redefinidas: a função turismo, deixa a pasta da Indústria e do Comércio que, por sua vez, agrega a função Comércio Exterior, para se juntar com o esporte (que sai da pasta de Educação); a reforma agrária é retirada do Ministério da Agricultura e Abastecimento e constitui-se em pasta independente; a função recursos hídricos deixa a pasta do Meio Ambiente para integrar a nova pasta do Ministério da Integração Nacional; a função gestão é agregada à função planejamento e orçamento. A função emprego, a seu turno, fica alocada ao Ministério do Trabalho. Ainda com relação às mudanças nas funções de governo, o Estado Maior das Forças Armadas e os Ministérios do Exército, Marinha e Aeronáutica deram lugar à pasta da Defesa, de caráter civil, composta pelos três comandos militares.

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls: 0378
3631
Doc: 125

Os dados apresentados na tabela 7.2 mostram que houve uma expansão na quantidade de unidades que compõem a organização interna dos ministérios no período 1996-2002. Dos 47 novos órgãos, 24 são classificados como Órgãos de Assistência Direta principais e 13 como Órgãos de Assistência Direta vinculados, o que revela uma expansão das instâncias superiores de decisão dos ministérios, em contraste a uma pequena expansão dos Órgãos Específicos Singulares – Secretarias e Departamentos. Apenas 08 novos departamentos foram criados. O quantitativo de Órgãos Colegiados aumenta marginalmente, com 02 novos conselhos criados.

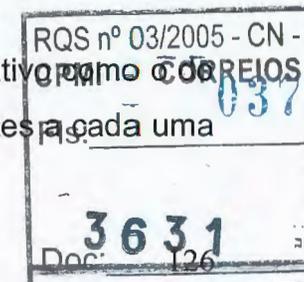
**Tabela 7.2 - Poder Executivo: Quantidade de Órgãos da Estrutura dos Ministérios em 1996 e 2002**

	1996 <sup>1</sup>	2002	Variação Absoluta
<b>Órgãos de Assistência Direta</b>			
Principais	31	55	24
Vinculados	28	41	13
<b>Órgãos Específicos Singulares</b>			
Principais (Secretarias)	90	90	0
Vinculados (Departamentos)	134	142	8
<b>Órgãos Colegiados</b>			
(Conselhos)	54	56	2
<b>Total</b>	<b>337</b>	<b>384</b>	<b>47</b>

Fonte: SIORG

1 – Em 1996 não são contabilizadas as estruturas dos Ministérios do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, da Ciência e Tecnologia e do Ministério Extraordinário dos Esportes.

Os novos modelos de implementação de políticas públicas para a área social, em um sistema federativo como o Brasil, demandam uma clara explicitação das funções desempenhadas pelas diferentes esferas de governo referentes a cada uma



das políticas e a adoção de mecanismos articuladores entre essas esferas, com ênfase em uma lógica de cooperação e complementação. Esta necessidade levou a um aumento significativo dos espaços de representação e participação nas políticas públicas por meio da criação de novas instâncias de ação coletiva (conselhos, comissões, grupos executivos, comitês e câmaras). Os dados apresentados ressaltam a expansão do número de Conselhos setoriais na estrutura de governo: saem de 37 em 1992 para 55 em 2002 e se ampliam para 72 em 2003. Esta expansão pode ser considerada como reflexo do novo pacto federativo e da necessidade de compartilhamento de atuação entre as três esferas de governo. Trata-se também de resultante da exigência de se democratizar a gestão pública, abrindo espaço para o aperfeiçoamento do controle social sobre as ações de governo.

De acordo com a tabela 7.3, existem 90 instituições de representação coletiva, das quais 72 são classificadas como conselhos. A descrição completa dos atores institucionais que participam de cada uma destas instituições apresenta-se com detalhes na Tabela 7.4 e das Instituições de Representação Coletiva nas Políticas Setoriais por Tipo na Tabela 7.5.

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: <u>0380</u>
Doc <u>3631</u>

**TABELA 7.3 - Distribuição das Instituições de Representação Coletiva nas Políticas Setoriais por Tipo - 2003**

Setor	Conselho	Comissão	Grupo Executivo	Comitê	Câmara	Total
Infraestrutura e Desenvolvimento	10	1	1			12
Defesa de Direitos (Justiça)	8	0				8
Finanças	8	1		3	1	13
Outros	8	5				13
Questões Sociais	6	0				6
Segurança	5					5
Agricultura	5	1				6
Meio Ambiente	5					5
Questões Trabalhistas	4					4
Previdência	3	0				3
Saúde	2					2
Cultura	2	2				4
Ciência e Tecnologia	2	2				4
Educação	1					1
Transportes	1	1				2
Turismo	1					1
Esporte	1					1
<b>Total</b>	<b>72</b>	<b>13</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>90</b>

Fonte: lei 10.683 de 2003; e legislação superveniente (decretos que aprovam estrutura e organização dos Ministérios). A legislação citada pode ser consultada no endereço [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br).

RQS nº 03/2005 - CN -  
 CPMI - CORREIOS  
 Fls: **0381**  
**3631**  
 Doc: 128

**Tabela 7.4 - Conselhos e Comissões Envolvidos por Setor**

<b>Saúde</b>	Conselho Nacional de Saúde
	Conselho de Saúde Suplementar
<b>Educação</b>	Conselho Nacional de Educação
<b>Segurança</b>	Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia
	Conselho Nacional Antidrogas
	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
	Conselho Nacional de Segurança Pública - CONASP
	Conselho de Defesa Nacional
<b>Cultura</b>	Conselho Superior do Cinema
	Comissão de Cinema
	Comissão Nacional de Incentivo à Cultura
	Conselho Nacional de Política Cultural
<b>Transportes</b>	Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte
	Comissão Federal de Transportes Ferroviários
<b>Agricultura</b>	Conselho Nacional de Política Agrícola - CNPA
	Conselho Deliberativo da Política do Café - CDPC
	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
	Conselho Curador do Banco da Terra
	Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca
	Comissão Especial de Recursos - CER
<b>Ciência e Tecnologia</b>	Comissão Técnica Nacional de Biossegurança
	Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia
	Conselho Nacional de Informática e Automação
	Comissão de Coordenação das Atividades de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia
<b>Defesa de Direitos</b>	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
	Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana

RQS nº 03/2005 - CN -  
 CPMI - -CORREIOS  
 Fls.: 0382  
 3631  
 129  
 Doc:

	Conselho Nacional de Combate à Discriminação
	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
	Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência
	Conselho Nacional dos Direitos do Idoso
	Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos
	Conselho Nacional de Promoção do Direito Humano à Alimentação
<b>Questões Sociais</b>	Conselho do Programa Comunidade Solidária
	Conselho Nacional de Assistência Social
	Conselho de Articulação de Programas Sociais
	Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social
	Conselho Consultivo e de Acompanhamento do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza
	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
<b>Previdência</b>	Conselho Nacional de Previdência Social
	Conselho de Recursos da Previdência Social
	Conselho de Gestão da Previdência Complementar
<b>Infra-estrutura e Desenvolvimento</b>	Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno
	Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
	Conselho Deliberativo do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia
	Conselho Deliberativo do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste
	Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo
	Conselho das Cidades
	Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN
	Conselho Nacional de Política Energética
	Conselho de Aviação Civil - CONAC
	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
	Conselho Nacional de Defesa Civil
	Comissão Nacional de População e Desenvolvimento - CNPD
<b>Finanças</b>	Conselho Monetário Nacional
	Conselho Nacional de Política Fazendária

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Els: 0383
36301
Doc:

	Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional
	Conselho Nacional de Seguros Privados
	Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização
	Conselho de Controle de Atividades Financeiras
	Conselho Diretor do Fundo de Garantia à Exportação
	Câmara Superior de Recursos Fiscais
	Conselhos de Contribuintes (1º, 2º e 3º)
	Comitê Brasileiro de Nomenclatura
	Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior
	Comitê de Coordenação Gerencial das Instituições Financeiras Públicas Federais
<b>Meio Ambiente</b>	Conselho de Gestão do Patrimônio Genético
	Conselho Deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA
	Conselho Nacional da Amazônia Legal – CONAMAZ
	Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH
	Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA
<b>Questões Trabalhistas</b>	Conselho Nacional do Trabalho
	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
	Conselho Nacional de Imigração
<b>Turismo</b>	Conselho Nacional de Turismo - CNT
<b>Esporte</b>	Conselho Nacional do Esporte - CNE
<b>Outros</b>	Conselho da República
	Conselho de Governo
	Conselho de Defesa Nacional
	Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção
	Comissão de Coordenação de Controle Interno
	Conselho de Política Externa
	Comissão de Promoções
	Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - CONMETRO
	Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação - CZPE



Comissão de Financiamentos Externos - COFIEX	
Comissão Nacional de Cartografia - CONCAR	
Comissão Nacional de Classificação - CONCLA	

Fonte: lei 10.683 de 2003; e legislação superveniente (decretos que aprovam estrutura e organização dos Ministérios). A legislação citada pode ser consultada no endereço [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br).

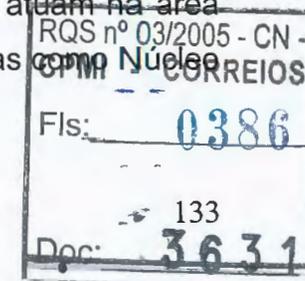
RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS  
Fls: 0385  
3631  
132  
Doc:

**Tabela 7.5 - Instituições de Representação Coletiva nas Políticas Setoriais por Tipo - 2003**

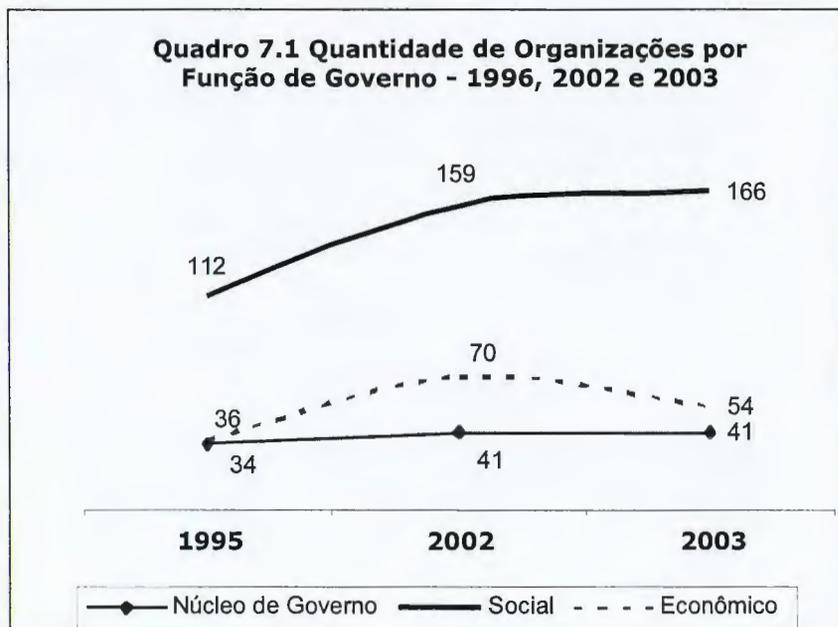
Setor	Conselho	Comissão	Grupo Executivo	Comitê	Câmara	Total
Infra-estrutura e Desenvolvimento	10	1	1			12
Defesa de Direitos	8	0				8
Finanças	8	1		3	1	13
Outros	8	5				13
Questões Sociais	6	0				6
Segurança	5					5
Agricultura	5	1				6
Meio Ambiente	5					5
Questões Trabalhistas	4					4
Previdência	3	0				3
Saúde	2					2
Cultura	2	2				4
Ciência e Tecnologia	2	2				4
Educação	1					1
Transportes	1	1				2
Turismo	1					1
Esporte	1					1
<b>Total</b>	<b>72</b>	<b>13</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>90</b>

Fonte: lei 10.683 de 2003; e legislação superveniente (decretos que aprovam estrutura e organização dos Ministérios). A legislação citada pode ser consultada no endereço [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br).

Em termos da distribuição funcional da burocracia, a principal evidência é a expansão na quantidade total de organizações segundo as três grandes funções (ver Box 1 na Introdução) – Núcleo de Governo, Social e Econômico (cf. Tabela 7.6). As curvas apresentadas no gráfico 7.1, a seguir, mostram que a maior quantidade de organizações federais atuam na área social. Em termos de variação temporal, essas curvas mostram a expansão do número de organizações classificadas como Núcleo



de Governo e da área Social. Conforme apresentado, a área social do governo se expande, em termos absolutos, de 112 em 1995 para 166 organizações em 2003, o que revela que grande parte da burocracia federal está alocada para desempenhar as funções sociais do governo brasileiro. Em contrapartida, verifica-se o aumento e posterior redução da quantidade de instituições federais que atuam na área econômica.



RQS nº 03/2005 - CN -  
CPM - CORREIOS  
Fts: 0387  
3631  
Doc: 134

**Tabela 7.6 - Distribuição das Estruturas<sup>1</sup> por Função do Governo**

	<b>1995</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>
<b>Núcleo de Governo</b>	34	41	40
<b>Social</b>	112	159	166
<b>Econômico</b>	36	70	54
<b>Outros</b>	8	8	8

Fonte: SIORG; Decreto 1.361 de 1995; Medida Provisória 813 de 1995; Lei 9.649 de 1998; Lei 10.683 de 2003; e legislação superveniente (decretos que aprovam estrutura e organização dos Ministérios). A legislação citada pode ser consultada no endereço [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br).

1 - Consideram-se as principais estruturas do poder executivo federal: ministérios e entidades vinculadas (autarquias, fundações públicas, sociedades de economia mista e empresas públicas); secretarias especiais; órgãos de assessoramento da Presidência da República e Presidência da República.

Conforme sugerem os dados da tabela 7.7, o Estado Social (ver Box 1 na Introdução) é composto principalmente por Autarquias e Fundações, sendo que apenas uma fundação atua em funções exclusivas do Estado. As empresas públicas são instituições que atuam prioritariamente na área econômica do governo. Em 1995, 12 autarquias federais eram voltadas, ao menos do ponto de vista de suas missões, para o desempenho de funções situadas no núcleo de governo, aumentando para 21 em 2002 e atingindo o valor de 20 em 2003. Quando considerado o Poder Executivo Federal, os dados sugerem uma divisão quase equânime das instituições por funções, sendo, por outro lado, estas majoritariamente alocadas no núcleo de governo.

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: 0388
36131
Doc:

**Tabela 7.7 - Distribuição Setorial das Estruturas por Função do Governo**

	Núcleo de Governo			Estado Social			Econômico			Outros		
	1995	2002	2003	1995	2002	2003	1995	2002	2003	1995	2002	2003
<b>Poder Executivo Federal</b> <sup>1</sup>	17	14	15	7	8	13	6	8	11	-	-	-
<b>Autarquia</b> <sup>2</sup>	12	21	20	60	109	111	7	9	8	-	-	-
<b>Fundação</b>	1	1	1	38	36	36	1	1	1	-	-	-
<b>Empresa Pública</b>	4	4	4	3	3	3	10	15	15	-	-	-
<b>Sociedade Economia Mista</b>	-	1	-	4	3	3	12	37	19	8	8	8
<b>TOTAL</b>	<b>34</b>	<b>41</b>	<b>40</b>	<b>112</b>	<b>159</b>	<b>166</b>	<b>36</b>	<b>70</b>	<b>54</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>8</b>

Fonte: SIORG; Decreto 1.361 de 1995; Medida Provisória 813 de 1995; Lei 9.649 de 1998; Lei 10.683 de 2003; e legislação superveniente (decretos que aprovam estrutura e organização dos Ministérios). A legislação citada pode ser consultada no endereço [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br).

1 - O Poder Executivo Federal compreende os Ministérios, Secretarias de Estado, Órgãos de Assessoria do Presidente da República e Presidência da República.

2 - As Agências Reguladoras são contabilizadas juntamente com as demais autarquias.

Outro dado observado na tabela 7.1 refere-se ao número de fundos. Em 1996 não existiam fundos setoriais, sendo que em 2002 a Administração Pública já contatava com 14 fundos; já os fundos ministeriais saíram de 11 em 1992 para 29 em 2003. Esta expansão pode estar ocorrendo pela necessidade de construção de novos mecanismos que dêem suporte a atuação e execução de políticas públicas de forma mais eficiente, em razão da autonomia da gestão dos recursos, principalmente pela possibilidade de financiamento das ações governamentais com recursos vinculados por dispositivos legais. A tabela 7.8 apresenta a distribuição dos fundos por órgão governamental.



**Tabela 7.8 – Fundos: Quantidade por Órgão**

	<b>Fundos</b>
Ministério da Defesa	8
Ministério da Fazenda	5
Ministério da Justiça	4
Senado Federal	3
Presidência da República	3
Ministério da Integração Nacional	3
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	2
Câmara dos Deputados	1
Justiça Eleitoral	1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1
Ministério da Ciência e Tecnologia	1
Ministério da Educação	1
Ministério da Previdência e Assistência Social	1
Ministério da Saúde	1
Ministério do Trabalho e Emprego	1
Ministério dos Transportes	1
Ministério das Comunicações	1
Ministério da Cultura	1
Ministério do Meio Ambiente	1
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1
Ministério da Assistência Social	1
Ministério das Cidades	1
<b>Total</b>	<b>43</b>

Fonte: Base de Dados SIAFI. Elaboração SEGES

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS  
Fls: 0390  
3631  
Doc:

Os fundos também são mecanismos importantes de ampliação dos espaços de participação de atores sociais nas políticas públicas, conforme dados apresentados nas Tabelas 7.9 e 7.10 (apresentam a quantidade de atores institucionais que participam dos conselhos executivos dos fundos federais). Na maioria dos casos, os representantes dos ministérios constituem menos de 60% dos atores institucionais participantes, possibilitando a participação de outros atores da sociedade civil e do mercado, bem como de interesses setoriais específicos. Há uma conformação bastante diversa no processo decisório desses importantes mecanismos de estruturação das políticas públicas federais, conforme demonstra a tabela 7.11.

**Tabela 7.9** - Instituições no Conselho Executivo dos Fundos Federais

	<b>Quantidade de Instituições</b>
Fundo Nacional Anti-drogas	13
Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-oeste	11
Fundo de Defesa da Economia Cafeeira	11
Fundo de Garantia a Exportação	10
Fundo Verde Amarelo	10
Fundo Setorial para Tecnologia da Informação	9
Fundo Setorial da Saúde	9
Fundo Setorial do Petróleo e Gás Natural	9
Fundo Setorial de Energia	9
Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente	8
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	8
Fundo Setorial de Recursos Hídricos	8
Fundo Setorial Espacial	8
Fundo Setorial de Biotecnologia	7
Fundo Setorial de Agronegócio	7
Fundo Setorial Mineral	7
Fundo Setorial de Transportes Terrestres	7
Fundo para o Setor Aeronáutico	7
Fundo de Infra-estrutura	7
Fundo Nacional de Cultura	7



Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações	6
Fundo de Estabilidade do Seguro Rural	6
Fundo de Amparo ao Trabalhador	6
Fundo Nacional do Meio-ambiente	5
Fundo Nacional de Segurança Pública	5
Fundo de Aparelhamento e Operacionalização das Atividades da Polícia Federal	4
Fundo da Administração das Forças Armadas	3
Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior	2
Fundo Constitucional de Financiamento do Norte	2
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste	2
Fundo Nacional de Assistência Social	2
Fundo Penitenciário Nacional	1
Fundo Nacional de Saúde	1
Fundo Especial do Senado Federal	1
Fundo do Exército	1

Fonte: SIORG e Senado Federal.

**Tabela 7.10** - Instituições no Conselho Executivo das Agências Federais

Agência	Quantidade de Instituições
Agência Nacional de Águas	24
Agência Nacional de Vigilância Sanitária	23
Agência Nacional do Cinema	8
Agência Nacional de Saúde Suplementar	4

Fonte: SIORG e Senado Federal.



**Tabela 7.11 - Fundos e Agências Federais - Quantidade de Instituições e Ministérios participantes do Conselho Executivo (2003)**

<b>Fundo</b>	<b>Total Instituições</b>	<b>Ministérios</b>	<b>% Ministérios</b>
Fundo Penitenciário Nacional	1	1	100%
Fundo Nacional de Saúde	1	1	100%
Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente	8	7	88%
Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-oeste	11	7	64%
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	8	5	63%
Fundo de Defesa da Economia Cafeeira	11	6	55%
Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações	6	3	50%
Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior	2	1	50%
Fundo de Estabilidade do Seguro Rural	6	3	50%
Fundo de Amparo ao Trabalhador	6	3	50%
Fundo Constitucional de Financiamento do Norte	2	1	50%
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste	2	1	50%
Fundo Nacional Anti-drogas	13	6	46%
Fundo Setorial de Biotecnologia	7	3	43%
Fundo Setorial de Agronegócio	7	3	43%
Fundo Nacional do Meio-ambiente	5	2	40%
Fundo Nacional de Segurança Pública	5	2	40%
Fundo de Garantia a Exportação	10	4	40%
Fundo Setorial de Recursos Hídricos	8	3	38%
Fundo Setorial para Tecnologia da Informação	9	3	33%
Fundo Setorial da Saúde	9	3	33%
Fundo Setorial Mineral	7	2	29%
Fundo Setorial de Transportes Terrestres	7	2	29%
Fundo para o Setor Aeronáutico	7	2	29%
Fundo de Infra-estrutura	7	2	29%
Fundo Setorial Espacial	8	2	25%
Fundo Setorial do Petróleo e Gás Natural	9	2	22%
Fundo Setorial de Energia	9	2	22%
Fundo Verde Amarelo	10	2	20%
Fundo Nacional de Cultura	7	1	14%
Fundo Nacional de Assistência Social	2	0	0%
Fundo Especial do Senado Federal	1	0	0%

RQS nº 03/2005 - CN -  
 CBMI - CORREIOS  
 Fis: 0393  
 3631  
 Doc: 140

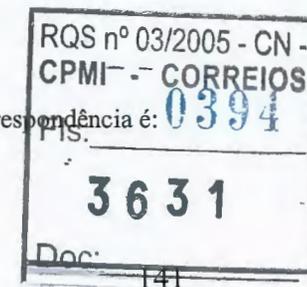
Fundo do Exército	1	0	0%
Fundo de Aparelhamento e Operacionalização das Atividades da Polícia Federal	4	0	0%
Fundo da Administração das Forças Armadas	3	0	0%

Agência	Total Instituições	Ministérios	% Ministérios
Agência Nacional de Saúde Suplementar	4	4	100%
Agência Nacional do Cinema	8	6	75%
Agência Nacional de Águas	24	18	75%
Agência Nacional de Vigilância Sanitária	23	5	22%

Fonte: Base de Dados SIAFI. Elaboração SEGES

Outro ponto importante no que se refere às mudanças nas organizações da administração pública federal, pode ser observado a partir da composição dos quadros gerenciais. Em 2002, a administração pública federal contava com aproximadamente 4% da sua força de trabalho (18.374 servidores) com cargos de Direção e Assessoramento Superior – DAS. Os DAS são estruturados em seis níveis, sendo o DAS-1 o mais baixo e o DAS-6 o mais elevado. Em valores, atualmente o DAS-1 corresponde a 1 (hum) DAS unitário<sup>1</sup> (R\$ 1.232,20) e o DAS-6 corresponde a 6,15 DAS unitários (R\$ 7.575,00). Conforme apresentado na tabela 7.12, a distribuição percentual dos 6 níveis de DAS em 2003 estava composta por 63,4% nos níveis de DAS 1 e 2, 31,2% nos níveis de DAS 3 e 4, e apenas 5,4 % nos dois últimos níveis hierarquicamente superiores, o que sugere haver uma concentração dos DAS, ao menos em termos quantitativos, nas posições mais voltadas para a operacionalização de políticas públicas.

<sup>1</sup>. A correspondência em DAS unitários em 1996 é: 6,52 (DAS 6); 4,94 (DAS 5); 3,08 (DAS 4); 1,24 (DAS 3); 1,11 (DAS 2); e 1 (DAS 1). Em 2003 esta correspondência é: 6,15 (DAS 6); 5,16 (DAS 5); 3,98 (DAS 4); 1,28 (DAS 3); 1,14 (DAS 2); e 1 (DAS 1)..



**Tabela 7.12 - Distribuição Relativa dos DAS - 1996 e 2003**

	1996	2003	Varição Absoluta (1996-2003)
<b>DAS-6</b>	0,8%	1,0%	0,2%
<b>DAS-5</b>	2,9%	4,4%	1,5%
<b>DAS-4</b>	8,9%	13,1%	4,2%
<b>DAS-3</b>	14,3%	18,1%	3,8%
<b>DAS-2</b>	33,5%	26,6%	-6,9%
<b>DAS-1</b>	39,6%	36,8%	-2,9%
	100,0%	100,0%	

Fonte: Banco de Cargos e Funções/SEGES/MP

No período compreendido entre 1996 e 2003, houve um aumento no total geral de DAS no Governo federal, embora em proporções bem inferiores à própria expansão das estruturas do governo. No entanto, a distribuição dos quantitativos pelo nível de DAS sofreu fortes alterações no período. Os cargos considerados de nível mais alto (DAS 6, e 5) e de gerência e assessoria intermediária (DAS 4 e 3) tiveram uma expansão moderada em seus quantitativos, enquanto os DAS operacionais (DAS 2 e 1) sofreram reduções, conforme pode ser observado na Tabela 7.13. Essa redução dos cargos de nível operacional pode demonstrar uma tentativa de redução de níveis hierárquicos dentro de uma estrutura específica, tornando-a mais horizontalizada. Vale ressaltar que esta horizontalização, que tem por um dos objetivos agilizar o processo decisório nas organizações, não foi seguida de uma estratégia estruturada de governo, definida em uma política de gestão, que implicasse em diagnósticos e estudos para a melhoria do desempenho organizacional que contemplassem a redefinição de processos de trabalho e redesenho das estruturas organizacionais.

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fis.: 0395
3631
Doc: 142

Uma outra abordagem que pode ser considerada quanto ao perfil da distribuição de DAS, refere-se um novo modelo de atuação do governo central, em que este se torna menos operativo e mais formulador, concentrando-se nas ações de controle, acompanhamento e avaliação de políticas e de financiamento a estados e municípios que se encarregam da implementação das políticas. Além disso, tendo em vista o processo de terceirização de atividades, em especial no nível operacional, ocorrido no âmbito do governo federal, é possível que a redução desses DAS de nível operacional tenha se dado em função da substituição de servidores em cargos comissionados por servidores terceirizados, na supervisão de funções de caráter operacional. Vale lembrar que todos estes movimentos se deram sem a devida contrapartida de uma política clara de recursos humanos para o setor público federal.

**Tabela 7.13 - Evolução do Quantitativo de DAS Unitário por Tipo <sup>1</sup>**

Tipo DAS	1996	% total	2002	% total	2003	% total
DAS-6	138	0,5%	166	0,6%	184	0,6%
DAS-5	517	2,0%	733	2,5%	825	2,6%
DAS-4	1.593	6,3%	2.267	7,8%	2.457	7,7%
DAS-3	2.556	10,0%	3.259	11,2%	3.399	10,6%
DAS-2	5.977	23,7%	5.900	20,3%	4.985	15,5%
DAS-1	7.081	28,0%	6.747	23,2%	6.890	21,5%
<b>TOTAL(DAS unitário) <sup>2</sup></b>	<b>27.023,02</b>	<b>100,0%</b>	<b>31.470,36</b>	<b>100,0%</b>	<b>32.091,08</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: SIORG

1 - Os dados referentes a 1996 consistem em uma estimativa (referem-se ao mês de dezembro de 1995). Os dados de 2002 referem-se ao mês de dezembro. Os dados de 2003, ao mês de junho.

2 - Calculado como sendo a soma dos produtos do valor unitário pela quantidade de cada tipo de DAS. Os valores dos DAS unitários desde janeiro de 2003 são: 6,15 (DAS 6); 5,16 (DAS 5); 3,98 (DAS 4); 1,28 (DAS 3); 1,14 (DAS 2); e 1 (DAS 1).



Em termos das características específicas dos servidores ocupantes de DAS, os dados da Tabela 7.14 mostram que a idade média dos ocupantes destes cargos é de 44 anos, e que os mesmos têm uma remuneração total média de R\$ 4.455,00 com um intervalo que varia, em valores médios, de R\$ 3.749,00 para os DAS-1, e, R\$ 8.569,00 para os ocupantes de DAS-6. Quanto à escolaridade destes funcionários observa-se que 75% deles têm escolaridade superior, patamar em muito superior à média geral no setor público federal (40%). Outro fator que chama a atenção, quanto ao perfil dos ocupantes de cargos de DAS, diz respeito à questão do gênero: embora tenha ocorrido um aumento na participação das mulheres em cargos de DAS, fica claro que esta presença é maior em cargos de níveis operacionais e intermediários, e ainda muito baixa em níveis mais altos da burocracia. Pelos números apresentados, quanto maior o nível do DAS, menor a presença feminina nestes cargos, não apresentando diferença em relação ao segmento privado, na inserção da mulher nos processos da alta direção nas estruturas organizacionais.

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fis: 0397
Doc: 3631

Tabela 7.14- Quantidade, Idade e Remuneração Média dos Ocupantes de DAS - SIAPE (Posição - dez/2002)

	Quantidade	Idade	Remuneração	Nível	Sexo	Serv. Efetivo
	Servidores	Média	Média <sup>1</sup>	Superior	Feminino	+ Requisitado <sup>2</sup>
DAS-1	6.733	43	3.749	65,5%	50,0%	73,5%
DAS-2	5.703	43	4.210	72,4%	43,3%	71,5%
DAS-3	2.954	45	4.716	83,9%	40,4%	72,4%
DAS-4	2.158	47	5.942	93,0%	35,9%	59,4%
DAS-5	672	50	7.255	96,7%	22,2%	54,2%
DAS-6	154	53	8.569	99,4%	18,2%	46,1%
<b>Total</b>	<b>18.374</b>	<b>44</b>	<b>4.455</b>	<b>75,3%</b>	<b>43,4%</b>	<b>70,1%</b>

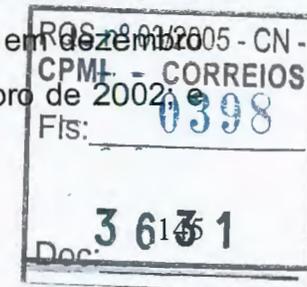
Fonte: SRH/MP.

<sup>1</sup> Considerado a remuneração do cargo e da função; estão incluídos no cálculo dos valores somente os servidores efetivos + requisitados (Administração Pública Federal Direta, Autarquias e Fundações)

<sup>2</sup> Servidor efetivo e requisitado (Administração Pública Federal Direta, Autarquias, Fundações, Estados, Municípios, DF, Empresas Públicas, Sociedade de Economia Mista, Tribunais, Câmara, Senado e Ministério Público)

Analisando os dados quanto à participação de ocupantes de DAS sem vínculo (de fora do serviço público) o percentual caiu de 25,7% em 1997 para 22,8% em 2002 e 23,3% em 2003. Ou seja, em agosto de 2003, dos 17.462 DAS do Poder Executivo Federal existentes em maio de 2003, 4.064 são ocupados por pessoas que não são servidores da ativa; os restantes 13.398, correspondentes a 70,5%, eram ocupados neste mesmo mês por servidores públicos.

Os ocupantes de DAS são, em todos os níveis (mais acentuadamente nos DAS 1, 2 e 3; e menos nos DAS 4, 5 e 6), majoritariamente, servidores públicos, sejam dos quadros efetivos do Poder Executivo (73,7% em 1997; 66,4% em dezembro de 2002; e 66,0% em maio de 2003), requisitados de outros Poderes ou esferas (0,4% em 1997; 3,8% em dezembro de 2002; e 3,8% em maio de 2003).



4,4% em maio de 2003) ou aposentados (0,4% em 1997; 6,9% em dezembro de 2002; e 6,2% em maio de 2003). A Tabela 7.15, a seguir, ilustra este movimento.

**Tabela 7.15. Situação de Vínculo dos Ocupantes de DAS, em % (1997-2003)**

	Efetivos + requisitados do Poder Executivo			Requisitados de outros Poderes e esferas			Sem Vínculo			Aposentados		
	1997	2002	2003	1997	2002	2003	1997	2002	2003	1997	2002	2003
DAS-1	77,4	72,5	72,8	0,4	1,5	1,6	22,1	21,1	20,9	0,4	5	4,7
DAS-2	75,6	69,2	71,5	0,6	2,5	2,5	23,6	22,5	20,3	0,6	5,8	5,8
DAS-3	72,4	67,3	66,6	0,3	5,3	6,0	27,2	19,2	20,0	0,3	8,2	7,4
DAS-4	60	49,3	44,7	0,4	9,5	11,4	39,2	29,7	34,7	0,4	11,5	9,2
DAS-5	58,4	42,3	35,3	0,4	11,4	15,5	40,8	33,8	39,0	0,4	12,5	10,1
DAS-6	51,9	33,5	26,3	0	13,4	14,5	48,9	36,6	49,7	0	16,5	9,5
<b>Total</b>	<b>73,7</b>	<b>66,4</b>	<b>66,0</b>	<b>0,4</b>	<b>3,8</b>	<b>4,4</b>	<b>25,7</b>	<b>22,8</b>	<b>23,3</b>	<b>0,4</b>	<b>6,9</b>	<b>6,2</b>

Fonte: Boletim estatístico de Pessoal – Secretaria de Gestão/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Ao se analisar o subnível funcional (os DAS de linha, que correspondem às posições gerenciais, e os de assessoramento), nota-se que a ocupação por servidores efetivos e requisitados das posições de linha da base operacional da burocracia (DAS 1 a 3) aumentou de 73% em 2002 para 76% em 2003, conforme apresentado na tabela 7.16.



<b>Tabela 7.16. Percentual dos DAS do Governo Federal Distribuição Percentual dos DAS de Servidor Efetivo + Requisitado por Subníveis Funcionais.</b>			
	<b>Subnível</b>	<b>Dez 2002</b>	<b>Mai.2003</b>
DAS-1	Linha	76,4%	79,1%
	Assessoria	60,7%	57,7%
DAS-2	Linha	72,9%	78,1%
	Assessoria	59,1%	57,0%
DAS-3	Linha	70,7%	72,3%
	Assessoria	56,4%	52,4%
DAS-4	Linha	54,0%	50,3%
	Assessoria	32,3%	22,6%
DAS-5	Linha	48,0%	40,7%
	Assessoria	21,6%	16,7%
DAS-6	Linha	34,3%	27,0%
	Assessoria	21,4%	18,8%

Fonte: DW - Pessoal/MP (junho/2003)

Nota: Cálculo baseado no quantitativo de vínculos

Com a mudança de governo, 32,4% dos ocupantes de cargos comissionados da base operacional do Poder Executivo (DAS de 1 a 3) foram renovados. Para um total de 14.485 cargos de DAS 1 a 3, houve 4.698 nomeações de ocupantes tanto de dentro quanto de fora do serviço público. Já nos níveis mais altos da burocracia, correspondentes aos DAS 4 a 6, a rotatividade foi de 63,4%, a partir da nomeação de 1.889 ocupantes de dentro e de fora do serviço público para um total de 2.977 cargos existentes em 2002. A Tabela 7.17 ilustra este movimento.



	Qtde Cargos Dez 2002	Qtde Cargos Mai 2003	Nomeações entre janeiro e junho	Rotatividade
DAS-1	6.890	6.709	2.075	30,93%
DAS-2	4.985	4.926	1.482	30,09%
DAS-3	3.399	2.850	1.141	40,04%
DAS-4	2.457	2.096	1.241	59,21%
DAS-5	825	702	498	70,94%
DAS-6	184	179	150	83,80%
	<b>18.740</b>	<b>17.462</b>	<b>6.587</b>	<b>37,72%</b>

Fonte: Secretaria de Gestão e Secretaria de Recursos Humanos/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Ainda não há dados comparativos em relação a outros governos ou que permitam conclusões sobre a extensão na qual este quadro é problemático (até porque esta análise deveria levar em conta outras variáveis, dentre as quais adequação dos perfis dos ocupantes com os perfis dos cargos, de difícil mensuração). Cabe, todavia, observar que a rotatividade maior nas posições de direção mais elevadas (DAS 5 e 6 e cargos de Natureza Especial) e menor na base operacional (DAS 1 a 4), durante as transições de governo, é um resultado esperado do atual modelo de cargos e funções comissionadas do Poder Executivo Federal.

Este quadro revela um modelo aberto de dirigentes públicos, entrosado com um modelo de burocracia pública razoavelmente profissionalizada e baseada em carreiras. É certo que ambos necessitam de aperfeiçoamentos. O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão tem estudos avançados que apontam nesta direção. Nesse sentido, a consolidação das carreiras do grupo estratégico (formulação de políticas e funções exclusivas de estado) da Administração Federal



promover uma ocupação progressivamente maior e melhor de servidores públicos nos DAS em todos os níveis, notadamente nos DAS 1 a 4.

As tabelas 7.18 e 7.19 demonstram a distribuição desses cargos, por órgãos e entidades (excluídas agências reguladoras e universidades federais), a distribuição percentual de cargos por tipo (alta burocracia – DAS mais altos – e operacionais – DAS mais baixos) e sua evolução de 1996 a 2003.

**Tabela 7.18 - Distribuição dos DAS por Tipo: todos os Ministérios e Entidades Vinculadas - 1996 e 2002**

	<b>1996</b>	<b>% Total</b>	<b>2002</b>	<b>% Total</b>	<b>Variação Absoluta</b>
DAS-6	138	0,8%	184	1,0%	46
DAS-5	517	2,9%	825	4,4%	308
DAS-4	1.593	8,9%	2.457	13,1%	864
DAS-3	2.556	14,3%	3.399	18,1%	843
DAS-2	5.977	33,5%	4.985	26,6%	-992
DAS-1	7.081	39,6%	6.890	36,8%	-191
Total	17.862	100,0%	18.740	100,0%	878

	<b>1996</b>	<b>% Total</b>	<b>2002</b>	<b>% Total</b>	<b>Variação Absoluta</b>
Alta Burocracia	655	3,7%	1.009	5,4%	354
Intermediário	4.149	23,2%	5.856	31,2%	1.707
Operacional	13.058	73,1%	11.875	63,4%	-1.183
Total	17.862	100,0%	18.740	100,0%	878

FONTE: SEGES/MP



**Tabela 7.19 - Ministérios e Entidades Vinculadas - Posição de junho/2003**

	Total DAS	Alta Burocracia	Alta Burocracia/Total DAS
Relações Exteriores	301	38	12,6%
Presidência da República	2.303	239	10,4%
Esporte e Turismo	178	18	10,1%
Desenvolvimento, Indústria e Comércio	682	64	9,4%
Integração Nacional	446	38	8,5%
Educação	844	55	6,5%
Comunicações	237	14	5,9%
Meio-Ambiente	806	47	5,8%
Defesa	663	37	5,6%
Trabalho e Emprego	455	26	5,7%
Transportes	476	26	5,5%
Minas e Energia	258	14	5,4%
Planejamento, Orçamento e Gestão	1.506	90	6,0%
Ciência e Tecnologia	899	40	4,4%
Agricultura e Abastecimento	570	24	4,2%
Saúde	1.690	61	3,6%
Cultura	395	14	3,5%
Justiça	1.345	47	3,5%
Fazenda	1.897	47	2,5%
Previdência e Assistência Social	1.996	46	2,3%
Desenvolvimento Agrário	793	24	3,0%

Fonte: SEGES/MP



## COMPARATIVO DE ESTRUTURA REGIMENTAL COM BASE EM 1996 / 2002

Ministério da Educação e do Desporto - 1996			
Órgãos de assistência direta	Gabinete		
	Secretaria-Executiva	Subsecretaria de Assuntos Administrativos	
		Subsecretaria de Planejamento e Orçamento	
Órgão setorial	Consultoria Jurídica		
Órgãos específicos singulares (10 principais e 16 vinculados)	Secretaria de Educação Fundamental	Departamento de Política da Educação Fundamental Departamento de Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino Fundamental Departamento de Projetos de Ensino Fundamental	
	Secretaria de Educação Média e Tecnológica	Departamento de Desenvolvimento Institucional Departamento de Desenvolvimento da Educação Média e Tecnológica	
	Secretaria de Educação Superior	Departamento de Política do Ensino Superior Departamento de Desenvolvimento do Ensino Superior Departamento de Organização do Ensino Superior	
	Secretaria de Política Educacional	Departamento de Estudos Educacionais Departamento de Programas e Projetos Especiais	
	Secretaria de Avaliação e Informação Educacional	Departamento de Avaliação da Educação Básica Departamento de Apoio Técnico à Avaliação dos Cursos de Graduação Departamento de Estatísticas Educacionais	
	Secretaria de Educação Especial		
	Secretaria de Educação à Distância	Departamento de Planejamento e Desenvolvimento de Projetos Departamento de Produção e Divulgação de Programas Educativos Departamento de Estudos e Avaliação de Tecnologias	
	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais		
	Instituto Benjamin Constant		
	Instituto Nacional de Educação de Surdos		
	Órgãos regionais	Delegacias	
	Órgão colegiado (1)	Conselho Nacional de Educação	
	Entidades Vinculadas (78)	Autarquias (54)	Colégio Pedro II
Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação			
Universidades Federais (21)			
Escolas Superiores (3)			
Faculdades Federais (3)			
Centros de Educação (5)			
Escolas Técnicas Federais (19)			
Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto - INDESP			
Fundações Públicas (23)			Fundação de Assistência ao Estudante Fundação Joaquim Nabuco Fundação de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior Universidades Federais (18) Fundação de Ensino Superior de São João Del Rei Fundação de Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre
Empresa Pública (1)			Hospital de Clínicas de Porto Alegre

Ministério da Educação - 2002					
Órgãos de assistência direta	Gabinete				
	Secretaria-Executiva	Subsecretaria de Assuntos Administrativos			
		Subsecretaria de Planejamento e Orçamento			
	Consultoria Jurídica				
Órgãos específicos singulares (7 principais e 11 vinculados)	Secretaria de Educação Fundamental	Departamento de Política da Educação Fundamental Departamento de Desenvolvimento dos Sistemas de Ensino Fundamental Departamento de Projetos de Ensino Fundamental Departamento de Acompanhamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério			
	Secretaria de Educação Média e Tecnológica	Departamento de Política do Ensino Superior			
	Secretaria de Educação Superior	Departamento de Política do Ensino Superior Departamento de Desenvolvimento do Ensino Superior Departamento de Organização do Ensino Superior			
	Secretaria de Educação Especial	Departamento de Desenvolvimento do Ensino Superior Departamento de Projetos Especiais de Modernização e Qualificação do Ensino Superior			
	Secretaria de Educação à Distância	Departamento de Política de Educação à Distância Departamento de Informática na Educação à Distância Departamento de Produção e Divulgação de Programas Educativos Secretaria do Programa Nacional de Bolsa Escola			
	Instituto Benjamin Constant				
	Instituto Nacional de Educação de Surdos				
	Representação no Estado de São Paulo e no Estado do Rio de Janeiro				
	Órgão colegiado (1)	Conselho Nacional de Educação			
	Entidades Vinculadas (128)	Autarquias (105)	Universidades Federais (22) Escolas e Faculdades de Ensino Superior (5) Centros Federais de Educação Tecnológica (21) Escolas Agrotécnicas Federais (46) Escolas Técnicas Federais (8) Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Colégio Pedro II		
			Fundações (22)	Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre Fundação Joaquim Nabuco Universidades Federais (19)	
				Empresas Públicas (1)	Hospital das Clínicas de Porto Alegre
				Fundo (1)	Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

FTs: 0404

3631

Doc: 151



Ministério do Trabalho - 1996		
Órgãos de assistência direta	Gabinete	
	Secretaria-Executiva	Subsecretaria de Assuntos Administrativos
		Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
Órgão setorial	Consultoria Jurídica	
Órgãos específicos singulares (5)	Secretaria de Relações do Trabalho	
	Secretaria de Fiscalização do Trabalho	
	Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho	
	Secretaria de Políticas de Emprego e Salário	
	Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional	
Unidades descentralizadas	Delegacias Regionais do Trabalho	
Órgãos colegiados (4)	Conselho Nacional do Trabalho	
	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	
	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador	
	Conselho Nacional de Imigração	
Entidades Vinculadas (1)	Fundação Pública (1)	Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho
Fundo (1)	Fundo de Amparo ao Trabalhador	

Ministério do Trabalho e Emprego - 2002		
Órgãos de assistência direta	Gabinete	
	Secretaria-Executiva	Corregedoria
		Coordenação-Geral do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
		Coordenação-Geral de Desenvolvimento Institucional e Tecnologia
		Coordenação-Geral de Atendimento e Orientação ao Trabalhador
	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração	
Órgão setorial	Consultoria Jurídica	
Órgãos específicos singulares (3 principais e 4 vinculados)	Secretaria de Políticas Públicas de Emprego	Departamento de Emprego e Salário
		Departamento de Qualificação Profissional
	Secretaria de Inspeção do Trabalho	Departamento de Fiscalização do Trabalho
		Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho
Unidades descentralizadas	Secretaria de Relações do Trabalho	
Órgãos colegiados (4)	Delegacias Regionais do Trabalho	
	Conselho Nacional do Trabalho	
	Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	
	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador	
Entidades Vinculadas (1)	Conselho Nacional de Imigração	
	Fundação (1)	Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho
Fundo (1)	Fundo de Amparo ao Trabalhador	

RQS nº 03/2005 - CN -  
 CPMI - CORREIOS  
 Fls: 0406  
 3631  
 Doc: 153

### Ministério da Justiça - 1996

Órgãos de assistência direta	Gabinete	
	Secretaria-Executiva	Subsecretaria de Assuntos Administrativos
		Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
Órgão setorial	Consultoria Jurídica	
Órgãos específicos singulares (10 principais e 15 vinculados)	Secretaria dos Direitos da Cidadania	Departamento dos Direitos Humanos
		Departamento da Criança e do Adolescente
		Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
	Secretaria de Justiça	Departamento Penitenciário Nacional
		Departamento de Classificação Indicativa
		Departamento de Estrangeiros
		Departamento de Assuntos de Segurança Pública
	Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública	Departamento de Entorpecentes
		Departamento Nacional de Trânsito
		Departamento de Polícia Rodoviária Federal
		Departamento de Polícia Ferroviária Federal
	Secretaria de Direito Econômico	Departamento de Proteção e Defesa Econômica
		Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor
Secretaria de Assuntos Legislativos	Departamento de Análise e de Elaboração Legislativa	
	Departamento de Estudos e Acompanhamento Legislativo	
Departamento de Polícia Federal		
Arquivo Nacional		
Imprensa Nacional		
Ouvidoria Geral da República		
Defensoria Pública da União		
Órgãos colegiados (8)	Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana	
	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária	
	Conselho Nacional de Trânsito	
	Conselho Federal de Entorpecentes	
	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	
	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente	
	Conselho Nacional de Segurança Pública	
	Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos	
	Autarquia (1)	
	Fundação Pública (1)	
Entidades Vinculadas (2)	Conselho Administrativo de Defesa Econômica	
	Fundação Nacional do Índio	
Fundos (2)	Fundo de Defesa dos Direitos Difusos	
	Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso	

### Ministério da Justiça - 2002

Órgãos de	Gabinete	
	Secretaria-Executiva	Secretaria de planejamento, Orçamento e Administração
		Departamento Nacional de Trânsito
Consultoria Jurídica		
Órgãos específicos singulares (8 principais e 17 vinculados)	Secretaria de Estado dos Direitos Humanos	Secretaria-executiva do Conselho Nacional dos Direitos da mulher
		Departamento de Promoção dos direitos Humanos
		Departamento da criança e do adolescente
	Secretaria Nacional de Justiça	Departamento Penitenciário Nacional
		Departamento de Estrangeiros
	Secretaria Nacional de Segurança Pública	Departamento de Articulação das Ações Policiais Integradas
		Departamento de Cooperação e Articulação de Ações de Segurança Pública
	Secretaria de Direito Econômico	Departamento de Proteção e Defesa Econômica
		Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor
	Secretaria de Assuntos Legislativos	Departamento de análise e de Elaboração Legislativa
		Departamento de Estudos e Acompanhamento Legislativo
	Departamento de Polícia Federal	Diretoria de Polícia Judiciária
		Corregedoria-Geral de Polícia Federal
Diretoria de Inteligência Policial		
Instituto Nacional de Identificação		
	Instituto nacional de Criminalística	
	Academia Nacional de Polícia	
Departamento de Polícia Rodoviária Federal		
Defensoria Pública da União		
Órgãos Colegiados (9)	Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana	
	Conselho Nacional de Combate à Discriminação	
	Conselho Nacional de Polícia Criminal e Penitenciária	
	Conselho Nacional de Trânsito	
	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	
	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente	
	Conselho Nacional de Segurança Pública	
	Conselho federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos	
	Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência	
	Entidades Vinculadas (2)	Autarquias (1)
Fundações (1)		Fundação Nacional do Índio
Fundos (4)	Fundo Nacional de Segurança Pública	
	Fundo de Aparentamento e Operacionalização das Atividades Fim da Polícia Federal	
	Fundo Penitenciário Nacional	
	Fundo de Defesa dos Direitos Difusos	

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

Fis: 0407

3631

Doc: 154

<b>Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária – 1996.</b>		
Orgãos de assistência direta	Gabinete	
	Secretaria-Executiva	Subsecretaria de Assuntos Administrativos
		Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
Órgão setorial	Consultoria Jurídica	
Orgãos específicos singulares (5 principais e 11 vinculados)	Secretaria de Política Agrícola	Departamento de Planejamento Agrícola
		Departamento de Economia Agrícola
		Departamento de Abastecimento Agropecuário
	Secretaria de Desenvolvimento Rural	Departamento de Fiscalização e Fomento da Produção Animal
		Departamento de Fiscalização e Fomento da Produção Vegetal
		Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural
		Departamento de Infra-Estrutura Rural
		Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural
	Secretaria de Defesa Agropecuária	Departamento de Defesa Animal
		Departamento de Defesa e Inspeção Vegetal
	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal	
	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira	
	Instituto Nacional de Meteorologia	
Unidades descentralizadas	Delegacias Federais de Agricultura	
Órgãos colegiados (2)	Conselho Nacional de Política Agrícola - CNPA	
	Comissão Especial de Recursos – CER	
Entidades Vinculadas (5)	Autarquia (1)	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
	Empresas Públicas (2)	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
		Companhia Nacional de Abastecimento
	Sociedade de Economia Mista (2)	Companhia de Colonização do Nordeste
Centrais de Abastecimento do Amazonas S. A		
Fundos (3)	Fundo Federal Agropecuário	
	Fundo Nacional de Cooperativismo	
	Fundo Geral do Cacau	

<b>Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - 2002</b>		
Orgãos de assistência direta	Gabinete	
	Secretaria-Executiva	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
	Consultoria Jurídica	
Orgãos específicos singulares (6 principais e 14 vinculados)	Secretaria de Política Agrícola	Departamento de Planejamento Agrícola
		Departamento de Economia Agrícola
		Departamento de Abastecimento Agropecuário
	Secretaria de Apoio Rural e Cooperativismo	Departamento de Fomento e Fiscalização da Produção Animal
		Departamento de Fomento e Fiscalização da Produção Vegetal
		Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural
		Departamento de Infra-Estrutura e Extensão Rural
		Departamento de Pesca e Aquicultura
	Secretaria de Defesa Agropecuária	Departamento de Defesa Animal
		Departamento de Defesa e Inspeção Vegetal
	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal	
Secretaria de Produção e Comercialização	Departamento do Açúcar e do Alcool	
	Departamento do Café	
	Departamento de Comercialização	
	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira	
	Instituto Nacional de Meteorologia	
Unidades descentralizadas	Delegacias Federais de Agricultura	
Órgãos colegiados (3)	Conselho Nacional de Política Agrícola – CNPA	
	Comissão Especial de Recursos – CER	
	Conselho Deliberativo da Política do Café – CDPC	
Entidades Vinculadas (6)	Empresa Pública (2)	Empresa Brasileira de Agropecuária
		Companhia Nacional de Abastecimento
	Sociedade de Economia Mista (4)	Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A
		Centrais de Abastecimento do Amazonas S/A
	Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo S/A	
	Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais S/A	
Fundo (1)	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira	

RQS nº 03/2005 - CN -  
**CPMH - CORREIOS**  
 FIs: 0408  
**3631**  
 Doc: 155

<b>Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal - 1996.</b>		
Órgãos de assistência direta	Gabinete do Ministro	
	Secretaria-Executiva	Subsecretaria de Assuntos Administrativos
		Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
Órgão setorial	Consultoria Jurídica	
Órgãos específicos singulares (5 principais e 9 vinculados)	Secretaria de Formulação de Políticas e Normas Ambientais	Departamento de Políticas e Avaliação Ambiental Departamento de Instrumentos e Normas Ambientais
	Secretaria de Implementação de Políticas e Normas Ambientais	Departamento de Articulação e Coordenação de Instrumentos de Política Ambiental Departamento de Mobilização e Articulação Institucional
	Secretaria de Coordenação da Amazônia	Departamento de Articulação e Coordenação de Políticas Departamento de Programas e Projetos Regionais
	Secretaria de Recursos Hídricos	Departamento de Implementação de Políticas
		Departamento de Gestão de Águas
		Departamento de Aproveitamento Hidroagrícola
	Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro	
Órgãos colegiados (5)	Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA	
	Conselho Nacional da Amazônia Legal - CONAMAZ	
	Conselho Nacional dos Recursos Naturais Renováveis	
	Conselho Nacional de Recursos Hídricos	
	Comitê do Fundo Nacional do Meio Ambiente	
Entidades Vinculadas (4)	Autarquias (2)	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
	Empresas Públicas (2)	Companhia de Desenvolvimento do Vale São Francisco
		Companhia de Desenvolvimento de Barcarena
Fundo (1)	Fundo Nacional do Meio Ambiente	

<b>Ministério do Meio Ambiente - 2002</b>		
Órgãos de	Gabinete	
	Secretaria-Executiva	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
		Departamento de Articulação Institucional e Agenda 21
Órgão setorial	Consultoria Jurídica	
Órgãos específicos singulares (5)	Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos	
	Secretaria de Biodiversidade e Florestas	
	Secretaria de Recursos Hídricos	
	Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável	
	Secretaria de Coordenação da Amazônia	
Órgãos colegiados (4)	Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA	
	Conselho Nacional da Amazônia Legal - CONAMAZ	
	Conselho Nacional de Recursos Hídricos	
	Comitê do Fundo Nacional do Meio Ambiente	
Entidades Vinculadas (4)	Autarquia Especial (1)	Agência Nacional de Águas - ANA
	Autarquia (2)	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
		Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro
Empresa Pública (1)	Companhia de Desenvolvimento de Barbacena	
Fundo (1)	Fundo Nacional do Meio Ambiente	

RQS nº 03/2005 - CN -  
 CPMI -- CORREIOS  
 Fls: 0409  
 3631  
 Doc: 156

**Ministério das Relações Exteriores – 1996**

Órgãos de assistência direta	Gabinete Secretaria de Planejamento Diplomático
Órgãos setoriais	Secretaria de Controle Interno Consultoria Jurídica
Secretaria-Geral das Relações Exteriores (10 principais e 15 vinculados)	Gabinete do Secretário-Geral Inspetoria-Geral do Serviço Exterior Corregedoria do Serviço Exterior Cerimonial Instituto Rio Branco Direção-Geral de Assuntos Consulares, Jurídicos e de Assistência a Brasileiros no Exterior Agência Brasileira de Cooperação Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica Departamento Econômico Departamento de Integração Latino-Americana Departamento de Promoção Comercial Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos Departamento da África e Oriente Próximo Departamento das Américas Departamento da Ásia e Oceania Departamento da Europa Departamento Cultural Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais Departamento de Organismos Internacionais Departamento de Temas Especiais Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior Departamento de Administração Departamento de Comunicações e Documentação Departamento do Serviço Exterior
Unidades descentralizadas (3)	Escritório de Representação no Rio de Janeiro Escritório de Representação no Rio Grande do Sul Escritório de Representação na Região Nordeste
Órgãos de deliberação coletiva (1)	Conselho de Política Externa
Fundação	Alexandre de Gusmão Fundação

**Ministério das Relações Exteriores - 2002**

Órgãos de	Gabinete Secretaria de Planejamento Diplomático Consultoria Jurídica
Órgão setorial	Secretaria de Controle Interno
Secretaria-Geral das Relações Exteriores (12 principais e 14 vinculados)	Gabinete do Secretário-Geral Inspetoria-Geral do Serviço Exterior Corregedoria do Serviço Exterior Cerimonial Instituto Rio Branco Direção-Geral de Assuntos Consulares, Jurídicos e de Assistência a Brasileiros no Exterior Direção-Geral de Integração Latino-Americana Agência Brasileira de Cooperação Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica Departamento Econômico Departamento de Promoção Comercial Subsecretaria-Geral de Política Bilateral Departamento da África e Oriente Próximo Departamento das Américas Departamento da Ásia e Oceania Departamento da Europa Departamento Cultural Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos Multilaterais Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais Departamento de Organismos Internacionais Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior Departamento de Administração Departamento de Comunicações e Documentação Departamento do Serviço Exterior
Unidades descentralizadas	Escritórios de Representação Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites
Órgãos Colegiados (2)	Conselho de Política Externa Comissão de Promoções
Unidades Vinculadas (1)	Fundação Alexandre Gusmão

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI -- CORREIOS  
Fls: 0410  
3631  
157  
Doc:

Ministério dos Transportes – 1996		
Órgãos de assistência direta	Gabinete	
	Secretaria-Executiva	Subsecretaria de Assuntos Administrativos Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
Órgão setorial	Consultoria Jurídica	
Órgãos específicos singulares (3 principais e 8 vinculados)	Secretaria de Transportes Aquaviários	Departamento de Marinha Mercante
		Departamento de Portos
		Departamento de Hidrovias Interiores
	Secretaria de Transportes Terrestres	Departamento de Transportes Rodoviários Departamento de Transportes Ferroviários
Secretaria de Desenvolvimento	Departamento de desenvolvimento Institucional e Tecnológico	
	Departamento de Avaliação Econômica e Qualidade	
	Departamento de Logística de Transportes	
Unidade descentralizada	Delegacia de Administração no Estado do Rio de Janeiro	
Entidades Vinculadas (10)	Autarquia (1)	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
	Empresa Pública (1)	Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes
	Sociedades de Economia Mista (8)	Companhia Docas do Ceará
		Companhia das Docas do Estado da Bahia
		Companhia das Docas do Espírito Santo
		Companhia das Docas do Estado de São Paulo
		Companhia das Docas do Maranhão
		Companhia das Docas do Pará
		Companhia das Docas do Rio Grande do Norte
		Companhia das Docas do Rio de Janeiro

Ministério dos Transportes - 2002		
Órgãos de	Gabinete	
	Secretaria-Executiva	Subsecretaria de Assuntos Administrativos Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
Órgão setorial	Consultoria Jurídica	
Órgãos específicos singulares (3 principais e 8 vinculados)	Secretaria de Transportes Aquaviários	Departamento de Marinha Mercante
		Departamento de Portos
	Secretaria de Transportes Terrestres	Departamento de Hidrovias Interiores
		Departamento de Transportes Rodoviários Departamento de Transportes Ferroviários
Secretaria de Desenvolvimento	Departamento de desenvolvimento Institucional e Tecnológico Departamento de Avaliação Econômica e Qualidade Departamento de Logística de Transportes	
Unidade descentralizada	Delegacia de Administração no Estado do Rio de Janeiro	
Unidades Vinculadas (18)	Autarquias Especiais (2)	Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT
		Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ
	Autarquia (2)	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – Em extinção
		Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes
	Empresa Pública (1)	Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – Em liquidação
	Sociedade de Economia Mista (13)	Companhia Brasileira de Trens Urbanos S/A
		Companhia das Docas do Estado da Bahia S/A
		Companhia de Navegação do São Francisco S/A
		Companhia das Docas do Ceará S/A
		Companhia das Docas do Espírito Santo S/A
Companhia das Docas do Estado de São Paulo S/A		
Companhia das Docas do Maranhão S/A		
Companhia das Docas do Piauí S/A		
Companhia das Docas do Rio de Janeiro S/A		
Companhia das Docas do Rio Grande do Norte S/A		
Empresa de Navegação da Amazônia S/A		
Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A		
Valec – Engenharia, Construções e Ferrovias S/A (em processo de privatização)		
Fundo(1)	Fundo da Marinha Mercante	

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS  
Fls: 0411  
3631  
158  
Doc:

**Ministério da Saúde – 1996**

Órgão de assistência direta	Gabinete	
Órgãos setoriais	Consultoria Jurídica	
	Secretaria de Administração Geral	
	Secretaria de Controle Interno	
Órgãos específicos (5 principais e 5 vinculados)	Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária	Departamento Técnico-Normativo
		Departamento Técnico-Operacional
	Secretaria Nacional de Assistência à Saúde	Departamento de Programas de Saúde
		Departamento de Sistematização e Normas
		Departamento do SUS
	Secretaria de Projetos Especiais de Saúde	
Secretaria de Políticas de Saúde e de Avaliação		
Instituto Nacional do Câncer		
Órgãos regionais	Superintendências Federais de Saúde	
Órgão colegiado (1)	Conselho Nacional de Saúde	
Entidades Vinculadas (6)	Autarquias (1)	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
	Fundações Públicas (2)	Fundação Oswaldo Cruz
		Fundação Nacional de Saúde
	Sociedade da Economia Mista (3)	Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.
Hospital Fêmina S.A.		
		Hospital Cristo Redentor S.A.

**Ministério da Saúde - 2002**

Órgãos de	Gabinete	
	Secretaria-Executiva	Subsecretaria de Assuntos Administrativos
		Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
		Departamento de Informática do SUS - DATASUS
		Diretoria-Executiva do Fundo Nacional de Saúde
		Unidades Descentralizadas: Núcleos Estaduais
	Departamento de Programas Estratégicos em Saúde	
	Departamento Nacional de Auditoria do SUS	
	Consultoria Jurídica	
Órgãos específicos singulares (4 principais e 9 vinculados)	Secretaria de Assistência à Saúde	Departamento de Sistemas e Redes Assistenciais
		Departamento de Descentralização da Gestão da Assistência
		Departamento de Controle e Avaliação de Sistemas
		Instituto Nacional de Câncer
	Secretaria de Políticas de Saúde	Departamento de Atenção Básica
		Departamento de Ações Programáticas Estratégicas
	Departamento de Ciência e Tecnologia em Saúde	
	Secretaria de Gestão de Investimentos em Saúde	Diretoria de Projetos
		Diretoria de Gerenciamento de Investimentos
	Centro Nacional de Promoção da Qualidade e Proteção ao Usuário do Sistema Único de Saúde - PRÓ-SAÚDE	
Órgãos Colegiados (1)	Conselho Nacional de Saúde	
Entidades Vinculadas (7)	Autarquias Especiais (2)	Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS
		Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA
	Fundação (2)	Fundação Nacional da Saúde
		Fundação Oswaldo Cruz
	Sociedade de Economia Mista (3)	Hospital Cristo Redentor S/A
		Hospital Fêmina S/A
Hospital Nossa Senhora da Conceição S/A		
Fundo (1)	Fundo Nacional de Saúde	

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

Fls: 0412

36319

Doc:

Ministério da Fazenda - 1996		
Órgãos de assistência direta	Gabinete	
	Secretaria-Executiva	Subsecretaria de Assuntos Administrativos Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
Órgãos específicos singulares (9 principais e 2 vinculados)	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	
	Secretaria da Receita Federal	
	Secretaria do Tesouro Nacional	
	Secretaria de Política Econômica	
	Secretaria de Acompanhamento Econômico	
	Secretaria do Patrimônio da União	
	Secretaria Federal de Controle	Corregedoria-Geral do Controle Interno Secretarias de Controle Interno dos Ministérios
	Secretaria de Assuntos Internacionais	
	Escola de Administração Fazendária	
	Órgão colegiado (9)	Conselho Monetário Nacional
Conselho Nacional de Política Fazendária		
Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional		
Conselho Nacional de Seguros Privados		
Câmara Superior de Recursos Fiscais		
Conselho Consultivo do Sistema de Controle Interno		
1º, 2º e 3º Conselho de Contribuintes		
Comitê Brasileiro de Nomenclatura		
Junta de Programação Financeira		
Entidades Vinculadas (12)	Autarquias (4)	Banco Central do Brasil
		Comissão de Valores Mobiliários
		Superintendência de Seguros Privados
		Superintendência Nacional do Abastecimento
	Empresas Públicas (3)	Casa da Moeda do Brasil
		Serviço Federal de Processamento de Dados
		Caixa Econômica Federal
	Sociedade de Economia Mista (5)	Banco do Brasil S.A
		Instituto de Resseguros do Brasil
		Banco da Amazônia S.A
		Banco do Nordeste do Brasil S.A
		Banco Meridional do Brasil S.A.
	Fundos (2)	Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização
Fundo Especial de Treinamento e Desenvolvimento		

Ministério da Fazenda - 2002			
Órgãos de	Gabinete		
	Secretaria-Executiva	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração	
Órgãos específicos singulares (7 principais)	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional		
	Secretaria da Receita Federal		
	Secretaria do Tesouro Nacional		
	Secretaria de Política Econômica		
	Secretaria de Acompanhamento Econômico		
	Secretaria de Assuntos Internacionais		
	Escola de Administração Fazendária		
Órgãos colegiados (1)	Conselho Monetário Nacional		
	Conselho Nacional de Política Fazendária		
	Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional		
	Conselho Nacional de Seguros Privados		
	Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização		
	Conselho de Controle de Atividades Financeiras		
	Conselho Diretor do Fundo de Garantia à Exportação		
	Câmara Superior de Recursos Fiscais		
	1º, 2º e 3º Conselhos de Contribuintes		
	Comitê Brasileiro de Nomenclatura		
	Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior		
	Comitê de Coordenação Gerencial das Instituições Financeiras Públicas Federais		
	Entidades Vinculadas (18)	Autarquias (3)	Banco Central do Brasil
			Comissão de Valores Mobiliários
Superintendência de Seguros Privados			
Empresas Públicas (4)		Caixa Econômica Federal	
		Casa da Moeda do Brasil	
		Serviço Federal de Processamento de Dados	
		Empresa Gestora de Ativos	
Sociedade de Economia Mista (11)		Banco da Amazônia S/A	
		Banco do Brasil S/A	
		Cobra Computadores e Sistemas Brasileiros S/A	
		Banco do Estado de Goiás S/A	
	Banco do Estado de Santa Catarina S/A		
	Banco do Estado do Amazonas S/A		
	Banco do Estado do Ceará S/A		
	Banco do Estado do Maranhão S/A		
	Banco do Estado do Piauí S/A		
	Banco do Nordeste do Brasil S/A		
Instituto Brasil Resseguros S/A			
Fundos (5)	Fundo de Compensação de Variações Salariais		
	Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização		
	Junta de Garantia à Exportação		
	Fundo de Estabilidade do Seguro Rural		
	Fundo Especial de Treinamento e Desenvolvimento		

ROS nº 02/2005 - CN -  
 CPMI CORREIOS  
 0413  
 363160  
 Doc:

### Ministério da Cultura - 1996

Órgãos de assistência direta	Gabinete	
	Secretaria-Executiva	Subsecretaria de Assuntos Administrativos
		Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
Órgãos setoriais	Consultoria Jurídica	
Órgão específicos singulares (4)	Secretaria de Política Cultural	
	Secretaria de Intercâmbio e Projetos Especiais	
	Secretaria de Apoio à Cultura	
	Secretaria para o Desenvolvimento Audiovisual	
Unidades descentralizadas	Delegacias Regionais	
Órgãos colegiados (3)	Conselho Nacional de Política Cultural	
	Comissão Nacional de Incentivo à Cultura	
	Comissão de Cinema	
Entidades Vinculadas (5)	Autarquia (1)	Instituto Brasileiro do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
	Fundações Públicas (4)	Fundação Casa de Rui Barbosa
		Fundação Cultural Palmares
		Fundação Nacional de Artes
		Biblioteca Nacional
Fundos (2)	Fundo Nacional de Incentivo à Cultura	
	Fundo Nacional de Cultura	

### Ministério da Cultura - 2002

Órgãos de	Gabinete	
	Secretaria-Executiva	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Órgão setorial	Consultoria Jurídica	
Órgãos específicos singulares (4)	Secretaria do Livro e Leitura	
	Secretaria do Patrimônio, Museus e Artes Plásticas	
	Secretaria da Música e Artes Cênicas	
	Secretaria do Audiovisual	
Unidades descentralizadas	Delegacias Regionais	
Órgãos colegiados (3)	Conselho Nacional de Política Cultural	
	Comissão Nacional de Incentivo à Cultura	
	Comissão de Cinema	
Entidades vinculadas (5)	Autarquia (1)	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
	Fundações (4)	Fundação Casa de Rui Barbosa
Fundação Cultural Palmares		
Fundação Nacional de Artes		
Fundação Biblioteca Nacional		
Fundo (1)	Fundo Nacional de Cultura	

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

Fis: 0414

3631

Doc: 161

### Ministério de Minas e Energia - 1996

Ministério de Minas e Energia - 1996		
Órgãos de assistência direta	Gabinete	
	Secretaria-Executiva	Subsecretaria de Assuntos Administrativos
		Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
Órgão setorial	Consultoria Jurídica	
Órgãos específicos singulares	Secretaria de Minas e Metalurgia	
	Secretaria de Energia	Departamento Nacional de Política Energética
		Departamento Nacional de Desenvolvimento Energético
Entidades Vinculadas (7)	Autarquia (2)	Agência Nacional de Energia Elétrica
		Departamento Nacional de Produção Mineral
	Sociedades de Economia Mista (5)	Companhia Vale do Rio Doce
		Companhia Siderúrgica da Amazônia
		Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais
	Petróleo Brasileiro S. A	
	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	

### Ministério de Minas e Energia - 2002

Órgãos de assistência	Gabinete		
	Secretaria-Executiva	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração	
	Consultoria Jurídica		
Órgãos específicos singulares	Secretaria de Minas e Metalurgia		
	Secretaria de Energia	Departamento Nacional de Política Energética	
		Departamento Nacional de Desenvolvimento Energético	
Entidades Vinculadas (22)	Autarquias Especiais (2)	Agência Nacional do Petróleo - ANP	
		Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	
	Autarquia (1)	Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM	
	Empresas Públicas (3)	Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial	
		Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica	
		Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais	
	Sociedades de Economia Mista (16)	Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S/A	
		Centrais Elétricas de Rondônia S/A	
		Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A	
		Boa Vista Energia S/A	
		Manaus Energia S/A	
		Companhia de Eletricidade do Acre S/A	
		Companhia Energética do Amazonas S/A	
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S/A			
Eletrobrás Termonuclear S/A			
Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S/A			
Furnas Centrais Elétricas S/A			
Petrobrás - Petróleo Brasileiro S/A			
Refinaria Alberto Pasqualini S/A			
Petrobrás Distribuidora S/A			
Petrobrás Gás S/A			
Petrobrás Transporte S/A			

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

Fls: 0415

Doc: 36361

Ministério do Exército - 1996	
Órgão de Assessoramento	Gabinete do Ministro Consultoria Jurídica Centro de Comunicação Social Centro de Informações do Exército Secretaria Geral do Exército
Órgãos Colegiados	Comissão do Exército Brasileiro em Whashington
Órgão de direção Geral	Alto Comando do Exército Estado-Maior do Exército
Órgão de Direção Setorial	Conselho Superior de Economia e Finanças Departamento-Geral do Pessoal Departamento de Ensino e Pesquisa Departamento de Material Bélico Departamento de Engenharia e Comunicações Departamento-Geral de Serviços Secretaria de Economia e Finanças Secretaria de Ciência e Tecnologia
Forças Terrestres em Tempo de paz	Comando Militar da Amazônia Comando Militar do Nordeste Comando Militar do Oeste Comando Militar do Planalto Comando Militar do Leste Comando Militar do Sudeste Comando Militar do Sul Comando de Operações Terrestres
Entidades Viciadas (3)	Fundações Públicas (2) Fundação Habitacional do Exército Fundação Osório Empresa Pública Indústria de Material Bélico do Brasil

Ministério da Marinha - 1994	
Órgão de Assessoramento	Gabinete do Ministro Consultoria Jurídica Procuradoria Especial da Marinha Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar Centro de Inteligência da Marinha
Órgãos Colegiados	Comissão de Estudos de Uniformes da Marinha Comissão de Promoções de Oficiais Conselhos de Almirantes Conselho Financeiro e Administrativo da Marinha
Órgãos Descentralizados	Forças Navais Forças Aeronavais Forças de Fuzileiros Navais
Órgão de direção Geral	Alto Comando da Marinha do Brasil Estado-Maior da Armada
Órgão de Direção Setorial	Comando de Operações Navais Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais Diretoria-Geral de Navegação Diretoria-Geral do Material da Marinha Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha Secretaria-Geral da Marinha
Entidades Viciadas (2)	Autarquia (1) Caixa de Construções de Casas para o pessoal do Ministério da Marinha Empresa Pública (1) Empresa Gerencial de Projetos Navais Tribunal Marítimo

Ministério da Aeronáutica - 1994	
Órgão de Assessoramento	Gabinete do Ministro Consultoria Jurídica Centro de Comunicação Social do Ministério da Aeronáutica Comissão de Estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional Comissão Nacional para a Facilitação do Transporte Aéreo Internacional Comissão de Promoções de Oficiais Comissão de Aeroportos da Região Amazônica Comissão para Coordenação do Projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia
Órgão de direção Geral	Conselho Superior de Economia e Finanças Alto Comando da Marinha do Brasil Estado-Maior da Armada
Órgão de Direção Setorial	Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica Departamento de Aviação Civil Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento Departamento de Ensino da Aeronáutica Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica
Órgão de Apoio	Comando-Geral do Ar Comando-Geral do Pessoal Instituto de Logística da Aeronáutica Comando-Geral de Apoio
Entidades Viciadas (2)	Autarquia (1) Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica Empresa Pública (1) Empresas Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária Sociedade de Economia Mista (1) Empresas Brasileira de Aeronáutica Telecomunicações Aeronáuticas S/A

Ministério da Defesa - 2002			
Órgãos de assistência Militar	Gabinete do Ministro Consultoria Jurídica Assessoria Especial		
Órgão de assessoramento superior	Conselho Militar de Defesa		
Órgão setorial	Secretaria de Controle Interno		
Órgãos de assessoramento (1 principal e 5 vinculados)	Estado-Maior de Defesa	Vice-Chefia do Estado-Maior de Defesa	Subchefia de Comando e Controle Subchefia de Inteligência Subchefia de Operações Subchefia de Logística
Órgãos específicos singulares (3 principais e 9 vinculados)	Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais	Departamento de Política e Estratégia Departamento de Inteligência Estratégica Departamento de Assuntos Internacionais	
	Secretaria de Logística e Mobilização	Departamento de Logística Departamento de Mobilização Departamento de Ciência e Tecnologia	
	Secretaria de Organização Institucional	Departamento de Gestão e Apoio de Pessoal Departamento de Administração e Legislação Departamento de Orçamento e Finanças	
Órgãos de estudo, de assistência e de apoio (5)	Escola Superior de Guerra Hospital das Forças Armadas Ordinariado Militar Representação Brasileira na Junta Interamericana de Defesa Centro de Catalogação das Forças Armadas		
Forças Armadas	Comando da Marinha Comando do Exército Comando da Aeronáutica		
Órgão Colegiado	Conselho de Aviação Civil - CONAC		
Entidades Viciadas (5)	Autarquia (2)	Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica Caixa de Construção de Casas para o pessoal do Ministério da Marinha	
	Empresa Pública (3)	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL	
	Fundação Pública (2)	Fundação Habitacional do Exército - FHE Fundação Osório	
Fundos (7)	Fundo Aeronáutico Fundo do Exército Fundo Naval Fundo de Administração do Hospital das Forças Armadas Fundo Aeroviário Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo Fundo do Serviço Militar		

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

Fis: 0416

3631

Doc: 163

Ministério do Planejamento e Orçamento - 1996			
Órgãos de assistência direta	Gabinete		
	Secretaria-Executiva	Subsecretaria de Assuntos Administrativos Subsecretaria de Planejamento e Orçamento	
Órgão setorial	Consultoria Jurídica		
Órgãos específicos singulares (6 principais e 17 vinculados)	Secretaria de Planejamento e Avaliação	Departamento de Planejamento e Investimentos Estratégicos Departamento de Acompanhamento e Avaliação	
	Secretaria de Orçamento Federal	Departamento de Gerenciamento da Informação	
		Departamento de Programas Econômicos	
		Departamento de Programas Especiais	
		Departamento de Programas de Infra-Estrutura	
		Departamento de Programas Sociais	
		Departamento de Desenvolvimento Orçamentário	
	Secretaria de Assuntos Internacionais		
	Secretaria de Coordenação e Controle das Empresas Estatais	Departamento de Desestatização Departamento de Gestão	
	Secretaria de Política Urbana	Departamento de Programas e Projetos Especiais Departamento de Saneamento Departamento de Habitação	
	Secretaria Especial de Políticas Regionais	Diretoria de Programas Especiais	
		Departamento de Políticas Regionais	
		Departamento de Programas Integrados Departamento de Defesa Civil	
Órgãos colegiados (12)	Conselho Federal de Planejamento e Orçamento		
	Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais		
	Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste		
	Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social		
	Comissão Interministerial para o Desenvolvimento Sustentável		
	Comissão Nacional de Cartografia		
	Comissão Nacional de Classificação		
	Comissão de Financiamentos Externos		
	Comitê de Avaliação de Crédito ao Exterior		
	Comitê Nacional de Saneamento		
	Comitê Nacional de Habitação		
	Junta de Conciliação Orçamentária e Financeira		
	Entidades Vinculadas (7)	Autarquias (4)	Fundo Nacional de Desenvolvimento
			Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia Superintendência da Zona Franca de Manaus			
Fundações Públicas (2)		Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	
Empresa Pública (1)	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social		
Fundos (6)	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste		
	Fundo de Desenvolvimento Social		
	Fundo de Investimento da Amazônia		
	Fundo de Investimento do Nordeste		
	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste		

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - 2002		
Órgãos de	Gabinete	
	Secretaria-Executiva	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais Departamento de Extinção
	Consultoria Jurídica	
	Assessoria Econômica	
Órgãos específicos singulares (7 principais e 13 vinculados)	Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos	Departamento de Planejamento
		Departamento de Investimentos Estratégicos Departamento de Recursos para o Desenvolvimento
	Secretaria de Orçamento Federal	Departamento de Gerenciamento da Informação
		Departamento de Programas Econômicos
		Departamento de Programas Especiais
		Departamento de Programas de Infra-Estrutura
		Departamento de Programas Sociais
		Departamento de Desenvolvimento Orçamentário
		Departamento de Engenharia e Gestão de Sistema
		Secretaria de Assuntos Internacionais
Secretaria de Gestão		
Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação	Departamento de Logística e Serviços Gerais Departamento de Serviços de Rede Departamento de Integração de Sistemas de Informação	
Secretaria de Recursos Humanos		
Secretaria do Patrimônio da União		
Órgãos Colegiados (3)	Comissão de Financiamentos Externos - COFIEIX	
	Comissão Nacional de Cartografia - CONCAR	
	Comissão Nacional de Classificação - CONCLA	
Entidades Vinculadas (4)	Fundações (3)	Fundação Escola Nacional de Administração Pública
		Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada		
Sociedade de Economia Mista (1)	Rede Ferroviária Federal	

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

Fls: 0417

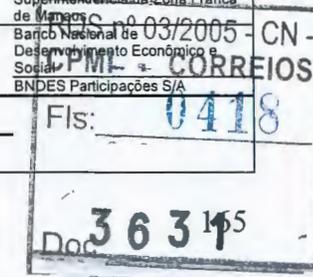
3631

Doc:

Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo - 1996		
Órgãos de assistência direta	Gabinete	
	Secretaria-Executiva	Subsecretaria de Assuntos Administrativos Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
Órgão setorial	Consultoria Jurídica	
Órgãos específicos singulares (5 principais e 15 vinculados)	Secretaria de Política Industrial	Departamento de Competitividade Estrutural
		Departamento de Competitividade Setorial
		Departamento de Competitividade Empresarial
		Departamento de Planejamento e Estudos Econômicos
	Secretaria de Produtos de Base	Departamento do Alcool e Açúcar
		Departamento Nacional do Café
	Secretaria de Comércio Exterior	Departamento de Operações de Comércio Exterior
		Departamento de Negociações Internacionais
		Departamento de Defesa Comercial
		Departamento de Políticas de Comércio Exterior
	Secretaria de Comércio e Serviços	Departamento de Comércio
		Departamento Nacional de Registro do Comércio
		Departamento de Serviços
	Secretaria de Tecnologia Industrial	Departamento de Política Tecnológica
		Departamento de Articulação Tecnológica
Órgãos Colegiados (2)	Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - CONMETRO	
	Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação - CZPE	Secretaria Executiva do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação
Entidades Vinculadas (3)	Autarquias (3)	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
		Instituto Nacional da Propriedade Industrial
		Embratur - Instituto Brasileiro de Turismo
Fundo (1)	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira	

Ministério do Esporte e Turismo - 2002		
Órgãos de	Gabinete	
	Secretaria-Executiva	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração Departamento de Captação de Recurso Departamento de Programas e Políticas
	Consultoria Jurídica	
Órgãos colegiados (1)	Conselho de Desenvolvimento do Desporto Brasileiro - CDDB	

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - 2002		
Órgãos de assistência direta	Gabinete do Ministro	
	Secretaria-Executiva	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
	Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior	
	Consultoria Jurídica	
Órgãos específicos singulares (3 principais e 14 vinculados)	Secretaria do Desenvolvimento da Produção	Departamento de Programas Especiais
		Departamento de Micro, Pequenas e Médias Empresas
		Departamento de Competitividade Sistêmica e Estudos Econômicos
		Departamento de Setores Intensivos em Capital e Tecnologia
	Secretaria de Comércio Exterior	Departamento de Setores Intensivos em Mão-de-Obra e Recursos Naturais
		Departamento de Comércio e Serviços
		Departamento Nacional de Registro do Comércio
		Departamento de Operações de comércio Exterior
	Secretaria de Tecnologia Industrial	Departamento de Negociações Internacionais
		Departamento de Defesa Comercial
		Departamento de Planejamento e Desenvolvimento do Comércio Exterior
	Órgãos colegiados (2)	Departamento de Política Tecnológica
		Departamento de Articulação Tecnológica
	Entidades Vinculadas (5)	Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - CONMETRO
Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação - CZPE		
Fundos (2)	Autarquias (3)	Fundo Nacional de Desenvolvimento*
		Instituto Nacional de Propriedade Industrial
	Empresas Públicas (2)	Superintendência da Zona Franca de Manaus
		BNDES Participações S/A
	Fundo Nacional de Desenvolvimento*	
	Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade	



Ministério de Ciência e Tecnologia -1996		
Órgãos de assistência direta	Gabinete	
	Secretaria-Executiva	Subsecretaria de Assuntos Administrativo Subsecretaria de Planejamento e Orçamento Assessoria de Programas Especiais
	Assessoria Especial de Assuntos Internacionais	
Órgão Setorial	Consultoria Jurídica	
Órgãos específicos singulares (4 principais e 3 vinculados)	Secretaria de Acompanhamento e Avaliação	Coordenação-Geral de Políticas e Planos Coordenação-geral de Acompanhamento
	Secretaria de Desenvolvimento Científico	Coordenação-Geral de Programas Coordenação-Geral de Ações em Áreas Prioritárias
	Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico	Coordenação-Geral de Modernização Tecnológica Coordenação-Geral de Desenvolvimento Tecnológico
	Secretaria de Política de Informática e Automação	Coordenação-Geral de Informática e Microeletrônica Coordenação-Geral de Software, Serviços e Aplicações da Informática
	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia	
	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais	
	Instituto Nacional de Tecnologia	
Órgãos colegiados (3)	Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia	
	Conselho Nacional de Informática e Automação	
	Comissão Técnica Nacional de Biossegurança	
Entidades Vinculadas (3)	Fundação (2)	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Fundação Centro Tecnológico para Informática
	Empresa Pública (1)	Financiadora de Estudos e Projetos

Ministério de Ciência e Tecnologia -2002		
Órgãos de	Gabinete	
	Secretaria-Executiva	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração Assessoria de Acompanhamento e Avaliação Assessoria de Captação de Recursos
	Assessoria de Cooperação Internacional Consultoria Jurídica	
Órgãos específicos singulares (4 principais e 3 vinculados)	Secretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa	
	Secretaria de Políticas e Programas de Ciência e Tecnologia	Departamento de Programas Temáticos Departamento de Assuntos Nucleares e de Bens Sensíveis Departamento de Política Científica e Programas Especiais
	Secretaria de Política Tecnológica Empresarial Secretaria de Política de Informática	
Unidades de pesquisa (14)	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia	
	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais	
	Instituto Nacional de Tecnologia	
	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia	
	Centro de Estudos Estratégicos	
	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação	
	Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas	
	Centro de Tecnologia Mineral	
	Instituto de Matemática Pura e Aplicada	
	Laboratório Nacional de Astrofísica	
	Laboratório Nacional de Computação Científica	
	Museu de Astronomia e Ciências Afins	
	Museu Paraense Emílio Goeldi	
	Observatório Nacional	
Órgãos colegiados (4)	Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia	
	Conselho Nacional de Informática e Automação	
	Comissão Técnica Nacional de Biossegurança	
	Comissão de Coordenação das Atividades de Meteorologia, Climatologia e Hidrologia	
Entidades Vinculadas (5)	Autorarquias (2)	Agência Espacial Brasileira Comissão Nacional de Energia Nuclear
	Fundação (1)	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
	Empresa Pública (1)	Financiadora de Estudos e Projetos
	Sociedade de Economia Mista (1)	Indústrias Nucleares do Brasil S/A
Fundos Setoriais (14)	Fundo Setorial do Petróleo e Gás Natural	
	Fundo de Infra-estrutura	
	Fundo Setorial de Energia	
	Fundo Setorial de Recursos Hídricos	
	Fundo Setorial de Transportes Terrestres	
	Fundo Setorial Mineral	
	Verde Amarelo	
	Fundo Setorial Espacial	
	Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações	
	Fundo Setorial para Tecnologia da Informação	
	Fundo Setorial de Saúde	
Fundo para o Setor Aeronáutico		
Fundo Setorial de Agronegócio		
Fundo Setorial de Biotecnologia		
Fundo (1)	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS  
Fts: 0419  
3631  
Doc. 166

Ministério das Comunicações - 1996		
Órgãos de assistência direta	Gabinete	
	Secretaria-Executiva	Subsecretaria de Assuntos Administrativos Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
Órgão setorial	Consultoria Jurídica	
Órgãos específicos singulares (3 principais e 8 vinculados)	Secretaria de Serviços de Comunicações	Departamento de Serviços Básicos de Telecomunicações e de Serviços Postais
		Departamento de Serviços Complementares de Telecomunicações e Serviços de Radiodifusão
		Departamento de Tarifas e Preços dos Serviços de Telecomunicações e Serviços Postais
	Secretaria de Administração de Radiofrequências	Departamento de Planejamento e de Engenharia de Frequências Departamento de Gerenciamento de Frequências
Secretaria de Fiscalização e Outorga	Departamento de Fiscalização das Comunicações	
	Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação em Massa	
	Departamento de Outorga de Serviços de Telecomunicações	
Órgão colegiado (1)	Delegacias	
Órgãos regionais	Conselho Nacional de Comunicações	
Entidades Vinculadas (2)	Empresa Pública (1)	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
	Sociedade de Economia Mista (1)	Telecomunicações Brasileiras S.A

Ministério das Comunicações - 2002		
Órgãos de assistência direta	Gabinete	
	Secretaria-Executiva	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
	Consultoria Jurídica	
Órgãos específicos singulares (2 principais e 4 vinculados)	Secretaria de Serviços de Radiodifusão	Departamento de Outorga de Serviços de Radiodifusão
		Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Radiodifusão
Secretaria de Serviços Postais	Departamento de Planejamento do Sistema Postal	
	Departamento de Controle do Sistema Postal	
Órgão colegiado		
Entidades Vinculadas (2)	Autarquia Especial (1)	Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL
	Empresa Pública (1)	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
Fundos (1)	Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações	

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

Fls: 0420

**3631**

Doc: 167

**Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado -  
1996**

Órgãos de assistência direta	Gabinete	
	Secretaria-Executiva	Subsecretaria de Assuntos Administrativos
		Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
Órgão setorial	Consultoria Jurídica	
Órgãos específicos singulares (4 principais e 8 vinculados)	Secretaria da Reforma do Estado	Departamento de Ordenamento e Análise Institucional
	Secretaria de Recursos Logísticos e Tecnologia da Informação	Departamento de Serviços Gerais
		Departamento de Informação e Informática
	Secretaria de Articulação Institucional	Departamento de Cooperação Financeira
		Departamento de Suporte Técnico e Institucional
Secretaria de Recursos Humanos	Departamento de Carreira e Remuneração	
	Departamento de Normas e Cadastro	
	Departamento de Informações e Administração do Sistema de Recursos Humanos	
Entidades Vinculadas	Fundação Pública	Fundação Escola Nacional de Administração Pública

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI <b>0421</b> CORREIOS
Fls: _____
<b>3631</b> 168
Doc: _____

Ministério do Desenvolvimento Agrário -2002		
Orgãos de	Gabinete	
	Secretaria-Executiva	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
	Consultoria Jurídica	
Orgãos específicos singulares (2)	Secretaria de Reforma Agrária	
	Secretaria da Agricultura Familiar	
Orgãos colegiados (2)	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural	
	Conselho Curador do Banco da Terra	
	Entidades Vinculadas (1)	Autarquia (1)
Fundo (1)	Fundo de Terras e da Reforma Agrária	

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS

Fls: 0422

**3631** 169

Doc:

## Ministério da Integração Nacional - 2002

Órgãos de	Gabinete do Ministro	
	Secretaria-Executiva	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
	Consultoria Jurídica	
Órgãos específicos singulares (5 principais e 12 vinculados)	Secretaria de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional	Departamento de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional Departamento de Gestão dos Fundos de Desenvolvimento Regional
	Secretaria Nacional de Defesa Civil	Departamento de Articulação e Gestão de Defesa Civil
		Departamento de Resposta aos Desastres e de Reconstrução
		Departamento de Minimização de Danos
	Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica	Departamento de Desenvolvimento Hidroenergético
		Departamento de Projetos e Obras Hídricas
		Departamento de Acordos e Convênios de Infra-Estrutura Hídrica
	Secretaria de Programas Regionais Integrados	Departamento de Planejamento de Programas Regionais Integrados
		Departamento de Implementação de Programas Regionais Integrados
	Secretaria Extraordinária de Desenvolvimento do Centro-Oeste	Departamento de Planejamento e Gestão do Desenvolvimento do Centro-Oeste
Departamento de Empreendimentos Produtivos e Ambientais no Centro-Oeste		
Órgão colegiado (1)	Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - COMDELUFCC	
Entidades Vinculadas (6)	Autarquias (3)	Agência de Desenvolvimento da Amazônia
		Agência de Desenvolvimento do Nordeste
		Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
	Empresas Públicas (1)	Inveniência Extra-Judicial de Justiça Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
		Inveniência Extra-Judicial de Justiça Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
Fundos (3)	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Paraíba	
	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste	
	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste	

ROS nº 03/2005 - CN -  
 CPMI - CORREIOS  
 Fls: 0423  
 3631  
 1713

## Capítulo 8

### Privatizações

O Brasil foi um dos países em desenvolvimento que mais aceleradamente transformou o papel do Estado através da privatização de serviços públicos. O Programa Nacional de Desestatização (PND) foi o principal instrumento de transferência de funções públicas para o mercado. Criado em 1990 com a Lei n.º 8.031, o PND era coordenado pelo Conselho Nacional de Desestatização (estrutura superior de decisão), e teve o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como órgão de supervisão do processo e gestor do Fundo Nacional de Desestatização. Nos casos de desestatização de instituições financeiras, o PND também contou com a participação do Banco Central na coordenação do processo.

No período de 1991a 2002, 62 (sessenta e duas) empresas públicas foram privatizadas, gerando U\$ 105,3 bilhões (receita de venda + dívidas transferidas).

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - - CORREIOS
Fts: <b>0424</b>
<b>3631</b>
Doc:



Fonte: BNDES. Privatização no Brasil. [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br)

Os dados evidenciam dois momentos importantes no processo de privatização, que se diferenciam quanto à magnitude dos recursos envolvidos, sob o foco das privatizações, e ao perfil dos investidores. O primeiro momento, que se inicia em 1990 e vai até o ano de 1994, apresenta um resultado total de U\$ 11,87 bilhões e uma receita de venda da ordem de U\$ 8,61 bilhões. No período de 1995 a 2002, esses valores se elevam ao patamar de U\$ 93,42 e U\$ 78,61 bilhões, respectivamente, o que significa a intensificação da privatização.

A primeira fase das privatizações no Brasil contemplou o Setor Industrial. A venda de empresas públicas concentrou-se, inicialmente, nas áreas de Siderurgia e Petroquímica, gerando 86,47% da receita de venda e 87,12% do resultado total. A segunda fase, além de envolver uma quantidade maior de funções e setores a serem privatizados no âmbito do PND, privilegiou o setor de Infra-estrutura e Serviços (Telecomunicações, Energia Elétrica, Setor Financeiro, Transporte, Gas e Saneamento, Setor Portuário, e Informática). O resultado das privatizações nesses setores, considerando-se as duas fases do

PPS nº 02/2005 - CN -  
CPMJ - CORREIOS  
Fls.: **0425**  
**3631**  
Doc: 172

processo, atingiu 73,8% do resultado total e 63% da receita de venda. O foco do processo de privatização foram as empresas públicas concessionárias de serviços públicos na área de Telecomunicações e Energia Elétrica, que representaram aproximadamente 63% do resultado total das privatizações. Por outro lado, o setor Indústria (Mineração, Petróleo e Petroquímica) foi responsável por 15,1% do resultado total e a 10,9% da receita de venda. As privatizações no Brasil, quando consideramos os setores mais focalizados no processo, alinha-se com as experiências internacionais ocorridas nos países em desenvolvimento desde a década de 1990. Dados do *Global Finance Development*, do Banco Mundial, revelam que, no período de 1990 a 1999, a participação relativa do setor de infra-estrutura, mais especificamente os setores de Telecomunicações e Energia, foi de US\$ 154,347 Bilhões, 41,7% do montante de 315,7 Bilhões de receitas provenientes das privatizações nas regiões em desenvolvimento.

Outro ponto comparativo entre os períodos é a relação entre a Dívida Transferida e o Resultado Total das privatizações. No período 1990-1994, em termos gerais, a participação das dívidas transferidas nas privatizações atingiu o patamar de 27,5%, declinando para 15,9% no período seguinte. Todavia, conforme sugerem os dados, existe uma diferença entre os setores. No período inicial, o setor Siderurgia foi aquele que apresentou o maior percentual relativo, de 32% do resultado total de venda do setor. No segundo momento, continua a ser o Setor Indústria aquele com maior participação da dívida transferida no resultado total.

No que tange a questão do resultado de venda por tipo de investidor, os dados sugerem a transformação no perfil dos investidores nos dois momentos considerados. Uma das principais mudanças verificadas, conforme sinalizam os dados, é a participação do investidor estrangeiro no processo de privatização. No primeiro momento, as empresas nacionais e as instituições financeiras nacionais foram os principais investidores, atingindo 65% da receita de venda. O papel do investidor estrangeiro foi tímido, sendo de apenas 5% das receitas. No segundo momento, com a aceleração do processo de privatização, a participação do

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS Fls: 0426
36313
Doc:

investidor estrangeiro foi o principal componente da receita de vendas das privatizações, representando 53%, enquanto que as empresas nacionais e o setor financeiro nacional responderam juntos por 33% da receita.

Sobre o perfil dos investimentos estrangeiros nas privatizações no Brasil no período 1991 a 2002, os Estados Unidos e a Espanha apresentam-se como os maiores investidores. Considerando o conjunto das privatizações realizadas, os dois países participam com 31,4% do total de recursos estrangeiros envolvidos nas privatizações. No escopo do PND, Estados Unidos e Espanha aparecem com 15,1% e 12,6% do total da participação estrangeira nas privatizações, respectivamente. Na privatização do setor das Telecomunicações, em particular, a Espanha ultrapassou os EUA, com uma participação relativa de 17,5 %. Portugal é outro país que participou ativamente do processo de privatização neste setor, com 14,7%.

Em termos internacionais comparados, a América Latina foi uma das regiões em desenvolvimento em que a privatização foi utilizada como importante mecanismo de redefinição do papel do Estado. O confronto da América Latina com as demais regiões do mundo em desenvolvimento mostra que aquela, em conjunto com o Caribe, responde por 54% das privatizações no período 1990-1999.

O Brasil, dentre os países latino-americanos, é aquele que mais agressivamente realizou privatizações em diversos setores, sendo o que possui a maior receita de venda de privatizações – U\$ 71 bilhões – na América Latina, o correspondente a 40% do total na região no período 1990-1999 (U\$ 177.929 bilhões).



**Tabela 8.1 - Quantidade de Empresas Privatizadas - Programa Nacional de Desestatização 1991-2002 (Posição Atualizada em 31/12/2002)**

<b>Setor</b>	<b>Empresas Privatizadas</b>
Químico e Petroquímico	27
Siderúrgico	8
Ferroviário	6
Portuário	6
Fertilizantes	5
Financeiro	4
Elétrico	3
Mineração	2
Informática	1
<b>Total</b>	<b>62</b>

Fonte: BNDES

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fis: 0428
3631
Doc:

**Tabela 8.2 - Resultado Total das Privatizações de 1991 a 2002**  
(em U\$ Bilhões)

<b>Ano</b>	<b>Resultado Total</b>	<b>Acumulado</b>
1991	2,0	
1992	3,4	5,4
1993	4,2	9,6
1994	2,3	11,9
1995	1,6	13,5
1996	6,5	20,0
1997	27,7	47,7
1998	37,5	85,2
1999	4,5	89,7
2000	10,7	100,4
2001	2,9	103,3
2002	2,0	105,3

Fonte: BNDES. Privatização no Brasil. ([www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br))

RQS nº 03/2005 - CN - CPML - CORREIOS
Fts: <b>0429</b>
<b>3631</b>
Doc:

**Tabela 8.3 - Participação Setorial das Privatizações - 1990/2002**  
em % do Resultado Total

<b>Setor</b>	<b>%</b>
Energia Elétrica	32
Telecomunicações	31
Mineração	8
Siderurgia	8
Petróleo e Gás	7
Setor Financeiro	6
Petroquímico	4
Transportes	2
Saneamento	1
Decreto 1.068	1
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: BNDES

RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS  
Fls: 0430  
3631  
Doc:

**Tabela 8.4** - Receita de Venda, Dívidas Transferidas e Resultado Total das Privatizações  
Períodos 1990-1994 e 1995-2002 (em US\$ Bilhões)

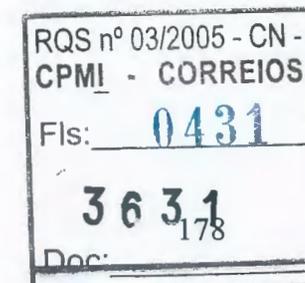
	Período		Total
	1990-1994	1995-2002	
Receita de Venda	8,61	78,61	<b>87,22</b>
Dívidas Transferidas	3,27	14,81	<b>18,08</b>
<b>Resultado Total</b>	<b>11,87</b>	<b>93,42</b>	<b>105,30</b>

Fonte: BNDES. Privatização no Brasil. (www.bndes.gov.br)

**Tabela 8.5** - Receita de Venda, Dívida Transferida e Resultado Total por Setor Econômico 1990-1994 (em U\$ Bilhões e em % Total)

Setor	Receita de Venda		Dívida Transferida		Resultado Total	
	U\$ Bilhões	% total	U\$ Bilhões	% total	U\$ Bilhões	% total
Siderurgia	5,6	65%	2,6	80%	8,2	69%
Petroquímica	1,9	22%	0,3	9%	2,2	18%
Fertilizantes	0,4	5%	0,1	2%	0,5	4%
Outros	0,4	4%	0,3	8%	0,6	5%
Decreto 1.068	0,4	5%	0,0	0%	0,4	3%
<b>Total</b>	<b>8,6</b>	<b>100%</b>	<b>3,3</b>	<b>100%</b>	<b>11,9</b>	<b>100%</b>

Fonte: BNDES. Privatização no Brasil. (www.bndes.gov.br)



**Tabela 8.6** - Receita de Venda, Dívida Transferida e Resultado Total por Setor Econômico 1995-2002 (em U\$ Bilhões, e em % Total)

Setor Econômico	Receita de Venda		Dívida Transferida		Resultado Total	
	U\$ Bilhões	% total	U\$ Bilhões	% total	U\$ Bilhões	% total
Indústria	10,9	14%	4,3	29%	15,1	16%
Infra-Estrutura	63,3	80%	10,5	71%	73,8	79%
Participações Minoritárias	4,5	6%	0,0	0%	4,5	5%
<b>Total</b>	<b>78,6</b>	<b>100%</b>	<b>14,8</b>	<b>100%</b>	<b>93,4</b>	<b>100%</b>

Fonte: BNDES. Privatização no Brasil. (www.bndes.gov.br)

**Tabela 8.7** - Receita de Venda, Dívida Transferida e Resultado Total por Setor Econômico 1995-2002 (em U\$ Bilhões)

Setor	Receita de Venda	Dívida Transferida	Resultado Total
<b>1. Indústria</b>	<b>10,9</b>	<b>4,3</b>	<b>15,1</b>
*Mineração	5,2	3,6	8,8
*Petróleo	4,8	0,0	4,8
*Petroquímica	0,8	0,7	1,5
<b>2. Infra-Estrutura</b>	<b>63,3</b>	<b>10,5</b>	<b>73,8</b>
*Telecomunicações	29,8	2,9	32,8
*Elétrico	22,2	7,5	29,7
*Financeiro	6,3	0,0	6,3
*Transporte	2,3	0,0	2,3
*Gás/Saneamento	2,1	0,1	2,2
*Portuário	0,4	0,0	0,4
*Informática	0,1	0,0	0,1
<b>Participações Minoritárias</b>	<b>4,5</b>	<b>0,0</b>	<b>4,5</b>
*Estaduais	3,7	0,0	3,7
*Decreto 1.068	0,8	0,0	0,8
<b>Total</b>	<b>78,6</b>	<b>14,8</b>	<b>93,4</b>

Fonte: BNDES. Privatização no Brasil. (www.bndes.gov.br)



**Tabela 8.8** - Dívida Transferida por Resultado Total por Setor 1990-1994 (em U\$ Bilhões e em % Total)

Setor	Dívida Transferida	Resultado Total	DT / RT (%)
	DT	RT	
Siderurgia	2,6	8,2	32,0%
Petroquímica	0,3	2,2	13,5%
Fertilizantes	0,1	0,5	15,1%
Outros	0,3	0,6	43,2%
Decreto 1.068	0,0	0,4	0,0%
<b>Total</b>	<b>3,3</b>	<b>11,9</b>	<b>27,4%</b>

Fonte: BNDES. Privatização no Brasil. (www.bndes.gov.br)

**Tabela 8.9** - Dívida Transferida por Resultado Total por Setor 1995-2002 (em U\$ Bilhões e em % Total)

Setor	Dívida Transferida	Resultado Total	DT / RT (%)
	DT	RT	
Indústria	4,3	15,1	28,2%
Infra-Estrutura	10,5	73,8	14,3%
Participações Minoritárias	0,0	4,5	0,0%
<b>Total</b>	<b>14,8</b>	<b>93,4</b>	<b>15,9%</b>

Fonte: BNDES. Privatização no Brasil. (www.bndes.gov.br)



**Tabela 8.10** - Resultado de Venda por Investidor 1990-1994 (em % da Receita de Venda)

<b>Investidor</b>	<b>% Receita de Venda</b>
Empresas Nacionais	36
Instituições Financeiras	25
Pessoas Físicas	20
Fundos de Pensão	14
Investidor Estrangeiro	5
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: BNDES. [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br)

**Tabela 8.11** - Resultado de Venda por Investidor 1995-2002 em % da Receita de Venda

<b>Investidor</b>	<b>% Receita de Venda</b>
Investidor Estrangeiro	53
Empresas Nacionais	26
Setor Financeiro Nacional	7
Pessoas Físicas	8
Entidades de Previdência Privada	6
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: BNDES. [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br)



**Tabela 8.12** - Participação do Capital Estrangeiro nas Privatizações no Brasil 1991 a 2002 (em U\$ Milhões e em % Total)

País	PND		Estaduais		Telecomunicações		Total	
	U\$ Milhões	% Total	U\$ Milhões	% Total	U\$ Milhões	% Total	U\$ Milhões	% Total
USA	4.318	15,1	6.024	21,6	3.692	12,8	14.034	16,5
Espanha	3.606	12,6	4.027	14,4	5.042	17,5	12.675	14,9
Portugal	1	0	658	2,4	4.224	14,7	4.882	5,7
Itália	-	-	143	0,6	2.479	8,6	2.621	3,1
Chile	-	-	1.006	3,6	-	-	1.006	1,2
Bélgica	880	3,1	-	-	-	-	880	1
Inglaterra	2	0	692	2,5	21	0,1	715	0,8
Canadá	21	0,1	-	-	671	2,3	692	0,8
Suécia	-	-	-	-	599	2,1	599	0,7
França	479	1,7	196	0,7	10	0	686	0,8
Holanda	5	0	410	1,5	-	-	415	0,5
Japão	8	0	-	-	256	0,9	264	0,3
Korea	-	-	-	-	265	0,9	265	0,3
Argentina	-	-	148	0,5	11	0	159	0,2
Alemanha	75	0,3	-	-	-	-	75	0,1
Uruguai	0	0	-	-	-	-	0	0
Outros	1.815	2,6	350	1,3	-	-	1.078	1,3
<b>Participação Estrangeira</b>	<b>11.210</b>	<b>36,7</b>	<b>13.654</b>	<b>48,9</b>	<b>17.270</b>	<b>59,4</b>	<b>42.134</b>	<b>48,2</b>
<b>Total</b>	<b>30.481</b>	<b>100</b>	<b>27.949</b>	<b>100</b>	<b>29.050</b>	<b>100</b>	<b>87.480</b>	<b>100</b>

Fonte: BNDES. [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br)



**Tabela 8.13** - Receitas de Privatização 1990-1999 em U\$ Milhões Brasil e Países Latino-Americanos

<b>País</b>	<b>Receita de Privatização</b>	<b>% Total</b>
Brasil	71.129	40,0%
Argentina	44.651	25,1%
México	31.749	17,8%
Peru	8.243	4,6%
Outros Países Latino-Americanos	6.696	3,8%
Colômbia	6.203	3,5%
Venezuela	6.073	3,4%
Chile	2.139	1,2%
Bolívia	1.046	0,6%
<b>Total</b>	<b>177.929</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: World Bank (2001). *Global Development Finance*, 2001.



## Capítulo 9

### Compras Governamentais

Observando a Tabela 9.1 podemos acompanhar a evolução dos gastos com alguns dos principais itens de custeio do Governo Federal (Administração Direta) ao longo dos últimos anos. Para melhor compreensão das informações contidas na referida tabela, é relevante mencionar que os valores ali apresentados são referentes aos empenhos liquidados por cada órgão, o que equivale a dizer que são compromissos efetivamente assumidos. Neste tocante, se destacam as despesas com Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica e Material de Consumo, que juntos representam 88%, em média, do total apreciado.

Outro aspecto interessante é o que se refere ao crescimento nominal dos itens de custeio selecionados. Se tomarmos os dois principais itens, notamos que tanto os gastos com Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, quanto os com Material de Consumo, elevaram-se abaixo dos índices inflacionários do período. Mesmo comportamento é visualizado com relação ao volume total apresentado, que variou 17% entre 2000 e 2002. Estes dados apontam para um real esforço do governo no sentido de otimizar seus dispêndios.

Também é possível através da Tabela 9.1, acompanhar a evolução dos gastos dos órgãos do Governo Central com os itens selecionados, assim como o peso de cada um no dispêndio global. O Gráfico 9.1, organizado pela representatividade do dispêndio de cada órgão, permite uma visualização mais fácil desta dimensão.

Através da Tabela 9.2, podemos identificar as compras governamentais através de cada modalidade utilizada para a aquisição dos bens e serviços necessários ao funcionamento do governo. Neste sentido, é relevante observar a mudança no perfil das modalidades de compra no Governo Federal. O Pregão vem assumindo a preferência dos administradores públicos federais por sua agilidade e economicidade representando, já em 2002, mais de 25% (vide Gráfico 9.2) das compras licitadas e com tendência clara de ampliação. Nos próximos anos a expectativa é de o Pregão se torne a principal modalidade de licitação dos bens e serviços públicos no âmbito do Governo Federal.

ROS nº 03/2005 - CN - CPM - CORREIOS
Fis: 0437
3631 184
Doc:

Ainda na tabela 9.2, podemos visualizar os dados sobre dispensa e inexigibilidade de licitação. É necessário um comentário mais detalhado sobre a questão. Na primeira situação existem 24 possibilidades previstas em lei (Lei N. 8.666/93) para a dispensa de processo licitatório. Apenas seis destas são responsáveis por mais de 90% do volume de compras por dispensa. Provavelmente a mais famosa destas razões é a que tem base no inciso segundo da Lei 8.666, que dispensa de processo licitatório as compras cujo valor seja inferior a 10% do valor máximo estabelecido para a modalidade de Carta Convite, ou seja, R\$ 8.000,00. Isto explica também o elevado número de compras realizadas por dispensa, pois mesmo que este inciso não ultrapasse em média, em valores monetários, 25% das compras através deste quesito, o número de operações de pequena monta é muito grande. Devemos ainda observar que as demais 5 razões principais de dispensa referem-se, em linhas gerais, a: urgências e emergências, aquisições intragovernamentais, contratações de instituições de ensino e pesquisa, e ao fornecimento e suprimento de energia elétrica.

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fts: 0438
363,1
Doc: 183

Tabela 9.1 – Despesas de Custeio Selecionadas - Por Órgão\* - 2000 X 2002

Órgãos	Diárias			Var. %	Mat.Consumo**			Var. %	Passagens			Var. %	Consultoria			Var. %
	2002	2001	2000		2002	2001	2000		2002	2001	2000		2002	2001	2000	
Presidência (1)	4.690	5.041	2.590	81	24.822	26.959	23.849	4	12.710	8.883	4.324	194	144	54	1.100	-87
Plan. O. Gestão	7.591	8.642	19.259	-61	7.254	8.841	22.153	-67	5.433	6.708	22.174	-75	4.991	1.832	4.183	19
AGU	1.049	1.905	870	21	2.230	3.592	3.035	-27	1.276	1.575	630	103	0	0	0	0
Agricultura	12.157	13.924	10.960	11	18.111	30.041	19.619	-8	10.673	9.606	7.852	36	0	0	0	0
Ciência e Tecn.	7.608	8.156	6.533	16	31.001	29.586	23.642	31	15.822	16.646	11.563	37	12.155	40.638	8.430	44
Fazenda	36.530	36.359	30.963	18	28.941	31.274	23.276	24	29.217	25.626	20.132	45	8	16	625	-99
Educação	26.284	27.281	26.760	-2	288.498	249.438	228.788	26	62.101	51.866	44.131	41	546	539	495	10
Desenvolvimento	6.677	6.981	5.435	23	5.137	6.970	3.716	38	8.525	8.807	5.132	66	0	0	12	-100
Justiça	40.013	44.505	33.244	20	68.797	73.996	48.555	42	24.624	21.581	12.130	103	5.881	6.898	2.686	119
Minas e Energia	5.545	6.123	4.545	22	4.091	3.482	2.826	45	7.085	6.626	4.112	72	26.918	6.689	2.936	817
Previdência	49.507	40.045	48.234	3	25.645	17.678	15.329	67	20.174	10.847	17.462	16	0	0	0	0
Rel. Exteriores	17.072	11.798	9.163	86	3.953	2.086	3.157	25	29.974	21.147	17.333	73	174	370	237	-27
Saúde	39.678	28.819	27.423	45	1.325.132	1.086.692	1.051.008	26	65.349	51.537	35.963	82	1.838	2.936	2.430	-24
Trab. e Emprego	13.606	14.334	11.105	23	11.194	9.050	7.425	51	16.093	14.420	8.577	88	437	495	558	-22
Transporte	3.347	3.128	2.575	30	3.868	4.070	4.233	-9	4.850	4.069	3.335	45	31.945	31.959	29.573	8
Comunicações	8.664	6.617	6.340	37	4.656	2.709	3.087	51	10.627	8.323	6.397	66	20.152	15.602	6.793	197
Cultura	1.184	1.822	1.578	-25	3.026	3.379	2.538	19	5.493	6.628	6.682	-18	143	211	62	130
Meio-Ambiente	14.893	14.389	8.452	76	15.769	15.033	9.788	61	12.349	10.618	4.796	158	54	5	29	88
Desenv. Agrário	23.078	21.372	19.652	17	15.641	12.593	12.126	29	12.631	8.249	5.771	119	249	0	0	0
Esp. e Turismo	1.642	1.632	1.088	51	494	1.104	517	-5	2.797	2.938	2.101	33	0	0	9	-100
Defesa (2)	4.486	5.002	4.434	1	1.098.108	1.417.830	1.115.315	-2	49.619	37.872	23.550	111	0	56	145	-100
Integ. Nacional	2.508	2.516	3.512	-29	3.218	2.385	3.511	-8	2.297	2.362	2.907	-21	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>327.808</b>	<b>310.393</b>	<b>284.714</b>	<b>15</b>	<b>2.989.587</b>	<b>3.038.787</b>	<b>2.627.495</b>	<b>14</b>	<b>409.722</b>	<b>336.933</b>	<b>267.055</b>	<b>53</b>	<b>105.635</b>	<b>108.300</b>	<b>88.902</b>	<b>75</b>

RQS nº 03/2005 - CN -  
 CPMI - CORREIOS  
 Fls: 0439  
 Doc: 3631

Órgãos	Serv. Pes. Fís***			Var. %	Loc. Mão Obra			Var. %	Serv. Pes. Jur.****			Var. %	Total			Var. %
	2002	2001	2000		2002	2001	2000		2002	2001	2000		2002	2001	2000	
Presidência (1)	1.449	1.383	853	70	11.589	12.256	12.225	-5	128.260	96.334	56.063	129	183.664	150.911	101.005	82
Plan. O. Gestão	5.258	5.373	7.319	-28	6.049	6.152	10.874	-44	193.133	190.443	232.473	-17	229.710	227.991	318.435	-28
AGU	458	488	468	-2	804	546	839	-4	35.246	23.875	16.013	120	41.063	31.982	21.855	88
Agricultura	3.578	3.712	2.628	36	26.296	22.799	20.182	30	197.354	166.182	133.145	48	268.170	246.264	194.385	38
Ciência e Tecn.	3.564	4.141	3.718	-4	22.539	20.169	18.400	22	160.356	187.201	151.981	6	253.045	306.536	224.267	13
Fazenda	26.471	24.816	13.985	89	99.331	84.522	73.789	35	794.973	778.303	874.129	-9	1.015.472	980.917	1.036.900	-2
Educação	105.837	78.981	97.324	9	110.132	88.729	71.560	54	1.379.597	1.319.509	1.095.850	26	1.972.996	1.816.344	1.564.908	26
Desenvolvimento	3.154	3.423	2.598	21	20.916	16.200	13.473	55	142.350	124.182	105.487	35	186.759	166.562	135.853	37
Justiça	20.955	16.182	8.382	150	26.344	20.059	14.518	81	238.154	187.995	152.662	56	424.769	371.215	272.177	56
Minas e Energia	621	765	640	-3	10.707	8.646	6.477	65	846.572	218.019	126.039	572	901.540	250.349	147.575	511
Previdência	76.999	63.330	72.749	6	93.178	183.107	166.372	-44	952.485	1.018.370	1.060.485	-10	1.217.988	1.333.377	1.380.632	-12
Rel. Exteriores	187.234	116.911	96.281	94	310	274	278	11	326.143	229.690	182.150	79	564.860	382.277	308.599	83
Saúde	162.606	188.259	222.887	-27	95.293	84.928	75.549	26	4.924.319	4.569.973	4.902.303	0	6.614.216	6.013.145	6.317.562	5
Trab. e Emprego	6.861	6.253	5.488	25	31.582	27.095	23.189	36	375.008	350.288	290.024	29	454.781	421.935	346.365	31
Transporte	150	142	280	-47	8.955	9.404	8.611	4	185.095	135.946	98.930	87	238.209	188.718	147.537	61
Comunicações	565	463	491	15	2.689	2.708	2.269	19	163.198	123.439	94.471	73	210.552	159.861	119.848	76
Cultura	6.754	7.588	7.299	-7	16.520	14.740	13.758	20	36.254	48.905	35.374	2	69.375	83.274	67.291	3
Meio-Ambiente	5.409	5.230	3.864	40	32.244	25.123	20.502	57	117.234	116.150	52.830	122	197.952	186.548	100.261	97
Desenv. Agrário	2.673	993	1.679	59	11.982	10.054	9.935	21	83.840	82.698	76.472	10	150.093	135.959	125.634	19
Esp. e Turismo	157	386	467	-66	452	406	395	14	55.186	59.358	61.440	-10	60.727	65.824	66.017	-8
Defesa (2)	28.381	67.341	38.877	-27	17.757	17.843	17.553	1	1.201.543	1.164.174	1.063.523	13	2.399.894	2.710.118	2.263.397	6
Ínteg. Nacional	83	338	1.659	-95	2.534	2.846	3.133	-19	205.353	349.793	28.215	628	215.991	360.240	42.937	403
<b>Total</b>	<b>649.218</b>	<b>596.498</b>	<b>589.936</b>	<b>10</b>	<b>648.202</b>	<b>658.605</b>	<b>583.881</b>	<b>11</b>	<b>12.741.654</b>	<b>11.540.828</b>	<b>10.890.057</b>	<b>17</b>	<b>17.871.825</b>	<b>16.590.345</b>	<b>15.303.439</b>	<b>17</b>

\* Os dados apresentados seguem a estrutura ministerial existente em 2000;

\*\* - Material de Consumo (33.90.30);

\*\*\* - Serviços de Terceiros - pessoa física (33.90.36);

\*\*\*\* - Serviços de Terceiros - pessoa jurídica (33.90.39);

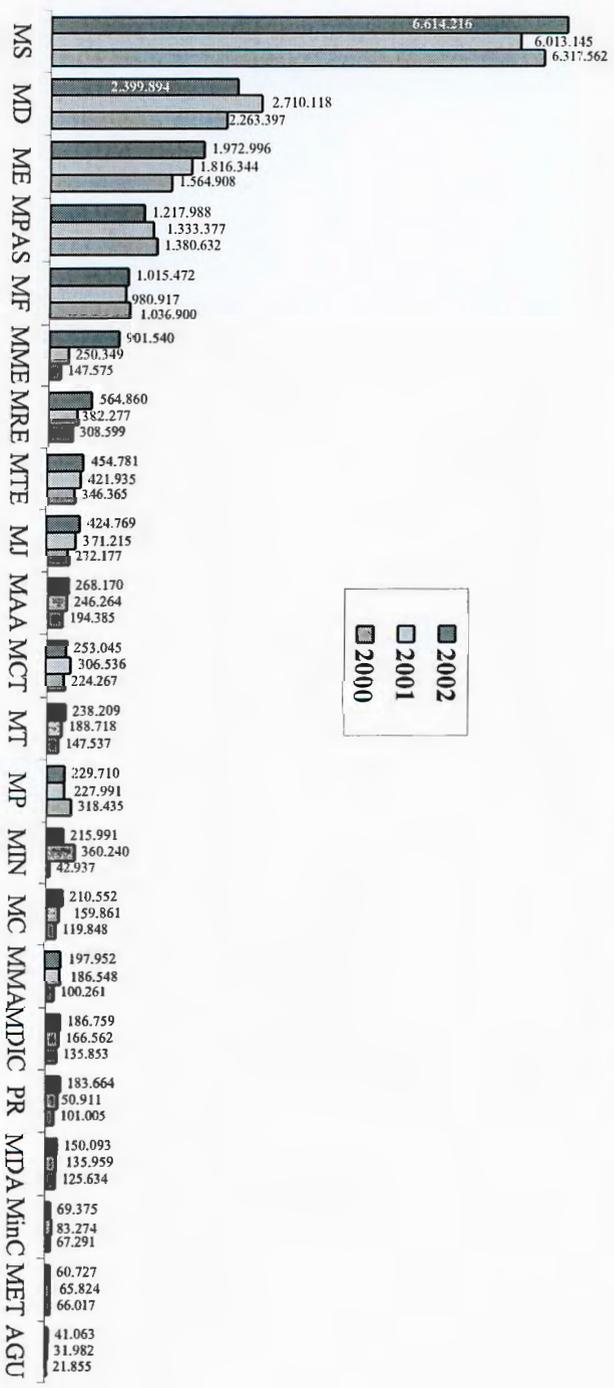
1-Inclui os gastos da vice-presidência da República

2- Inclui os gastos dos Min. Da Defesa (quando pertinente), do Comando do Exército, do Comando da Marinha e do Comando da Aeronáutica.

Obs.: os valores são referentes aos empenhos liquidados nos respectivos períodos.

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls: <b>0440</b>
<b>3631</b> <sup>187</sup>
Doc:

Gráfico 9.1 - Evolução das Despesas de Custeio Selecionadas - Por Órgão - 2000 X 2002



RQS nº 03/2005 - CN -  
 CPMI - CORREIOS  
 FIS: 0441  
 Doc: 363188

**Tabela 9.2 – Evolução Anual das Compras por Modalidade - Quantidade e Valor de Compra**

Grupo de Modalidade	2000		2001		2002	
	Quantidade de Compras	Valor Comprado (R\$)	Quantidade de Compras	Valor Comprado (R\$)	Quantidade de Compras	Valor Comprado (R\$)
Convite	18.729	329.100.465	19.643	525.051.666	17.294	388.032.344
Tomada de Preços	4.931	661.658.156	4.357	621.585.636	3.867	534.604.575
Concorrência	2.008	3.397.771.937	1.589	2.864.531.114	1.570	2.997.378.904
Concorrência Internacional	123	602.944.033	158	1.266.887.281	94	504.245.588
Pregão Eletrônico	0	0	104	8.444.233	634	70.456.739
Pregão Presencial	195	57.495.821	3.209	814.377.197	5.535	1.421.486.770
Concurso	0	0	0	0	3	107.500
Dispensa de Licitação	154.660	1.830.310.364	356.483	3.760.334.225	332.350	2.850.462.347
Inexibilidade	10.190	1.788.417.707	14.163	2.437.614.957	11.257	2.321.624.437
<b>TOTAIS</b>	<b>190.836</b>	<b>8.667.698.484</b>	<b>399.706</b>	<b>12.298.826.309</b>	<b>372.604</b>	<b>11.088.399.203</b>

A – Os baixos valores de quantidade de compra e de valores comprados em 2000, ocorrem pelo fato de que aquele ano marcou o início do processo de intensificação da utilização do SIASG como sistema obrigatório para o registro das compras do Governo Federal (Adm. Direta);

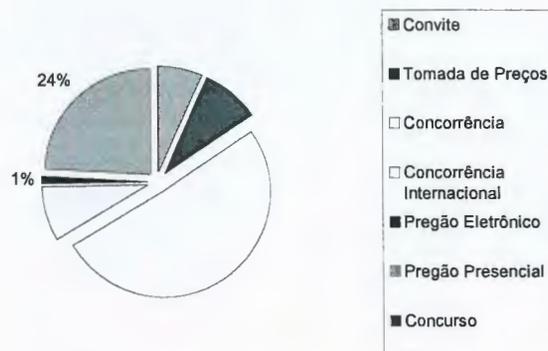
B – Quantidade de Compras: representa o volume de processos de compra em cada modalidade que foram encerrados com sucesso;

C – Valor Comprado: representa a somatória dos valores das menores propostas apresentadas em cada modalidade.

Fonte: SIASG.

Elaboração: DLSG/SLTI/MP.

**Gráfico 9.2 - Distribuição das Compras por Modalidade Licitatória - 2002**



RQS nº 03/2005 - CN -  
CPMI - CORREIOS  
Fls: 0443  
3631  
Doc: